

Luciano da Paz Santos
Harryson Júnio Lessa Gonçalves

GESTÃO CURRICULAR e EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A PERSPECTIVA DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



A Escola Técnica Estadual (Etec) de Ilha Solteira, destinada a articular, desenvolver e ofertar educação profissional de nível médio e técnico, por meio de um ensino público e gratuito, é uma unidade de ensino mantida pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), conhecido como Centro Paula Souza (CPS), e vinculada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado de São Paulo. No âmbito das atribuições da função de coordenador pedagógico (CP) da referida escola, surgem reflexões sobre o processo educacional, decorrentes do projeto de coordenação pedagógica, elaborado anualmente pelo CP, para provocar o envolvimento dos coordenadores de curso nas ações voltadas à permanência escolar do estudante. Nesse sentido, foi construída a presente obra, pautada na seguinte questão de pesquisa: qual o papel do CP na gestão curricular da educação profissional técnica, no contexto de uma Etec? Para tanto, organizou-se uma pesquisa de cunho qualitativo, em especial descritivo, pela análise da própria prática profissional e de pesquisa documental, cujo objetivo foi refletir sobre o papel assumido pela coordenação pedagógica, na gestão curricular da educação profissional técnica, em uma escola técnica estadual paulista. Assim, o estudo se desenvolveu a partir da experiência do primeiro autor, enquanto CP de uma Etec, e para os encaminhamentos necessários, realizou-se também uma análise documental (documentos normativos e curriculares que substanciam o trabalho pedagógico da escola e das Etecs em geral). Feito isso, a investigação evidenciou que o coordenador pedagógico é o profissional que deve agir como mediador entre o currículo e os professores, como articulador de saberes e anseios e potencializador de projetos, além de atuar como facilitador na conexão entre os envolvidos no processo educativo, no projeto de escola e nos conteúdos escolares.

unesp 
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

 Programa de Pós-Graduação em
Ensino e Processos Formativos
Ilha Solteira/Jaboticabal/São José do Rio Preto




editora **Pfi**.org



Gestão Curricular e Educação Profissional



SÉRIE Processos Formativos

Diretores da Série:

Prof. Dr. Harryson Júnio Lessa Gonçalves
(Unesp/FEIS)

Prof. Dr. Humberto Perinelli Neto
(Unesp/IBILCE)

Comitê Editorial Científico:

Prof. Dr. Adriano Vargas Freitas
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. Alejandro Pimienta Betancur
Universidad de Antioquia (Colômbia)

Alexandre Maia do Bomfim
Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)

Prof. Dr. Alexandre Pacheco
Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

Prof. Dra. Ana Cláudia Ribeiro de Souza
Instituto Federal do Amazonas (IFAM)

Prof.ª Dr.ª Ana Clédina Rodrigues Gomes
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

Prof.ª Dr.ª Ana Lúcia Braz Dias
Central Michigan University (CMU/EUA)

Prof.ª Dr.ª Ana Maria de Andrade Caldeira
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

Prof. Dr. Antonio Vicente Marafioti Garnica
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

Prof. Dr. Armando Traldi Júnior
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP)

Prof. Dr. Daniel Fernando Johnson Mardones
Universidad de Chile (UCHile)

Prof.ª Dr.ª Deise Aparecida Peralta
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

Prof. Dr. Eder Pires de Camargo
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

Prof. Dr. Elenilton Vieira Godoy
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Prof. Dr. Elison Paim
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Fernando Seffner
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. George Gadanidis
Western University, Canadá

Prof. Dr. Gilson Bispo de Jesus
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Prof.ª Dra. Ilane Ferreira Cavalcante
Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN)

Prof. Dr. João Ricardo Viola dos Santos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof. Dr. José Eustáquio Romão
Universidade Nove de Julho e Instituto Paulo Freire (Uninove e IPF)

Prof. Dr. José Messildo Viana Nunes
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Dr. José Sávio Bicho de Oliveira
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

Prof. Dr. Klinger Teodoro Ciriaco
Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)

Prof.ª Dr.ª Lucélia Tavares Guimarães
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Prof. Dr. Marcelo de Carvalho Borba
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

Prof.ª Dr.ª Márcia Regina da Silva
Universidade de São Paulo (USP)

Prof.ª Dr.ª Maria Altina Silva Ramos
Universidade do Minho, Portugal

Prof.ª Dr.ª Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Prof.ª Dr.ª Olga Maria Pombo Martins
Universidade de Lísboa (Portugal)

Prof. Dr. Paulo Gabriel Franco dos Santos
Universidade de Brasília (UnB)

Prof. Dr. Ricardo Cantoral
Centro de Investigación e Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional (Cinvestav, México)

Prof. Dr. Rodrigo Ribeiro Paziani
Universidade do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Prof. Dr. Sidinei Cruz Sobrinho
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSUL/Passo Fundo)

Prof. Dr. Vlademir Marim
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Prof. Dr. Wagner Barbosa de Lima Palanch
Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL)

Gestão Curricular e Educação Profissional

A perspectiva da coordenação pedagógica

**Luciano da Paz Santos
Harryson Júnio Lessa Gonçalves**



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.conceptualeditora.com/>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

SANTOS, Luciano da Paz; GONÇALVES, Harryson Júnio Lessa

Gestão Curricular e Educação Profissional: a perspectiva da coordenação pedagógica [recurso eletrônico] / Luciano da Paz Santos; Harryson Júnio Lessa Gonçalves -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

149 p.

ISBN - 978-65-5917-217-7

DOI - 10.22350/9786559172177

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Gestão; 2. Educação Profissional; 3. Currículo; 4. Estado; 5. Brasil; I. Título.

CDD: 370

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 370

Agradecimentos

Ao Centro Paula Souza, pela parceria firmada com a Universidade Estadual Paulista - UNESP, que possibilitou a construção desta pesquisa, direcionada aos profissionais que atuam na educação profissional.

À Etec de Ilha Solteira, pelo suporte e apoio irrestrito durante todo o desenvolvimento do trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos da Unesp de Ilha Solteira, por ser um importante espaço de formação de profissionais e pesquisadores.

Aos nossos amigos do Grupo de Pesquisa em Currículo: Estudos, Práticas e Avaliação (Gepac), pelo compartilhamento de conhecimentos e aprendizados que foram fundamentais para a construção deste trabalho.

Aos nossos familiares, pelo apoio e incentivo para alcançar esse objetivo.

Por fim, a todos que, de alguma forma, contribuíram para com essa realização.

Nossa gratidão!

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele.

Paulo Freire
A Importância do Ato de Ler (1981)

Lista de siglas e abreviaturas

ACEIS	Associação Comercial e Empresarial de Ilha Solteira
ATA	Assistente Técnico Administrativo
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BT ₁	Bloqueio Temporário por um Semestre
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CC	Conselho de Classe
CCD	Coordenador de Classe Descentralizada
CCF	Conselho de Classe Final
CCI	Conselho de Classe Intermediário
CD	Classe Descentralizada
CE	Conselho de Escola
CEB	Câmara de Educação Básica
CEE	Conselho Estadual de Educação
CEET	Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo
CEETEPS	Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CESP	Companhia Energética do Estado de São Paulo
Cetec	Coordenadoria do Ensino Médio e Técnico
CNCT	Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNE	Conselho Nacional de Educação
CP	Coordenador Pedagógico
CPS	Centro Paula Souza
DCNEPT	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio
EAF	Escola Agrotécnica Federal
EE	Escola Estadual
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPTNM	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
Etec	Escola Técnica Estadual
ETF	Escola Técnica Federal
ETIM	Ensino Técnico Integrado ao Médio

Fatec	Faculdade de Tecnologia
FCAV	Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias
FEIS	Faculdade de Engenharia
Gaesc	Gestão de Apoio ao Espaço Escolar
GEPAC	Grupo de Pesquisa em Currículo: Estudos, Práticas e Avaliação
Geped	Gestão Pedagógica
Gepes	Gestão de Pessoas
Geslinf	Gestão de Legislação e Informação
Geve	Gestão de Vida Escolar
Gfac	Grupo de Formulação e Análises Curriculares
GSE	Grupo de Supervisão Educacional
IBILCE	Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas
IFECT	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NSA	Sistema Acadêmico On-line
PCP	Projeto de Coordenação Pedagógica
Poli-USP	Escola Politécnica da Universidade de São Paulo
PP	Progressão Parcial
PPG	Plano Plurianual de Gestão
PPP	Projeto Político Pedagógico
PTD	Plano de Trabalho Docente
RC	Reunião de Curso
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RP	Reunião Pedagógica
RPL	Reunião de Planejamento
SEFOR	Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional
SEMTEC	Secretaria de Educação Média e Tecnológica
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Unesp	Universidade Estadual Paulista

Sumário

Prefácio **15**

Deise Aparecida Peralta

1 **17**

Introdução

2 **25**

Educação profissional

- 2.1 Marcos Históricos da Educação Profissional no Brasil 25
- 2.2 Estrutura Organizacional da Educação Profissional Brasileira 29
 - 2.2.1 A legislação brasileira para a Educação Profissional 29
 - 2.2.1.1 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio..... 31
- 2.3 Considerações 42

3 **44**

Gestão curricular

- 3.1 Currículo 44
- 3.2 Gestão Curricular..... 53
- 3.3 Considerações 59

4 **61**

Coordenação pedagógica: ETEC de Ilha Solteira

- 4.1 Centro Paula Souza 61
 - 4.1.1 Histórico 61
 - 4.1.2 Processo de elaboração de currículos 64
 - 4.1.3 Formação do corpo docente e da gestão escolar 78
- 4.2 Etec de Ilha Solteira 88
 - 4.2.1 Histórico 88
 - 4.2.2 Cursos ofertados e perfis profissionais de conclusão 94
 - 4.2.3 Estrutura organizacional..... 105
 - 4.2.4 A Coordenação Pedagógica e a Gestão Curricular 108
- 4.3 Considerações 136

Considerações finais **139**

Referências **142**

Prefácio

Deise Aparecida Peralta

O percurso de uma escola de Educação Profissional é a história do entrelaçamento de vidas com educação, formação e conhecimento. E nesse cenário uma pessoa se destaca como aquela que tece os fios a se entrelaçarem, por um lado assegurando o conhecimento como uma questão central da educação, e por outro fazendo da formação para o mundo do trabalho questão central da instituição escolar, muito além do mercado de trabalho. Essa pessoa: o coordenador pedagógico.

O livro de Luciano da Paz Santos e Harryson Junio Lessa Gonçalves, *Gestão curricular e Educação Profissional: a perspectiva da Coordenação Pedagógica* dispensa, a rigor, qualquer apresentação que não um convite a sua leitura. Isto posto, pois o conteúdo é relevante porque trata de conceitos teóricos e de perspectivas de atuação profissional, diante de cenários de gestão de currículos, que colaboram em muito com um debate qualificado sobre Coordenação Pedagógica na Educação Profissional.

Os autores reconstróem a trajetória do Centro Paula Souza, importante instituição pública do Estado de São Paulo ligada à Educação Profissional, contemplando aspectos políticos e curriculares de forma precisa e sensível. O livro está bem escrito e transmite informações necessárias para que o leitor possa ter ideia do universo da Educação Profissional, da organização e desenvolvimento curricular de uma Escola Técnica Estadual do Centro Paula Souza, e das competências e atribuições de um coordenador pedagógico, com ênfase nas questões curriculares. Ao mesmo tempo, como um pano de fundo, apresentam traços do cotidiano,

êxitos e limites, vivenciados pelo exercício da coordenação pedagógica em movimento analítico.

A forma como o livro é gestado e apresentado, convida a uma imersão na Coordenação Pedagógica e na Educação Profissional do Centro Paula Souza, bem como na dualidade de racionalidades que, por vezes, perpassam esses dois mundos: a razão centrada nas pessoas, característica do coordenador pedagógico, e a instrumentalidade sistêmica que pauta os currículos oficiais. Para circunscrever a Coordenação Pedagógica nos limites e desafios de uma Escola Técnica, este livro assevera a problematização dos espaços de formação na Educação Profissional, lançando um olhar de modo crítico para as aprendizagens profissionalizantes, ao passo que registra interesses, expectativas e motivações que não se esgotam nas necessidades do mercado de trabalho.

A obra está organizada em três capítulos que versam sobre perspectivas e trajetórias pessoais, intencionalidades e expectativas ao se lançarem a discutir sobre Coordenação Pedagógica; perpassando descrição do histórico da Educação Profissional no Brasil, teorizações sobre Gestão Curricular e Coordenação Pedagógica, e análises da coordenação pedagógica em uma das unidades do Centro Paula Souza (a de Ilha Solteira).

Luciano e Harryson fornecem oportunidade, de maneira argumentada ao longo do livro, para rever entendimentos sobre atuação da Coordenação Pedagógica no contexto da Educação Profissional, submetendo o leitor a um “um discurso teórico prático” ao melhor estilo habermasiano. O esforço discursivo empenhado se traduz em perspectiva múltipla ao tratar Educação Profissional e Coordenação Pedagógica em um patamar que permite conciliação epistemológica, sem despi-lo de coerência e integridade crítica.

Fica o convite à leitura!

1

Introdução

Esta pesquisa foi realizada durante o mestrado do primeiro autor (SANTOS, 2020) no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) sob a orientação do segundo autor. A pesquisa foi motivada pela *continuum* de marcas da trajetória profissional do primeiro autor, sendo a sua própria experiência protagonista deste livro; assim, por vezes, o texto irá narrar aspectos da própria trajetória do mesmo na primeira pessoa do singular outras vezes no pronome indefinido.

Esse trabalho se inicia pelo reconhecimento da Educação Profissional Técnica como uma área de muitas oportunidades, já que possibilita a oferta de cursos de formação técnica de qualidade para trabalhadores que, após curto período (um a dois anos de duração), podem ingressar no mercado de trabalho de forma altamente qualificada.

A relação dessa pesquisa com tal espaço investigado se estabeleceu pelo fato de que iniciei¹ minha carreira profissional como docente na Educação Superior, nos cursos de tecnologia – modalidade superior da Educação Profissional –, no período de abril de 2004 a outubro de 2007, em uma faculdade no Município de Ilha Solteira e, após esse período, dediquei-me à docência como professor de cursos técnicos na Escola Técnica Estadual de Ilha Solteira (Etec), instituição pública mantida pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), mais conhecido como Centro Paula Souza (CPS).

¹ Narrativa de experiência do primeiro autor.

Na Etec tive oportunidade de atuar em funções de suporte pedagógico, inicialmente como coordenador de curso², desenvolvendo atividades destinadas ao planejamento, acompanhamento, avaliação e registro das atividades técnicas e pedagógicas, vinculadas ao projeto político-pedagógico da unidade escolar, além de planejar e organizar atividades complementares ao plano de curso, como cursos extracurriculares de curta duração, palestras e visitas técnicas, para oferecer aos alunos a vivência teórico-prática dos conteúdos estudados.

Na sequência, fui convidado a assumir o cargo de diretor de serviços da área acadêmica, na própria Etec, atuando como responsável pela vida escolar dos estudantes da unidade, uma função que compreende escrituração, documentação escolar, expedição e registro de documentos.

Durante esse período, fui aprovado no processo de qualificação para a função de professor responsável pelo apoio e orientação educacional³, tendo atuado nessa função por alguns anos, colaborando com a formação permanente do corpo discente, especialmente no que diz respeito a valores e atitudes. Para tanto, eram promovidas atividades direcionadas à compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do estado, da família e dos demais grupos da comunidade, por meio da participação dos estudantes nos órgãos colegiados (conselhos de classe e escolares, grêmio estudantil e representação de classes).

Além disso, tive a oportunidade de participar do processo de qualificação para a função de professor responsável pela coordenação pedagógica⁴, sendo aprovado, e em momento posterior, fui convidado pela

² A unidade escolar conta com um coordenador para cada curso, responsável pelas atividades técnicas e pedagógicas, conforme a Deliberação CEETEPS 19, de 16/07/2015.

³ A Etec conta com um coordenador de projetos, responsável pelo apoio e orientação educacional, por atividades de formação do corpo discente, conforme a Deliberação CEETEPS 18, de 16/07/2015.

⁴ A Etec conta com um coordenador de projetos, responsável pela coordenação pedagógica e pelo suporte didático-pedagógico do processo de ensino e aprendizagem, de acordo com a Deliberação CEETEPS 20, de 16/07/2015.

direção a assumir essa nova função na unidade escolar, na qual me encontro até o momento, respondendo pelo suporte didático-pedagógico do processo de ensino e aprendizagem.

Assim, no desempenho das atribuições dessa função de coordenador pedagógico, (CP) surgem reflexões sobre o processo educacional como um todo, decorrentes do projeto de coordenação pedagógica (PCP), documento elaborado anualmente pelo CP, para provocar o envolvimento dos coordenadores de curso nas ações voltadas à permanência escolar do estudante.

Disso decorrem algumas questões, quais sejam, i) quais os parâmetros utilizados pelo CP para avaliar os resultados do processo de ensino e aprendizagem?; ii) como o CP consegue desenvolver sua principal atribuição, a formação docente, diante das suas inúmeras atribuições?; iii) Por quais motivos o CPS solicita a elaboração anual de um projeto de coordenação pedagógica, se a instituição conta com o regimento comum e uma deliberação que normatiza a função e estabelece as atribuições desse profissional?; iv) de quais instrumentos o CPS se utiliza para avaliar os resultados do processo educacional?

Para tentar compreender tais questões e, assim, contribuir com minha atuação como coordenador pedagógico, em julho de 2018 comecei a participar do Grupo de Pesquisa em Currículo: Estudos, Práticas e Avaliação (GEPAC), da Unesp de Ilha Solteira, um importante grupo de estudo e pesquisa da cidade, que se debruça em compreender o fenômeno educacional na sua essência.

A participação nesse grupo me possibilitou tecer reflexões sobre minha prática, a partir das teorias curriculares, o que foi essencial para minha participação e consequente aprovação no processo seletivo para ingresso no curso de mestrado acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos, da Unesp de Ilha Solteira.

Nesse contexto, delineou-se a presente investigação, a partir do seguinte problema de pesquisa: qual o papel do CP na gestão curricular da educação profissional técnica, no âmbito de uma Etec?

Sendo assim, organizou-se uma pesquisa de cunho qualitativo, em especial descritivo, a partir da análise da própria prática profissional, utilizando-se de pesquisa documental.

De acordo com Oliveira (2007, p. 69), “a pesquisa documental caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico, como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação”. No mesmo esteio, Phillips (1974, p. 187) afirma que documentos são “quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”.

Diante disso, delimitou-se para esse estudo o objetivo geral de refletir sobre o papel assumido pela coordenação pedagógica, em uma escola técnica estadual paulista, na gestão curricular da educação profissional técnica, à luz do currículo prescrito, apresentado e avaliado.

Nesses termos, para a efetivação de tal objetivo, definiram-se os objetivos específicos, quais sejam, i) escrever algumas marcas da educação profissional no Brasil, em especial no contexto investigado; ii) caracterizar o processo de construção/produção dos currículos da escola investigada, bem como o processo de envolvimento do coordenador pedagógico e iii) mapear as ações desenvolvidas pelo coordenador pedagógico, na escola investigada, frente à gestão curricular nos cursos técnicos.

Isso posto, interessa notar que essa pesquisa se desenvolveu a partir da minha experiência enquanto profissional da coordenação pedagógica de uma escola técnica estadual paulista e, por envolver a questão da experiência, torna-se importante entender a diferença entre experiência e informação.

Nesse entendimento, Larrosa Bondía (2002) relata que a informação não deixa espaço para a experiência, pois o sujeito moderno passa seu tempo na busca por informação, preocupado em estar informado, seja ao ler um livro, ou uma notícia, fazer uma viagem e, assim, emite sua opinião, muitas vezes obsessiva, a favor ou contra determinado assunto, mas tal informação não faz outra coisa senão cancelar as possibilidades de experiência.

Nessa tendência, Bondía (2002) ainda atesta que, por falta de tempo, tudo passa muito depressa, impedindo também a memória, já que cada acontecimento é imediatamente substituído por outro, sem deixar qualquer vestígio. Ao sujeito do estímulo, da vivência pontual, tudo excita, tudo agita, mas nada acontece.

As possibilidades de experiência são desfavorecidas pela velocidade e o que ela provoca, bem como pela falta de silêncio e de memória. Também em educação, todos estão sempre acelerados e nada acontece a quem quer que seja, tornando a experiência cada vez mais rara por excesso do que fazer, o que muitas vezes gera confusão entre experiência e trabalho; daí se dizer que o saber vem dos livros e das palavras e, no trabalho, adquire-se a experiência.

A experiência, para o autor supracitado, é entendida como possibilidade de que algo aconteça, ou toque o indivíduo. Nesse caso, requer parar para pensar, olhar e escutar; pensar, olhar e escutar mais devagar; demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender a vontade, cultivar a atenção e a delicadeza, falar sobre o que acontece, escutar os outros, dar-se tempo e espaço.

Nessa lógica, a experiência se refere àquilo que acontece ao sujeito, que afeta de algum modo, produz afetos, deixa marcas e vestígios e alguns efeitos; é, sobretudo, um espaço em que os acontecimentos têm lugar, em que o indivíduo é definido por sua passividade, receptividade,

disponibilidade e abertura. Por isso, torna-se incapaz de experiência aquele que se põe, ou se opõe, ou se impõe, ou se propõe, mas não se “ex-põe”; da mesma forma, aquele a quem nada lhe passa, ou acontece, ou sucede, ou que nada toca, chega, afeta, ameaça; enfim, aquele a quem nada ocorre.

Assim sendo, entende-se que a palavra experiência, que vem do latim *experiri* (provar; experimentar), é, em primeiro lugar, um encontro, ou uma relação com algo que se experimenta, que se prova. O sujeito da experiência é também sofredor, padecente, receptivo, aceitante, interpelado e submetido; seu contrário, o incapaz de experiência, é firme, forte, impávido, inatingível, erguido, anestesiado, apático, autodeterminado e definido por seu saber, poder e vontade. Portanto, ao passar pela experiência, o indivíduo se forma e se transforma (LARROSA BONDÍA, 2002).

Nessa ideia, Heidegger (1987, p.143), citado por Larrosa Bondía (2002, p. 25), relata que o indivíduo pode ser transformado pelas experiências às quais se deixa submeter:

[...] fazer uma experiência com algo significa que algo nos acontece, nos alcança; que se apodera de nós, que nos tomba e nos transforma. Quando falamos em “fazer” uma experiência, isso não significa precisamente que nós a façamos acontecer, “fazer” significa aqui: sofrer, padecer, tomar o que nos alcança receptivamente, aceitar, à medida que nos submetemos a algo. Fazer uma experiência quer dizer, portanto, deixar-nos abordar em nós próprios pelo que nos interpela, entrando e submetendo-nos a isso. Podemos ser assim transformados por tais experiências, de um dia para o outro ou no transcurso do tempo (HEIDEGGER, 1987, p.143, apud LARROSA BONDÍA, 2002, p. 25).

Dessa maneira, a experiência pode ser compreendida como o verdadeiro conhecimento, aquele que toca, transforma e proporciona novas aprendizagens, libertando o indivíduo de ser o sujeito da informação para se submeter à possibilidade de experienciar:

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça (LARROSA BONDÍA, 2002, p.20).

Nesse sentido, como essa pesquisa parte das experiências desse pesquisador na função de coordenador pedagógico, os registros para o desenvolvimento do estudo se pautaram na análise documental (documentos normativos e curriculares que substanciam o trabalho pedagógico da escola, bem como outros que normatizam as escolas técnicas do CPS), fundamental para o desempenho das atribuições da respectiva função.

Nessa perspectiva, seguem descritos os documentos analisados:

- a. Projeto Político-Pedagógico (PPP);
- b. Projeto Plurianual de Gestão (PPG);
- c. Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais;
- d. Planos de Curso: Administração, Agronegócio, Desenvolvimento de Sistemas, Eletrotécnica, Enfermagem, Eventos, Mecânica, Meio Ambiente, Recursos Humanos, Segurança do Trabalho e Serviços Jurídicos;
- e. Deliberações e Memorandos do CPS;

Com isso, foi possível estruturar o presente trabalho em três capítulos, organizados conforme segue descrito:

O primeiro capítulo, denominado *Educação Profissional*, traz uma breve reflexão sobre os marcos históricos da educação profissional no país, as lutas e conflitos da sociedade diante dos modelos propostos para a educação brasileira pelos governos neoliberais, além de descrever a estrutura organizacional da educação profissional, caracterizando a legislação vigente para essa modalidade educacional.

Na sequência, o segundo capítulo aborda aspectos da dimensão da *Gestão Curricular*; considerando, nessa perspectiva, as diversas teorias curriculares, o processo de desenvolvimento do currículo, a partir das teorias de Sacristán (1998) e, também, trata dos conceitos e características da gestão curricular.

O terceiro e último capítulo, intitulado *Coordenação Pedagógica: Etec de Ilha Solteira*, tem a finalidade de apresentar a história da fundação do Centro Paula Souza; o processo de elaboração de currículos pelo CPS e a organização da instituição para proporcionar a formação do corpo docente e da gestão escolar das Etecs.

Além disso, esse capítulo final apresenta o histórico e a estrutura organizacional da Etec de Ilha Solteira; os cursos ofertados e os perfis profissionais de conclusão dos alunos, bem como a descrição do papel assumido pela coordenação pedagógica, frente à gestão curricular dos cursos técnicos na unidade escolar, baseando-se nos documentos normativos do CPS e na experiência desse pesquisador no exercício da função de CP.

2

Educação profissional

Neste capítulo são apresentados alguns marcos históricos da Educação Profissional no Brasil, as lutas e conflitos políticos e econômicos enfrentados pela sociedade brasileira, no intuito de entender o contexto dessa investigação. Ressalta-se ainda que a estrutura organizacional apresentada para a educação profissional brasileira tem como parâmetro as principais legislações vigentes.

2.1 Marcos Históricos da Educação Profissional no Brasil

Os primeiros indícios da educação profissional no país surgiram a partir de 1809, com a criação do colégio de fábricas. Não se encontram registros relacionados a essa modalidade educacional no período anterior ao século XIX, pois o que existia na ocasião era apenas a educação propedêutica, direcionada às elites.

A educação profissional propriamente dita teve sua origem no Brasil sob uma perspectiva assistencialista, com o intuito de amparar os órfãos e os desvalidos da sorte. Assim, em 1909, o presidente Nilo Peçanha criou as escolas de aprendizes artífices, destinadas aos pobres e humildes. Tais escolas, bem como as do ensino agrícola, evidenciaram um grande passo na educação profissional no país, principalmente para atender às necessidades dos empreendimentos da agricultura e da indústria (BRASIL, 2007).

Na continuidade, as décadas de 30 e 40 já vieram marcadas por transformações políticas, econômicas e educacionais, fortalecendo a nova burguesia industrial, em substituição às oligarquias cafeeiras, afetadas pela crise da agricultura do café. Esse processo de industrialização e

modernização exigiu um posicionamento das camadas dirigentes com relação à educação. A partir daí, foram definidos vários decretos educacionais e, em especial, leis específicas para a formação profissional, em cada ramo da economia e da formação de professores.

Nesse direcionamento, a chamada Reforma Capanema, voltada à organização da educação nacional, estruturou os níveis da educação básica e superior; a vertente profissionalizante, etapa final do ensino secundário, acabou sendo constituída pelos cursos normal, industrial técnico, comercial técnico e agrotécnico (BRASIL, 2007).

Nesse contexto, foi promulgado o projeto de Lei nº 4.024 (primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), que entrou em vigor em 1961, em um período de concentração de interesses que pleiteavam a extensão da rede escolar gratuita (primário e secundário) e a equivalência entre o ensino médio propedêutico e profissionalizante, com possibilidade de transferência de um para outro.

Esse período trouxe muitos debates e discussões com uma sociedade em conflito com os modelos de desenvolvimento, já que os setores ligados às classes hegemônicas reivindicavam a redução da ação política sobre a escola, pois defendiam que a educação fosse ministrada predominantemente por escolas privadas (BRASIL, 2007).

Essa conjuntura conflituosa, que resultou na primeira LDB, proporcionou a liberdade de atuação da iniciativa privada no domínio educacional e deu plena equivalência entre todos os cursos do mesmo nível, com vistas à equiparação, o que colocou fim na dualidade de ensino (propedêutico x profissionalizante).

Em seguida, sob o governo militar, destaca-se a profunda reforma da educação básica, no ano de 1971, pela promulgação da Lei nº 5.692/71 – Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus -, cuja proposta foi estruturar

a educação de nível médio brasileiro como sendo profissionalizante para todos.

Essa iniciativa vinha de um projeto de governo centrado no desenvolvimento da industrialização subalterna; daí a profissionalização obrigatória do ensino de 2º grau, advinda de um governo autoritário, para garantir a inserção no mundo do trabalho pela oferta compulsória de formação técnica profissionalizante em nível de 2º grau (BRASIL, 2007).

Na prática, a compulsoriedade da formação técnica profissionalizante em nível de 2º grau ficou restrita ao âmbito público; enquanto isso, as escolas privadas continuaram com os currículos propedêuticos voltados para a ciência, letras e artes, visando o atendimento às elites.

Assim sendo, em vez de ampliar a duração do 2º grau para incluir conteúdo da formação profissional de forma integrada aos conhecimentos das ciências, das letras e das artes, houve a redução dos últimos em favor dos primeiros, especialmente na educação pública, como parte da proposta da reforma educacional no país. Por esse motivo, ocorreu uma movimentação dos filhos da classe média das escolas públicas para as privadas, na busca de garantir uma formação que lhes permitisse continuar os estudos em nível superior (BRASIL, 2007).

Na sequência, na primeira metade dos anos 1990, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a profissionalização obrigatória foi se desvanecendo, em um processo que culminou com a entrada da nova LDB, a Lei Federal nº 9.394/96. Com isso, o país passou de um período ditatorial para a reconstrução do estado de direito, e o chamado 2º grau profissionalizante acabou se resumindo às escolas técnicas federais (ETF), escolas agrotécnicas federais (EAF) e a poucos sistemas estaduais de ensino (BRASIL, 2007).

Na década de 90, o Brasil passou, segundo Machado (2005), pela reforma dos ensinos médio e profissional, em função de um conjunto de

estratégias político-econômicas do governo federal, orientadas e estimuladas pelos organismos multinacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e voltadas aos interesses da classe dominante.

A partir do governo Fernando Collor de Melo foi proposto um modelo de reestruturação econômica e de intervenção do Estado para o país, afinado com a ideologia neoliberal. Com isso, a educação passou por um processo de reorientação do ensino básico e do profissional de nível médio. Logo após o afastamento de Collor da presidência, Itamar Franco assumiu o poder e trabalhou para recuperar a estabilidade econômica e política, pautando-se na mesma concepção educacional do início da década de 90.

Nesse encaminhamento, ao final do governo de Itamar Franco, foram concentrados esforços na Secretaria de Educação Média e Tecnológica para a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, o que acarretou a transformação das escolas técnicas federais em centros federais de educação tecnológica. Posteriormente, o governo de Fernando Henrique Cardoso manteve essa ideologia e, na reforma da educação profissional, sobressaíram-se dois argumentos: as escolas técnicas e agrotécnicas, especialmente da rede federal.

Nesse âmbito, foram propostos dois projetos pelo governo federal. O primeiro, de 1991, de iniciativa da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), propôs a incorporação das escolas técnicas do setor público federal, estadual e municipal, das instituições particulares da rede do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) ao Sistema Nacional de Educação Tecnológica.

O segundo, de 1995, foi elaborado pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional (SEFOR), e se voltou ao desenvolvimento de

estratégias formativas destinadas à qualificação/requalificação e formação continuada de trabalhadores jovens e adultos.

Nesse contexto, Machado (2005) destaca o Decreto nº 5.773/06, sobre as funções dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), que ratifica essas instituições como de ensino superior, e o Decreto nº 5.224/04, que estabelece a oferta de ensino superior de graduação e pós-graduação pelos CEFETs, na área tecnológica.

Em seguida, a Lei Federal nº 11.892/08 instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFECT).

Esse cenário ilustra os avanços e mudanças no processo educacional do país, os desafios e conquistas da educação durante décadas para que se alcançassem os resultados vivenciados pela sociedade brasileira no mundo contemporâneo.

2.2 Estrutura Organizacional da Educação Profissional Brasileira

Esse tópico discute a organização da educação profissional brasileira baseando-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, como forma de compreender os aspectos legais que substanciam estruturalmente essa modalidade educacional e o desenvolvimento de currículo.

2.2.1 A legislação brasileira para a Educação Profissional

A educação profissional é uma modalidade educacional prevista pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 -, com a finalidade de preparar o cidadão para atuar no mundo do trabalho. Seu Art. 36-A dispõe que “[...] o

ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas” (BRASIL, 1996, art. 36-A).

Nessa tendência, o Decreto nº 5.154, de 23/07/2004 – que regulamenta o parágrafo segundo do artigo 36 e os artigos 39 a 41 da LDB – estabelece que os cursos e programas de educação profissional técnica de nível médio, bem como os cursos de educação profissional tecnológica de graduação, quando estruturados e organizados em etapas com terminalidade, incluirão saídas intermediárias, que possibilitarão a obtenção de certificados de qualificação para o trabalho, após sua conclusão com aproveitamento (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, as instituições de educação profissional e tecnológica devem prever nos currículos de seus cursos as etapas de terminalidade e, assim, assegurar o direito de obtenção de certificados intermediários de qualificação para o ingresso no mundo do trabalho.

Além disso, segundo a LDB, tais instituições deverão oferecer também cursos especiais, abertos à comunidade, cuja matrícula deve estar condicionada à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade. Nesse caso, destaca-se que o conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento, ou conclusão de estudos (BRASIL, 1996).

Nessa concepção, importa notar que o art. 227 da Constituição Federal inclui como prioridade os direitos à educação e à profissionalização (BRASIL, 1988), e que a Indicação CEE nº 08/2000 (CEF/CEM) destaca ser fundamental o desenvolvimento de competências profissionais que permitam ao cidadão-trabalhador a capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação conhecimentos, habilidades e valores necessários para o bom desempenho das atividades exigidas pela natureza do trabalho (SÃO

PAULO, 2000), de modo a atender às novas exigências do mundo profissional.

Na realidade, as competências requeridas pela educação profissional quanto à natureza do trabalho são abordadas pela Resolução CNE/CEB Nº 04/99, parágrafo único, Art. 6º: “I - competências básicas, constituídas no ensino fundamental e médio; II - competências profissionais gerais, comuns aos técnicos de cada área; III - competências profissionais específicas de cada qualificação ou habilitação” (BRASIL, 1999, art. 6º).

Concerne observar que as competências profissionais supracitadas estão relacionadas aos aspectos comportamentais do profissional que, além do conhecimento técnico, necessita adquirir capacidade para lidar com situações-problema.

2.2.1.1 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (DCNEPT) são definidas pela Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, e se referem ao conjunto articulado de princípios e critérios para o planejamento, desenvolvimento e avaliação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), que deve ser observado pelos sistemas e instituições de ensino (BRASIL, 2012).

Nesse sentido, torna-se fundamental compreender como a EPTNM é desenvolvida, podendo-se destacar as duas formas de educação que ela engloba: a *articulada* e a *subsequente* ao Ensino Médio:

I – a *articulada*, por sua vez, é desenvolvida nas seguintes formas:

- a) *integrada*, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio, ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica;

- b) *concomitante*, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio, ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição, ou em distintas instituições de ensino;
 - c) *concomitante* na forma, uma vez que é desenvolvida simultaneamente em distintas instituições educacionais, mas *integrada* no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de intercomplementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado;
- II – a *subsequente*, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio (BRASIL, 2012, p. 3).

Isso posto, observa-se que os cursos da EPTNM podem ser desenvolvidos nas formas *articulada integrada*, na mesma instituição de ensino, ou *articulada concomitante*, em instituições de ensino distintas, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de um projeto pedagógico unificado, ou, ainda, na forma *articulada subsequente*, para quem já tenha concluído o ensino médio.

Com relação aos cursos da EPTNM, as DCNEPT definem que eles devem ser organizados pelos eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT)¹, instituído e organizado pelo Ministério da Educação (MEC), ou por uma ou mais ocupações da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

Sendo assim, o CNCT, atualizado com as definições de novos critérios disciplinares e orientadores para os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de educação profissional e tecnológica por meio da Resolução CNE/CEB nº 01, de 05 de dezembro de 2014, estabelece a relação de 227 cursos, agrupados por eixos tecnológicos, com a respectiva caracterização.

¹ Dados sobre o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) extraídos do site oficial do Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/52031-catalogo-nacional-de-cursos-tecnicos>. Acesso em: 15 fev. 2020.

Esses eixos tecnológicos se dividem em i) ambiente e saúde; ii) controle e processos industriais; iii) desenvolvimento educacional e social; iv) gestão e negócios; v) informação e comunicação; vi) infraestrutura; vii) militar; viii) produção alimentícia; ix) produção cultural e design; x) produção industrial; xi) recursos naturais; xii) segurança e xiii) turismo, hospitalidade e lazer (BRASIL, 2014). Segue abaixo os quadros de 1 a treze, com tais eixos, seus cursos e as respectivas cargas horárias:

Quadro 1 - Eixo Tecnológico – Ambiente e Saúde

Eixo Tecnológico	Curso Técnico	Carga horária
Ambiente e Saúde	- Agente Comunitário de Saúde	1.200 horas
	- Análises Clínicas	1.200 horas
	- Citopatologia	1.200 horas
	- Controle Ambiental	1.200 horas
	- Cuidados de Idosos	1.200 horas
	- Enfermagem	1.200 horas
	- Equipamentos Biomédicos	1.200 horas
	- Estética	1.200 horas
	- Farmácia	1.200 horas
	- Gerência em Saúde	1.200 horas
	- Hemoterapia	1.200 horas
	- Imagem Pessoal	1.200 horas
	- Imobilizações Ortopédicas	1.200 horas
	- Massoterapia	1.200 horas
	- Meio Ambiente	1.200 horas
	- Meteorologia	1.200 horas
	- Necropsia	1.200 horas
	- Nutrição e Dietética	1.200 horas
	- Óptica	1.200 horas
	- Órteses e Próteses	1.200 horas
	- Podologia	1.200 horas
	- Prótese Dentária	1.200 horas
	- Radiologia	1.200 horas
	- Reabilitação de Dependentes Químicos	1.200 horas
	- Reciclagem	1.200 horas
	- Registros e Informações em Saúde	1.200 horas
- Saúde Bucal	1.200 horas	
- Vigilância em Saúde	1.200 horas	

Fonte: (BRASIL, 2014, adaptado)

Quadro 2 - Eixo Tecnológico – Controle e Processos Industriais

Eixo Tecnológico	Curso Técnico	Carga horária
Controle e Processos Industriais	- Automação Industrial	1.200 horas
	- Eletroeletrônica	1.200 horas
	- Eletromecânica	1.200 horas
	- Eletrônica	1.200 horas
	- Eletrotécnica	1.200 horas
	- Manutenção Automotiva	1.200 horas
	- Manutenção de Aeronaves em Aviônicos	1.200 horas
	- Manutenção de Aeronaves em Célula	1.200 horas
	- Manutenção de Aeronaves em Grupo Motopropulsor	1.200 horas
	- Manutenção de Máquinas Industriais	1.200 horas
	- Manutenção de Máquinas Navais	1.200 horas
	- Manutenção de Máquinas Pesadas	1.200 horas
	- Manutenção de Sistemas Metroferroviários	1.200 horas
	- Mecânica	1.200 horas
	- Mecânica de Precisão	1.200 horas
	- Mecatrônica	1.200 horas
	- Metalurgia	1.200 horas
	- Metrologia	1.200 horas
	- Processamento da Madeira	1.200 horas
	- Refrigeração e Climatização	1.200 horas
- Sistemas a Gás	1.200 horas	
- Sistemas de Energia Renovável	1.200 horas	
- Soldagem	1.200 horas	

Fonte: (BRASIL, 2014, adaptado)

Quadro 3 - Eixo Tecnológico – Desenvolvimento Educacional e Social

Eixo Tecnológico	Curso Técnico	Carga horária
Desenvolvimento Educacional e Social	- Laboratório de Ciências da Natureza	800 horas
	- Alimentação Escolar	1.200 horas
	- Biblioteconomia	800 horas
	- Infraestrutura Escolar	1.200 horas
	- Ludoteca	800 horas
	- Múltiplos Didáticos	1.200 horas
	- Orientação Comunitária	800 horas
	- Produção de Materiais Didáticos Bilingue em Libras/ Língua Portuguesa	1.200 horas
	- Secretaria Escolar	1.200 horas
	- Tradução e Interpretação de Libras	1.200 horas
	- Treinamento e Instrução de Cães-Guia	1.200 horas

Fonte: (BRASIL, 2014, adaptado)

Quadro 4 - Eixo Tecnológico – Gestão e Negócios

Eixo Tecnológico	Curso Técnico	Carga horária
Gestão e Negócios	- Administração	1.000 horas
	- Comércio	800 horas
	- Comércio Exterior	800 horas
	- Condomínio	800 horas
	- Contabilidade	800 horas
	- Cooperativismo	800 horas
	- Finanças	800 horas
	- Logística	800 horas
	- Marketing	800 horas
	- Qualidade	800 horas
	- Recursos Humanos	800 horas
	- Secretariado	800 horas
	- Seguros	800 horas
	- Serviços Jurídicos	800 horas
	- Serviços Públicos	800 horas
- Transações Imobiliárias	800 horas	
- Vendas	800 horas	

Fonte: (BRASIL, 2014, adaptado)

Quadro 5 - Eixo Tecnológico – Informação e Comunicação

Eixo Tecnológico	Curso Técnico	Carga horária
Informação e Comunicação	- Computação Gráfica	1.000 horas
	- Desenvolvimento de Sistemas	1.000 horas
	- Informática	1.200 horas
	- Informática para Internet	1.000 horas
	- Manutenção e Suporte em Informática	1.000 horas
	- Programação de Jogos Digitais	1.000 horas
	- Redes de Computadores	1.000 horas
	- Sistemas de Comutação	1.200 horas
	- Sistemas de Transmissão	1.200 horas
	- Telecomunicações	1.200 horas

Fonte: (BRASIL, 2014, adaptado)

Quadro 6 - Eixo Tecnológico – Infraestrutura

Eixo Tecnológico	Curso Técnico	Carga horária
Infraestrutura	- Aeroportuário	1.000 horas
	- Agrimensura	1.200 horas
	- Carpintaria	1.200 horas
	- Desenho de Construção Civil	1.200 horas
	- Edificações	1.200 horas

- Estradas	1.200 horas
- Geodésia e Cartografia	1.000 horas
- Geoprocessamento	1.200 horas
- Hidrologia	1.200 horas
- Portos	1.000 horas
- Saneamento	1.200 horas
- Trânsito	1.000 horas
- Transporte Aquaviário	1.000 horas
- Transportes de Cargas	1.000 horas
- Transporte Dutoviário	1.000 horas
- Transporte Metroferroviário	1.200 horas
- Transporte Rodoviário	1.000 horas

Fonte: (BRASIL, 2014, adaptado)

Quadro 7 - Eixo Tecnológico – Militar

Eixo Tecnológico	Curso Técnico	Carga horária
Militar	- Ações de Comandos	1.200 horas
	- Armamento de Aeronaves	800 horas
	- Artilharia	1.200 horas
	- Artilharia Antiaérea	1.200 horas
	- Bombeiro Aeronáutico	1.200 horas
	- Cavalaria	1.200 horas
	- Combate a Incêndio, Resgate e Prevenção de Acidentes de Aviação	800 horas
	- Comunicações Aeronáuticas	1.200 horas
	- Comunicações Navais	1.200 horas
	- Controle de Tráfego Aéreo	1.200 horas
	- Desenho Militar	1.200 horas
	- Eletricidade e Instrumentos Aeronáuticos	1.200 horas
	- Equipamento de Engenharia	800 horas
	- Equipamentos de Voo	1.200 horas
	- Estrutura e Pintura de Aeronaves	1.200 horas
	- Forças Especiais	1.200 horas
	- Fotointeligência	1.200 horas
	- Guarda e Segurança	1.200 horas
	- Hidrografia	1.200 horas
	- Infantaria	1.200 horas
	- Informações Aeronáuticas	1.200 horas
	- Manobras e Equipamentos de Convés	1.200 horas
	- Material Bélico	1.200 horas
	- Mecânica de Aeronaves	1.200 horas
- Mergulho	1.200 horas	
- Montanhismo	800 horas	

- Navegação Fluvial	800 horas
- Operação de Radar	1.200 horas
- Operação de Sonar	1.200 horas
- Operações de Engenharia Militar	1.200 horas
- Preparação Física e Desportiva Militar	1.200 horas
- Sensores de Aviação	1.200 horas
- Sinais Navais	1.200 horas
- Sinalização Náutica	1.200 horas
- Suprimento	1.200 horas

Fonte: (BRASIL, 2014, adaptado)

Quadro 8 - Eixo Tecnológico – Produção Alimentícia

Eixo Tecnológico	Curso Técnico	Carga horária
Produção Alimentícia	- Agroindústria	1.200 horas
	- Alimentos	1.200 horas
	- Apicultura	1.200 horas
	- Cervejaria	1.200 horas
	- Confeitaria	800 horas
	- Panificação	800 horas
	- Processamento do Pescado	1.000 horas
	- Viticultura e Enologia	1.200 horas

Fonte: (BRASIL, 2014, adaptado)

Quadro 9 - Eixo Tecnológico – Produção Cultural e Design

Eixo Tecnológico	Curso Técnico	Carga horária
Produção Cultural e Design	- Artes Circenses	800 horas
	- Artes Visuais	800 horas
	- Artesanato	800 horas
	- Canto	800 horas
	- Cenografia	800 horas
	- Composição e Arranjo	800 horas
	- Comunicação Visual	800 horas
	- Conservação e Restauro	800 horas
	- Dança	800 horas
	- Design de Calçados	800 horas
	- Design de Embalagens	800 horas
	- Design de Interiores	800 horas
	- Design de Joias	800 horas
	- Design de Móveis	800 horas
	- Documentação Musical	800 horas
	- Fabricação de Instrumentos Musicais	800 horas
	- Figurino Cênico	800 horas
	- Instrumento Musical	800 horas

	- Modelagem do Vestuário	800 horas
	- Multimídia	800 horas
	- Museologia	800 horas
	- Paisagismo	800 horas
	- Processos Fonográficos	800 horas
	- Processos Fotográficos	800 horas
	- Produção de Áudio e Vídeo	800 horas
	- Produção de Moda	800 horas
	- Publicidade	800 horas
	- Rádio e Televisão	800 horas
	- Regência	800 horas
	- Teatro	800 horas

Fonte: (BRASIL, 2014, adaptado)

Quadro 10 - Eixo Tecnológico – Produção Industrial

Eixo Tecnológico	Curso Técnico	Carga horária
Produção Industrial	- Açúcar e Alcool	1.200 horas
	- Análises Químicas	1.200 horas
	- Biocombustíveis	1.200 horas
	- Biotecnologia	1.200 horas
	- Calçados	1.200 horas
	- Celulose e Papel	1.200 horas
	- Cerâmica	1.200 horas
	- Construção Naval	1.200 horas
	- Curtimento	1.200 horas
	- Fabricação Mecânica	1.200 horas
	- Impressão Offset	1.200 horas
	- Impressão Rotográfica e Flexográfica	1.200 horas
	- Joalheria	1.200 horas
	- Móveis	1.200 horas
	- Petróleo e Gás	1.200 horas
	- Petroquímica	1.200 horas
	- Plásticos	1.200 horas
	- Pré-Impressão Gráfica	1.200 horas
	- Processos Gráficos	1.200 horas
	- Química	1.200 horas
- Têxtil	1.200 horas	
- Vestuário	1.200 horas	

Fonte: (BRASIL, 2014, adaptado)

Quadro 11 - Eixo Tecnológico – Recursos Naturais

Eixo Tecnológico	Curso Técnico	Carga horária
Recursos Naturais	- Agricultura	1.200 horas
	- Agroecologia	1.200 horas
	- Agronegócio	1.200 horas
	- Agropecuária	1.200 horas
	- Aquicultura	1.000 horas
	- Cafeicultura	1.200 horas
	- Equipamentos Pesqueiros	1.200 horas
	- Florestas	1.200 horas
	- Fruticultura	1.200 horas
	- Geologia	1.200 horas
	- Grãos	1.200 horas
	- Mineração	1.200 horas
	- Pesca	1.000 horas
	- Pós-Colheita	1.200 horas
	- Recursos Minerais	1.200 horas
- Recursos Pesqueiros	1.000 horas	
- Zootecnia	1.200 horas	

Fonte: (BRASIL, 2014, adaptado)

Quadro 12 - Eixo Tecnológico – Segurança

Eixo Tecnológico	Curso Técnico	Carga horária
Segurança	- Defesa Civil	800 horas
	- Segurança do Trabalho	1.200 horas

Fonte: (BRASIL, 2014, adaptado)

Quadro 13 - Eixo Tecnológico – Turismo, Hospitalidade e Lazer

Eixo Tecnológico	Curso Técnico	Carga horária
Turismo, Hospitalidade e Lazer	- Agenciamento de Viagem	800 horas
	- Cozinha	800 horas
	- Eventos	800 horas
	- Guia de Turismo	800 horas
	- Hospedagem	800 horas
	- Lazer	800 horas
	- Restaurante e Bar	800 horas

Fonte: (BRASIL, 2014, adaptado)

Cumprе destacar que o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) é atualizado periodicamente pelo MEC, para contemplar novas demandas socioeducacionais e subsidiar o planejamento dos cursos, as

qualificações profissionais correspondentes e as especializações técnicas de nível médio.

Nessa perspectiva, as DCNEPT estabelecem que as unidades de ensino, ao desenvolver os planos de curso, devem se basear nas concepções pedagógicas de cada instituição educacional, sendo coerentes com seus projetos políticos pedagógicos que, por sua vez, precisam conter, obrigatoriamente, no mínimo os seguintes itens:

- I - identificação do curso;
- II - justificativa e objetivos;
- III - requisitos e formas de acesso;
- IV - perfil profissional de conclusão;
- V - organização curricular;
- VI - critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores;
- VII - critérios e procedimentos de avaliação;
- VIII - biblioteca, instalações e equipamentos;
- IX - perfil do pessoal docente e técnico;
- X - certificados e diplomas.

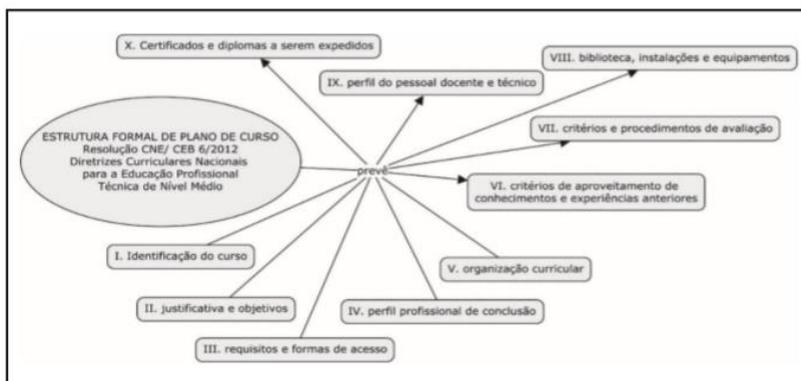
§ 1º A organização curricular deve explicitar:

- I - componentes curriculares de cada etapa, com a indicação da respectiva bibliografia básica e complementar;
- II - orientações metodológicas;
- III - prática profissional intrínseca ao currículo, desenvolvida nos ambientes de aprendizagem;
- IV - estágio profissional supervisionado, em termos de prática profissional em situação real de trabalho, assumido como ato educativo da instituição educacional, quando previsto.

§ 2º As instituições educacionais devem comprovar a existência das necessárias instalações e equipamentos na mesma instituição, ou em instituição distinta, cedida por terceiros, com viabilidade de uso devidamente comprovada (BRASIL, 2012, p. 6).

Dessa forma, destaca-se que, para o planejamento e organização curricular, a instituição de ensino deve contemplar no seu plano de curso, dentre os requisitos apresentados, o perfil profissional de conclusão, compreendido como elemento fundamental para a definição de atribuições e atividades correlatas necessárias aos profissionais do mundo contemporâneo. A figura 1 ilustrada abaixo apresenta o mapa conceitual da organização formal de um plano de curso:

Figura 1 - Mapa conceitual da estrutura de plano de curso



Fonte: Araújo, Demai, Prata (2018, p. 33).

Com relação à organização curricular dos cursos técnicos de nível médio, as DCNEPT (BRASIL, 2012, p. 7) definem que a instituição educacional deve considerar os aspectos abaixo destacados:

- I - adequação e coerência do curso com o projeto político-pedagógico e com o regimento da instituição de ensino;
- II - adequação à vocação regional e às tecnologias e avanços dos setores produtivos pertinentes;
- III - definição do perfil profissional de conclusão do curso, projetado na identificação do itinerário formativo planejado pela instituição educacional, com base nos itinerários de profissionalização claramente identificados no mundo

do trabalho, indicando as efetivas possibilidades de contínuo e articulado aproveitamento de estudos;

IV - identificação de conhecimentos, saberes e competências pessoais e profissionais definidoras do perfil profissional de conclusão proposto para o curso;

V - organização curricular flexível, por disciplinas ou componentes curriculares, projetos, núcleos temáticos ou outros critérios ou formas de organização, desde que compatíveis com os princípios da interdisciplinaridade, da contextualização e da integração entre teoria e prática, no processo de ensino e aprendizagem;

VI - definição de critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem;

VII - identificação das reais condições técnicas, tecnológicas, físicas, financeiras e de pessoal habilitado para implantar o curso proposto;

VIII - elaboração do plano de curso a ser submetido à aprovação dos órgãos competentes do respectivo sistema de ensino;

IX - inserção dos dados do plano de curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, aprovado pelo respectivo sistema de ensino, no cadastro do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), mantido pelo Ministério da Educação, para fins de validade nacional dos certificados e diplomas emitidos;

X - avaliação da execução do respectivo plano de curso (BRASIL, 2012, p.7).

Portanto, considera-se fundamental para o planejamento curricular dos cursos técnicos de nível médio que a instituição de ensino esteja sintonizada com os anseios e necessidades dos setores produtivos, com a coerência do perfil profissional do egresso com o mundo do trabalho e, também, que a organização do currículo seja compatível com os princípios e critérios estabelecidos pelos órgãos competentes.

2.3 Considerações

Constata-se como uma ideologia neoliberal as lutas da sociedade brasileira para alcançar a equivalência entre os modelos de educação, tendo, de um lado, a educação profissional, centrada na proposta de inserção da

sociedade no mundo do trabalho e, de outro, a educação de qualidade, voltada à elite, para garantir a continuidade dos estudos em nível superior.

As mudanças somente começaram a ocorrer com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e da segunda LDB – Lei Federal nº 9.394/96, momento em que o país deixou o regime ditatorial para iniciar a reconstrução do estado de direito. Daí em diante, os desafios enfrentados pela educação demonstraram a importância de os pesquisadores resistirem às adversidades e permanecerem na luta pelo avanço da pesquisa e da ciência.

Neste contexto, a discussão ora apresentada sobre a estrutura organizacional da educação profissional brasileira, por meio da LDB e das DCNEPT de nível médio se deu como forma de tentar compreender os aspectos legais balizadores da educação profissional e, também, os eixos tecnológicos e os cursos técnicos constantes no CNCT, que orientam os sistemas de ensino de educação profissional e tecnológica. Tais documentos se tornam importantes, na medida em que estabelecem as diretrizes orientadoras para a oferta de cursos profissionalizantes pelas instituições educacionais do país.

3

Gestão curricular

Nesse capítulo, apresentam-se os aspectos relevantes da área do Currículo e da Gestão Curricular, como forma de contextualizar os referenciais teóricos utilizados na presente investigação para tratar dessa dimensão pedagógica.

Nessa ótica, Pacheco (2005) relata que as definições de currículo são variadas, podendo-se entendê-lo como o conjunto de conteúdos a ensinar (disciplinas, temas, áreas de estudo); plano de ação pedagógica; plano do que deve ser feito; plano de estudos de um programa estruturado e organizado (objetivos, conteúdos, atividades, avaliação), dentre outras concepções.

De forma geral, percebe-se que, ao se tentar definir o que seja o currículo, tem-se o envolvimento não somente da ideia de programas, para as diferentes matérias, mas também das finalidades da educação pretendida, levando-se em consideração as experiências educativas vivenciadas pelos alunos, no contexto escolar.

3.1 Currículo

A visão de currículo está associada ao projeto pedagógico das escolas e assegura a aprendizagem dos componentes básicos do processo formativo. Assim sendo, Pacheco (2005, p. 36) afirma que, “de qualquer modo, e apesar das tradições, será por isso que existem diversas teorias curriculares que correspondem a diferentes concepções de currículo, bem como inúmeras orientações, ideologias e formas de legitimação do processo de construção do conhecimento”.

Ante disso, a discussão sobre currículo nesse trabalho se norteará a partir de Sacristán (1998; 2013), para quem esse elemento, além de ser um conglomerado cultural organizado, cria uma cultura social, política e técnica.

Na realidade, os currículos escolares continuam sendo a fonte de validação acadêmica e profissional em uma sociedade e asseguram importantes conquistas no mundo do trabalho e nas relações sociais, por manter o princípio de que a escola hoje tem um importante sentido cultural e social para os alunos e é um espaço privilegiado para a formação do estudante. Esse entendimento evidencia que os aspectos culturais devem perpassar os estudos curriculares no processo educacional, conforme atesta Sacristán (2013, p. 12):

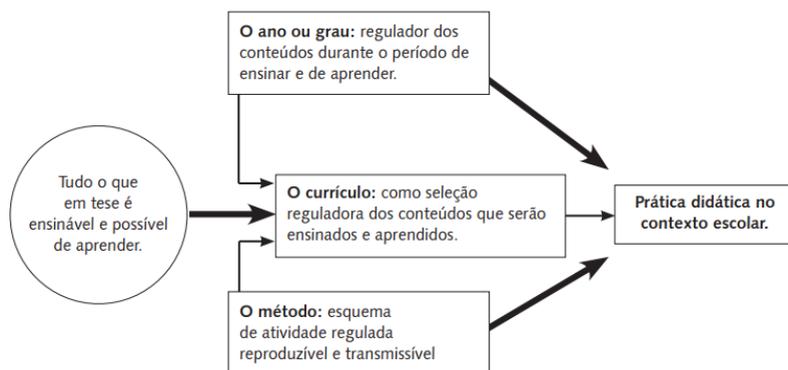
O currículo é um texto que representa e apresenta aspirações, interesses, ideais e formas de entender sua missão, em um contexto histórico muito concreto sobre o qual são tomadas decisões e escolhidos caminhos que são afetados pelas opções políticas gerais, as econômicas, o pertencimento a diferentes meios culturais etc. Isso evidencia a não neutralidade do contexto e a origem das desigualdades entre os indivíduos e os grupos. As condições culturais, o gênero e a pobreza são três fontes importantes de desigualdade, que exigem intervenções adequadas para que o currículo seja orientado por critérios de justiça que favoreçam a inclusão social, antes ou depois de sua consideração como problema e proposta de caráter cultural e pedagógico (SACRISTÁN, 2013, p.12).

Isso posto, entende-se que, ao pensar o currículo escolar, é fundamental levar em consideração a pluralidade cultural da sociedade, bem como a construção de identidades locais, de modo a favorecer a inclusão social e reconhecer os valores que caracterizam um processo social, como atesta Sacristán (1998, p. 15):

O currículo é uma práxis antes que um objeto estático emanado de um modelo coerente de pensar a educação ou as aprendizagens necessárias das crianças e dos jovens, que tampouco se esgota na parte explícita do projeto de socialização cultural nas escolas. É uma prática, expressão, da função socializadora e cultural que determinada instituição tem, que reagrupa em torno dele uma série de subsistemas ou práticas diversas, entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições escolares que comumente chamamos ensino (SACRISTÁN, 1998, p. 15).

Nesse sentido, a educação é culturalmente entendida pela sociedade como um modelo de aprendizagem definido pelo sistema de ensino, que deve estabelecer a trajetória do processo formativo dos alunos. Sacristán (2013) considera que, ao determinar o conteúdo da aprendizagem, estabelecer os graus e idades dos estudantes na ordenação do tempo escolar, o currículo se torna um regulador das pessoas. A figura 2 ilustra o poder regulador do currículo no processo educacional:

Figura 2 - O poder regulador do currículo, junto a outras “invenções”



Fonte: Sacristán (2013, p. 18).

Observa-se que o esquema apresentado na figura acima evidencia a forma reguladora dos conteúdos que devem ser ensinados e aprendidos pelos alunos no contexto escolar. A esse respeito, Sacristán (2013, p. 19)

afirma que “o currículo proporciona uma ordem, por meio da regulação do conteúdo da aprendizagem e ensino na escolarização moderna, uma construção útil para organizar aquilo do qual deve se ocupar a escolarização e aquilo que deverá ser aprendido”.

Nessa perspectiva, Sacristán (2013) atesta que a cultura inserida no conteúdo do currículo é considerada como selecionada, ordenada, empacotada e lecionada; é compreendida como cultura específica, qual seja, o conhecimento escolar. Para ilustrar esse entendimento, segue a figura 3, que apresenta as dimensões reguladoras do currículo:

Figura 3 – Dimensões reguladoras do currículo

1. Dimensões ou aspectos estruturais do currículo: a ordem pela qual ele é estabelecido	Elementos e aspectos estruturados ou afetados
<p>– Divisões do tempo: Anos ou cursos da escolaridade sequenciados. Horário semanal repetido ciclicamente. Horário diário, em parte repetido ciclicamente. Concepções do tempo.</p> <p>– Delimitação e organização dos conteúdos: Acessibilidade e fontes de onde a informação pode ser obtida. Demarcação do que se pode e se deve aprender Organização em disciplinas e outras formas de classificação dos conteúdos. A ordem da sequência de conteúdos. Permeabilidade das fronteiras entre os territórios demarcados. Itinerários de progressão nos conteúdos e no tempo. Opções epistêmicas sobre o conhecimento. Sistemas e mecanismos de avaliação das aprendizagens.</p>	<p>Tempo de aprender, tempo livre, etc. Tempo de ensinar. Conhecimentos e saberes valorizados. Atividades possíveis de ensinar ou transmissoras em geral. Atividades possíveis e prováveis de aprendizagem e seus resultados. Comportamentos tolerados e estimulados. Linha e ritmo de progresso. Identidade e especialização dos professores. Orientação do desenvolvimento das pessoas.</p>
<p>2. Outros elementos e agentes: O espaço escolar. Classificações dos alunos. Clima social. Regras de comportamento. O método como ordem das ações. Relações verticais/horizontais. Sistemas de avaliação e controle não curriculares. Ideologias, filosofias e outras abordagens dos processos de ensinar.</p>	

Fonte: Sacristán (2013, p. 21).

A figura demonstra as dimensões e os aspectos estruturais do currículo, os elementos afetados e outros agentes, podendo-se destacar as

divisões do tempo, delimitação e organização dos conteúdos, classificações dos alunos, sistemas e mecanismos de avaliação das aprendizagens, regras de comportamento etc., como evidenciado por Sacristán (1998, p. 101):

[...] o currículo é um objeto que se constrói no processo de configuração, implantação, concretização e expressão de determinadas práticas pedagógicas e em sua própria avaliação, como resultado das diversas intervenções que nele se operam. Seu valor real para os alunos, que aprendem seus conteúdos, depende desses processos de transformação aos quais se vê submetido (SACRISTÁN, 1998, p.101).

No que tange à construção do currículo, Sacristán (1998) considera ser necessário um tipo de intervenção discutida, em um processo de deliberação por parte dos participantes: professores, alunos, pais/responsáveis etc., para que ela não seja uma mera reprodução de decisões e modelações implícitas.

Nessa combinação, entende-se que o processo de desenvolvimento curricular é fundamental para se compreender as conexões entre os níveis, ou fases, na objetivação do significado do currículo. Então, é preciso utilizar graus, perspectivas e metodologias que mostrem que o campo do currículo é também de integração de conhecimentos especializados e pesquisas diversas, o que acaba por determinar suas formas, conforme orienta Sacristán (1998):

1. O currículo *prescrito*: em todo sistema educativo, levando em conta sua significação social, existe algum tipo de prescrição ou orientação do que deve ser o conteúdo, o que atua como referência na ordenação curricular, como a elaboração de materiais, controle etc. A história e a política de cada sistema de ensino dão lugar a esquemas variáveis de intervenção;
2. O currículo *apresentado* aos professores: pode-se considerar uma série de meios, elaborados por diferentes instâncias, com o intuito de traduzir e interpretar para os docentes o significado e os conteúdos do currículo

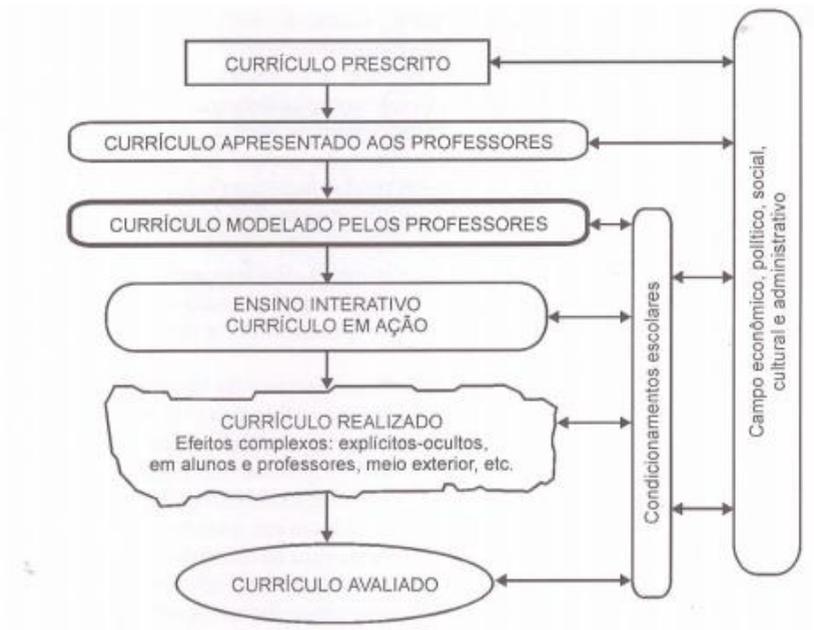
prescrito. O nível de formação e as condições de trabalho do professor tornam muito difícil a configuração da prática a partir do currículo prescrito. O papel mais decisivo nesse sentido é desempenhado, por exemplo, pelos livros-texto;

3. O currículo *moldado pelos professores*: o professor é um agente ativo decisivo na concretização dos conteúdos e significados dos currículos, moldados a partir da cultura profissional, por meio da prescrição administrativa, ou dos materiais, guias, livros-textos etc. O professor é considerado um tradutor, que intervém na configuração das propostas curriculares, e seu plano de ensino tem especial significado nessa tradução. A organização social do trabalho docente terá consequências importantes para a prática;
4. O currículo *em ação*: o professor é guiado pelos esquemas teóricos e práticos, para concretizar as tarefas acadêmicas, sustentando-se na ação pedagógica para compreender o significado das propostas curriculares. O ensino interativo é o elemento pelo qual o currículo se transforma em método, o que confere o sentido real à qualidade do ensino. A prática ultrapassa os propósitos do currículo, devido ao tráfico de influências, às interações etc.;
5. O currículo *realizado*: a prática produz consequências de diversos tipos, como: cognitivas, afetivas, sociais, morais etc. Esses efeitos se refletem em aprendizagens dos alunos e são considerados rendimentos valiosos e proeminentes do sistema, ou dos métodos pedagógicos, mas também afetam a socialização profissional dos professores, inclusive no âmbito social, familiar etc.;
6. O currículo *avaliado*: pressões sobre os professores, relacionadas à cultura, ideologias e teorias pedagógicas ressaltam aspectos do currículo na avaliação, quiçá coerentes, ou incoerentes com os propósitos de quem o prescreveu e elaborou, ou com os objetivos do próprio professor. O currículo ressalta determinados componentes sobre outros, impõe critérios para o ensino do professor e para a aprendizagem dos estudantes, e reforça na prática um significado do que é realmente.

No entanto, para melhor compreender essas metodologias curriculares, pode-se observar, na figura abaixo, um modelo de interpretação como

algo construído no cruzamento de influências e campos diferenciados e inter-relacionados.

Figura 4 - A objetivação do currículo no processo de seu desenvolvimento



Fonte: Sacristán (1998, p. 105).

Assim, diante das metodologias de Sacristán (1998) para o processo de desenvolvimento curricular, acima apresentadas, constatam-se as peculiaridades de cada tipo de currículo, conforme segue descrito.

De forma geral, para o *currículo previsto* há alguma prescrição, ou orientação, que determina o conteúdo da instituição educacional; no *apresentado aos professores* há a utilização de diversos meios para explicar o conteúdo proposto no currículo prescrito, e no *molddo pelos professores* o professor tem participação decisiva na concretização dos conteúdos e significados, a partir da sua cultura profissional.

Quanto aos três últimos, mais voltados à prática, verifica-se que no currículo *em ação* o professor é conduzido pelos esquemas teóricos e

práticos, e o currículo se transforma em método; no *realizado*, a prática ocasiona consequências nas aprendizagens e rendimentos dos alunos, e no *avaliado*, por fim, o controle do saber, relacionado à cultura, ideologias e teorias pedagógicas ressalta aspectos que podem provocar pressões nos docentes.

No entanto, considera-se que o currículo é um objeto social e histórico, e suas especificidades, em um sistema educativo, estabelecem as significativas coordenadas do contexto. Nesse sentido, a gestão sobre o currículo é um aspecto ordenador decisivo, que repercute muito sobre a prática e o papel de atuação dos professores e alunos, e prescreve a importância das orientações curriculares como meio de se conhecer, desde uma perspectiva pedagógica, a realidade escolar, na medida em que as decisões tomadas afetam vários níveis de desenvolvimento curricular (SACRISTÁN, 1998).

Nessa lógica, Sacristán (1998) relata que o processo de gestão do currículo, no exercício de sua função reguladora, pode ser sistematizado em torno de uma série de aspectos.

Dentre esses aspectos, estão as formas de regular e impor a distribuição do conhecimento; a estrutura de decisões centralizadas, ou descentralizadas, na regulação e no controle do currículo; os aspectos do controle, como a determinação para o cumprimento dos objetivos e aprendizagens mínimas, o ordenamento do processo, ou intervenção pelos meios didáticos; os mecanismos de controle sobre a prática e a avaliação da qualidade do sistema educativo; e as políticas de inovação do currículo, assistência às escolas e de aperfeiçoamento dos professores como estratégias para melhorar a qualidade do ensino.

Assim, de modo geral, é preciso considerar que, no processo de gestão curricular, o sistema educativo estabelece as coordenadas significativas do currículo escolar, como a centralização e regulação do conhecimento,

controle das aprendizagens mínimas, ordenação do processo e avaliação da qualidade do sistema escolar.

Nessa ideia, Sacristán (1998) destaca que, em uma sociedade com diferenças culturais e oportunidades desiguais de acesso à cultura, o currículo comum obrigatório precisa ser focado desde uma perspectiva social, com uma normalização e política cultural, além de uma opção de integração social, em torno da cultura por ele definida.

A proposta dos chamados mínimos curriculares regulados expressa uma cultura voltada para todos, seja de centros privados e/ou públicos; no entanto, o “mínimo” evidencia uma norma de qualidade de conhecimentos e aprendizagens básicas para todo o sistema.

Nessa ordem, o currículo prescrito, com relação aos seus conteúdos e códigos, expressa a base da ordenação do sistema escolar, estabelecendo a sequência do progresso, ao longo da escolaridade. Dotado de funções decisivas, como ordenar os processos pedagógicas das aulas, não pode ser entendido como um guia didático, que oferta planos para os professores.

Nesse contexto, observa-se que o currículo escolar busca refletir sob uma perspectiva social, a fim de proporcionar oportunidade de acesso à cultura para todos, por meio da escolaridade obrigatória, focada na proposta dos mínimos curriculares relacionados aos conhecimentos e aprendizagens do sistema educacional; daí o destaque para o currículo prescrito, por estabelecer a ordenação e regulação do processo pedagógico:

Desde suas origens, o currículo tem se mostrado uma invenção reguladora do conteúdo e das práticas envolvidas nos processos de ensino e aprendizagem; ou seja, ele se comporta como um instrumento que tem a capacidade de estruturar a escolarização, a vida nos centros educacionais e as práticas pedagógicas, pois dispõe, transmite e impõe regras, normas e uma ordem que são determinantes (SACRISTÁN, 2013, p.20).

Com relação ao controle da qualidade do sistema educativo, Sacristán (1998) afirma que o mesmo pode ser exercido por meio da regulação da prática escolar, e avaliado por inspeção, ou avaliação externa dos alunos, como fonte de informação. Nessa condição, a intervenção no processo pedagógico se dá pelos meios didáticos, como a elaboração das diretrizes curriculares e os mínimos prescritos, além dos conteúdos e métodos pedagógicos, que chegam aos professores e alunos não para determinar o que se pode fazer nas aulas, mas para assegurar e ordenar o que será ensinado.

Dessa maneira, a prática curricular, por meio do controle dos conteúdos e formas de ensino, é o que se denomina currículo prescrito, um marco histórico referente às regulações administrativas do sistema escolar, em um período antidemocrático. Nesse caso, a aprovação de um material didático, ou não, está nas mãos de uma instância burocrática, que decide não somente se o material respeita a proposta dos conteúdos mínimos, mas também sobre a sua qualidade científica e adequação pedagógica.

Em resumo, pode-se dizer que a prescrição do currículo permite a identificação de quatro objetivos básicos para a compreensão do processo: ordenar o sistema, controlar o currículo, esclarecer os conteúdos e métodos para os professores e regular as condições de obtenção das validações e títulos.

3.2 Gestão Curricular

Ao falar de currículo, torna-se importante entender o que é gestão curricular. Para Roldão e Almeida (2018, p. 7), “currículo escolar é – em qualquer circunstância – o conjunto de aprendizagens que, por se considerarem socialmente necessárias num dado tempo e contexto, cabe à escola garantir e organizar”.

Nessa perspectiva, esses autores relatam que não há nada de novo no conceito de gestão curricular, e afirmam que “sempre se geriu o currículo e sempre terá de se gerir, isto é, decidir o que ensinar e porquê, como, quando, com que prioridades, com que meios, com que organização, com que resultados [...]” (ROLDÃO; ALMEIDA, 2018, p. 8).

Sendo assim, compreende-se que o currículo é entendido como um conjunto de aprendizagens, pensado e definido por instâncias superiores, e a gestão curricular está sob a responsabilidade de cada escola. Ainda de acordo com Roldão e Almeida (2018), é ele que define a natureza da instituição escolar e reconhece a necessidade de aquisição de um currículo propriamente, ou de um corpo de aprendizagens.

No entanto, considera-se não ser possível continuar a conceber um currículo a partir de um único padrão, centralmente definido, pensado para uma audiência relativamente homogênea, com diferenciações até mesmo na separação de grupos de níveis de aprendizagens diferentes (para alguns, que “têm” mais problemas, bastam “os mínimos”):

A gestão, em qualquer campo, é, essencialmente, um processo de tomada de decisões orientado para as finalidades que se pretendem atingir. Trata-se, portanto, de um processo que implica analisar a situação que se apresenta e confrontá-la com o que se pretende conseguir. Dessa análise resulta a identificação de alguns caminhos possíveis, que têm de ser ponderados quanto à sua viabilidade, possibilidades de sucesso, riscos etc. Perante essas vias possíveis, quem gere, decide optar por uma, e aplica-a. Essa aplicação deve ser monitorizada e avaliada de forma constante para permitir mudar de rumo, ou introduzir ajustamentos a todo o tempo, sob pena de comprometer o resultado pretendido (ROLDÃO; ALMEIDA, 2018, p.18).

À vista disso, destaca-se que o processo de gestão curricular está sob a responsabilidade de cada escola e de seus professores, tendo como elemento central o processo permanente de tomada de decisões para

melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem dos alunos. Para Roldão e Almeida (2018), a ideia de gestão envolve considerar vários aspectos:

Gerir é, assim, um processo que podemos estruturar em várias dimensões:

- Analisar – ponderar;
- Decidir – optar;
- Concretizar a decisão – desenvolver a ação;
- Avaliar o desenvolvimento e os resultados que decorrem da decisão;
- Prosseguir, reorientar, ou abandonar a decisão tomada (ROLDÃO; ALMEIDA, 2018, p.18).

Dito isso, entende-se que a qualidade da aprendizagem dos alunos está diretamente relacionada ao currículo adotado pela gestão curricular; por isso, torna-se fundamental levar em consideração as dimensões apresentadas acima. Logo, considera-se que gerir a estrutura curricular exige diálogo e determinação por parte dos gestores, para a tomada de decisões, pois as escolhas é que encaminham o ensino e a aprendizagem da instituição educacional aos resultados esperados.

Dessa forma, no que tange à garantia e melhoria das aprendizagens dos alunos e, nesse sentido, no que é necessário mudar no currículo da escola, Roldão e Almeida (2018) destacam alguns principais pontos a considerar:

1. As sociedades atuais tornaram mais longo o tempo de permanência em formação escolar;
2. As sociedades atuais são cada vez mais heterogêneas, do ponto de vista étnico, cultural etc.;
3. A escola atual foi constituída a partir de um modelo curricular pensado para um público homogêneo, orientado para o acesso de apenas um setor selecionado da população;
4. A escola atual reflete a estrutura curricular pautada na organização de turmas, na base do princípio da norma (todos como se fossem um);

5. A alteração da coerência desse modo organizativo da escola, principalmente no combate ao analfabetismo, com o reconhecimento da necessidade de escolarização de toda a população;
6. As mudanças e melhorias que se tem procurado introduzir na escola são valiosas, mas não tem posto em causa o essencial, fazendo com que se acredite que a instituição escolar tem de ser forçosamente assim com seu modo de ensinar (professor, compêndio, turmas etc.);
7. A crise da escola, sobre a qual se fala hoje, está simplesmente ligada à aplicação de um tipo idêntico de ensinar, nos planos organizativo e curricular, em uma situação que é totalmente diferente.

Destarte, esse cenário evidencia a preocupação dos autores supracitados quanto ao chamado insucesso escolar, especialmente ao destacarem que a escola não consegue fazer com que os alunos aprendam, sobretudo porque persiste na aplicação de um modelo de funcionamento arcaico.

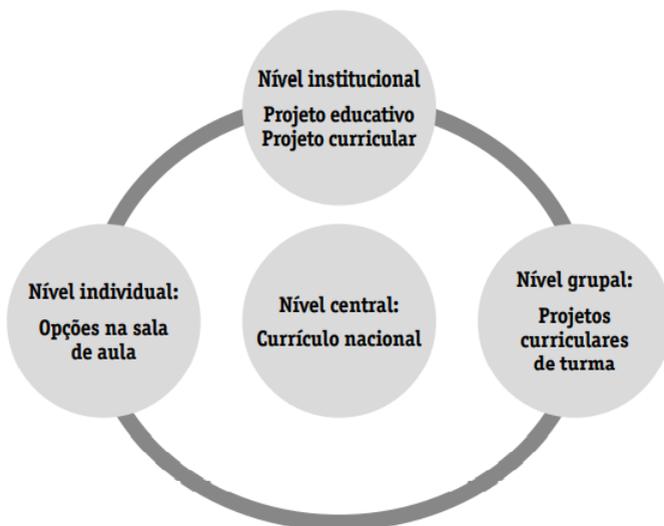
Disso resulta um insucesso escolar e, nesse caso, orienta-se para que sejam excluídos os estudantes que não se integram na norma, remetendo-os para outras instâncias, ou certificando-se de que não aprenderam de fato, ou aprenderam menos do que o necessário, de modo a separá-los por grupos de níveis de aprendizagem diferentes, como afirmam Roldão e Almeida (2018):

Na prática, procura-se manter em situação um tipo de turma em que todos sejam suficientemente semelhantes para que o professor continue a poder ensinar como se fossem um e a poder utilizar um modelo de ensino centrado na apresentação da matéria. Aqueles que têm “sucesso” não precisam muito do professor nem abonam muito acerca do sucesso da escola – aos alunos sem “dificuldades” bastaria proporcionar-lhes a informação, com ou sem aulas e professores. Os outros, a quem é preciso ensinar de outro modo, saem do grupo-turma ou são encaminhados para outras vias (ROLDÃO; ALMEIDA, 2018, p.14).

No entanto, compreende-se que toda a ação educativa é um processo de gestão e de permanente tomada de decisões. Nesse sentido, Roldão e Almeida (2018) propõem um processo contínuo de tomada de decisão à gestão curricular e, nesse aspecto, diferenciam 4 níveis de decisão curricular, representados na figura 5, quais sejam:

1. O nível central (macro): estabelece o currículo nacional delineado pela administração central, com a prescrição das aprendizagens comuns a serem desenvolvidas na escola;
2. O nível institucional (meso): refere-se à adaptação do currículo nacional ao contexto das escolas, inicialmente por meio do projeto educativo e, também, do projeto curricular.
3. O nível grupal (meso): refere-se à adaptação do projeto curricular ao projeto de desenvolvimento de cada turma, formulado pelo grupo de professores, conselho de turma ou equipe educativa;
4. O nível individual (micro): relaciona-se ao dia a dia da ação educativa, em consonância com as decisões de cada equipe ou grupo.

Figura 5 – Articulação entre níveis de decisão curricular



Observa-se na figura 5 a articulação entre os níveis de gestão curricular, que pressupõe um permanente processo de construção do currículo, possibilitando constantes mudanças nas práticas de ensino e no processo de aprendizagem do aluno. Consta-se também, nessa figura, que os níveis se inter-relacionam e influenciam um processo sempre circular, potencializador de novas dinâmicas educativas:

O currículo torna-se projeto curricular quando a escola (ou grupo de escolas servindo uma comunidade) assume o seu conjunto de opções e prioridades de aprendizagem, enquadradas no currículo nacional, delineando e adequando os modos estratégicos específicos de as pôr em prática no seu contexto, com o objetivo de melhorar o nível e a qualidade da aprendizagem dos seus alunos – quando constrói o seu projeto curricular (que é naturalmente o principal conteúdo do seu projeto educativo) (ROLDÃO; ALMEIDA, 2018, p. 37).

Assim sendo, compreende-se a autonomia da escola, que tem como referência o currículo nacional, para gerir seu trabalho pedagógico e curricular, no desenvolvimento das aprendizagens curriculares essenciais e necessárias aos alunos.

Nessa concepção, Roldão e Almeida (2018, p. 39), afirmam que “todos os processos de gestão, em qualquer setor da vida social, privilegiam a avaliação como instrumento estratégico fundamental. É a avaliação que permite diagnosticar, prever, reformular e reorientar o ensino para maximizar a aprendizagem”:

Gerir o currículo é, essencialmente, tomar decisões quanto ao modo de fazer que se julga mais adequado para produzir a aprendizagem pretendida. Essa tomada de decisão incide sobre campos curriculares da prática diária das escolas, mesmo quando é aparentemente passiva e de mera execução. As decisões relativas à gestão curricular respondem às questões o quê, para quê, quando, como ensinar, pilares da teoria curricular clássica. Relacionadas com

cada uma delas situam-se as questões o quê, para quê, quando, como avaliar (ROLDÃO; ALMEIDA, 2018, p. 23).

Nessa perspectiva, constata-se que qualquer processo de desenvolvimento curricular deve passar por todos, já que as decisões tomadas afetam os envolvidos de maneira geral. Portanto, incide na gestão curricular a responsabilidade da tomada de decisão nos diversos níveis da escola.

3.3 Considerações

Esse capítulo falou sobre as diversas teorias curriculares; contudo, a discussão do trabalho foi pautada na concepção de Sacristán (1998; 2013), que considera o currículo como forma de regulação do conteúdo da aprendizagem e ordenação do tempo escolar.

Nesse direcionamento, foram discutidas as dimensões estruturais que regulam o currículo no processo educacional e, também, o desenvolvimento curricular compreendido entre os níveis, ou fases, da objetivação do significado do currículo.

Entretanto, ao discutir o processo de construção do currículo, na concepção de Sacristán (1998; 2013), fica compreendido que a escolaridade obrigatória prevê oportunidades de acesso à cultura para todos, mas com a ordenação e regulação do processo pedagógico do sistema escolar.

Assim, com a referência na ordenação e regulação do processo pedagógico, o capítulo apresentou uma discussão sobre a importância da gestão curricular, sob o olhar de Roldão e Almeida (2018), e abordou a sua relação com o projeto educativo da escola, destacando que falar de gestão se refere ao processo contínuo de tomada de decisões no ambiente escolar, visando à melhoria do processo educacional como um todo.

Por fim, destacou-se a autonomia da escola, na gestão curricular, por meio do desenvolvimento do trabalho pedagógico e da escolha das

aprendizagens curriculares necessárias a todos os alunos, especialmente por meio da articulação entre os níveis de decisão curricular, tendo como parâmetro o currículo nacional.

Coordenação pedagógica: ETEC de Ilha Solteira

Como já dito anteriormente, esse estudo tem como objeto de pesquisa refletir sobre o papel assumido pelo coordenador pedagógico, frente à gestão curricular, na Etec de Ilha Solteira, e, para tanto, entende como necessária a abordagem da história de fundação do Centro Paula Souza, do processo de elaboração de currículos pelo CPS e da organização da instituição para proporcionar a formação do corpo docente e da própria gestão escolar.

Além disso, o capítulo apresenta o histórico, os cursos ofertados e os perfis profissionais de conclusão dos alunos, bem como a estrutura organizacional da Etec de Ilha Solteira e a descrição da atuação do CP na unidade escolar.

4.1 Centro Paula Souza

4.1.1 Histórico

O Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), mais conhecido como Centro Paula Souza (CPS), tem uma trajetória histórica centenária no ensino público profissionalizante do Estado de São Paulo.

O CPS foi fundado no dia 06 de outubro de 1969, como resultado de um grupo de trabalho, cuja missão era avaliar a viabilidade de implantação de uma rede de cursos superiores de tecnologia. Entretanto, no decorrer das décadas, acabou englobando também a educação profissional do Estado em nível médio, absorvendo unidades já existentes e construindo

novas Etecs e Fatecs, a fim de expandir o ensino profissionalizante para todas as regiões.

Nessa ocasião, a instituição era denominada Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo (CEET), e ofertava cinco cursos tecnológicos, sendo três na área de construção civil (movimento de terra e pavimentação, construção de obras hidráulicas e construção de edifícios) e dois na área de mecânica (desenhista projetista e oficinas) (CENTRO PAULA SOUZA, 2020).

No ano de 1969 foi criado um projeto para o então Instituto Tecnológico Educacional do Estado, que se transformou em uma unidade de educação denominada Instituto de Ensino Técnico “Paula Souza”, homenageando como patrono o professor Antônio Francisco de Paula Souza, homem público e educador, que sempre defendeu a educação e seus profissionais.

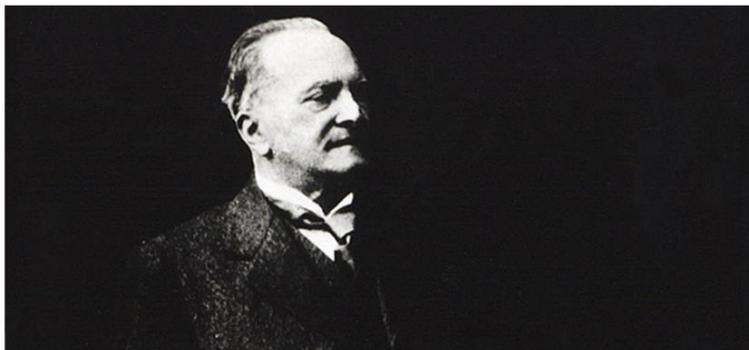
Posteriormente, recebeu a denominação de Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo, por meio do Decreto-Lei de 6 de outubro de 1969. Na sequência, em 1973, o decreto estadual atribuiu a denominação completa e atual, com o nome do patrono “Paula Souza”, conforme figura 6.

Interessa comentar que o diploma legal de criação do CPS lhe atribuiu a finalidade de articulação, realização e desenvolvimento da educação tecnológica nos graus médio e superior de ensino, constituindo-se na maior rede pública de educação tecnológica do país: “[...] Paula Souza é o patrono do Centro Estadual de Educação Tecnológica. Também para lembrar que se deve ao seu pioneirismo a semente dos cursos de formação de tecnólogos, a qual retomou força na década de 1960, culminando com a criação dessa instituição” (MOTOYAMA, 1995, p. 8).

Complementarmente, Motoyama (1995) ainda relata que o professor Antônio Francisco de Paula Souza ocupou vários cargos relevantes, foi

deputado e presidente da Câmara Estadual e, na esfera federal, ministro das Relações Exteriores e da Agricultura. Ademais, foi diretor e professor na Escola Politécnica de São Paulo, funções que exerceu até o fim de sua vida.

Figura 6 – Paula Souza



Fonte: Centro Paula Souza (2020).

Como comentário, lembra-se que em 6 de outubro de 2019, o CPS comemorou 50 anos e, como celebração, a instituição lançou um logotipo alusivo a essa data, para utilização nos documentos oficiais das Etecs, no referido ano (figura 7).

Figura 7 – Logotipo alusivo aos 50 anos do CPS



Fonte: Centro Paula Souza (2020).

De modo geral, o CPS é uma autarquia do governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, e está presente em 322 municípios, na administração de 223 Escolas Técnicas (Etecs) e 73 Faculdades de Tecnologia (Fatecs), com mais de 300 mil alunos, em cursos técnicos de nível médio e superior tecnológico.

Desses 300 mil alunos, cerca de 224 mil estão matriculados nos ensinos médio, técnico integrado ao médio e no ensino técnico, incluindo habilitações nas modalidades presencial, semipresencial, online, educação de jovens e adultos (EJA) e especialização técnica. As escolas oferecem 185 cursos, voltados a todos os setores produtivos públicos e privados.

No caso das Fatecs, há o atendimento de cerca de 85 mil alunos, matriculados em 80 cursos de graduação tecnológica, em diversas áreas, como construção civil, mecânica, informática, tecnologia da informação, turismo, entre outras. Além da graduação, o CPS oferece cursos de pós-graduação, atualização tecnológica e extensão (CENTRO PAULA SOUZA, 2020).

Com relação ao ingresso nos cursos oferecidos pelo CPS nas Etecs, há um processo seletivo classificatório, denominado vestibulinho, em que as vagas para o ensino médio, em todos os seus formatos, são exclusivas para candidatos concluintes do 9º ano do ensino fundamental; o ensino técnico (1º módulo) fica para candidatos que concluíram o ensino médio, ou ainda estão matriculados na 2ª ou 3ª série desse nível de escolaridade.

3.1.2 Processo de elaboração de currículos

Esse tópico da pesquisa tem por objetivo discutir o desenvolvimento de currículos pelo Centro Paula Souza (CPS), com fundamentação em Araújo (2019) e Demai (2019).

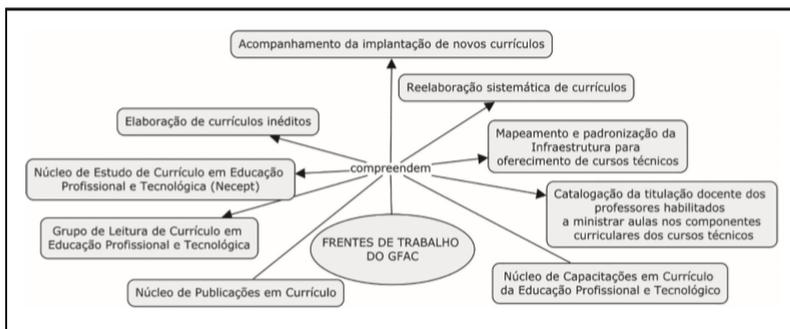
Quanto aos currículos escolares das Etecs pode-se declarar que são desenvolvidos pelo CPS, por meio do Grupo de Formulação e Análises Curriculares (Gfac). O Gfac é um departamento da administração central do CPS, instituído no ano de 2008, cuja responsabilidade é organizar, desenvolver e atualizar os currículos e respectivos planos de cursos das habilitações profissionais técnicas, em consonância com o mundo do trabalho.

Nesse sentido, Araújo (2019) relata que o CPS, por meio da coordenação do ensino médio e técnico (Cetec), tem mediado o processo de construção dos currículos dos cursos técnicos, em parceria com as instituições públicas, privadas e do terceiro setor, de modo a gerenciar os processos, produtos e equipes formadas por especialistas de empresas e das Etecs, com o intuito de assegurar que as atribuições, as competências profissionais, as instalações e as cargas horárias sejam decididas no nível coletivo.

Com isso, a descrição do perfil profissional do estudante egresso acaba por ser especificada em atribuições e atividades profissionais, previstas para funções/cargos das empresas consultadas e descritas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Nesse sentido, Araújo (2019) declara que as atribuições delimitadoras do perfil profissional são estratégias referenciais para o desenvolvimento das competências durante o curso.

A figura 8, apresentada abaixo, ilustra as frentes de trabalho do Gfac, no desenvolvimento de currículo e respectivos planos de curso das habilitações profissionais técnicas, por meio de mapa conceitual,

Figura 8 - Mapa conceitual das frentes de trabalho do Gfac



Assim, a elaboração, reformulação e atualização dos currículos e respectivos planos de curso das habilitações profissionais técnicas oferecidas envolvem equipes de especialistas em procedimentos de pesquisa e sistematização de perfis profissionais, alinhados às demandas sociais e ao mundo do trabalho, com procedimentos de seleção e definição de referenciais de atribuições, atividades, competências, habilidades e bases tecnológicas e científicas articuladas a componentes curriculares de uma matriz curricular de formação geral, em determinado eixo tecnológico.

Com relação à formação das equipes, destaca-se o ofício encaminhado pelo CPS às unidades escolares, no ano de 2019, com a divulgação de abertura de análise e cadastro de currículo de docentes interessados em trabalhar no processo de formulação curricular dos cursos de educação profissional técnica de nível médio.

Esse ofício estabeleceu que o cadastro pode ser feito a qualquer momento, sem prazo determinado, e os professores interessados devem fazer o preenchimento eletrônico da ficha de interesse, para atuar em projetos de formulação curricular. Os docentes selecionados se reúnem normalmente com o grupo do Gfac, na sede do CPS, na cidade de São Paulo¹.

Ainda no que se refere ao currículo, deve-se salientar que a importância dada pelo CPS a sua construção está no fato de que a formação pretendida para o profissional prioriza a possibilidade de o estudante entrar no mercado de trabalho com capacidade para desempenhar adequadamente sua função:

O currículo escolar em educação profissional e tecnológica (EPT) é definido, no Centro Paula Souza (CPS), como esquema teórico-metodológico destinado à formação de perfis profissionais, ou seja: o conjunto de competências e

¹ Dados extraídos do Memorando nº 163/2019 - Cetec/Gfac, de 05/08/2019, sobre o cadastro de interessados em trabalhar no processo de formulação curricular dos cursos de educação profissional técnica de nível médio.

atribuições que um profissional é capaz de desempenhar em determinado cargo, ou função, ou como profissional autônomo (DEMAI, 2019, p. 25).

Nesse aspecto, observa-se que o CPS desenvolve o currículo direcionado à formação de competências profissionais, que precisam ser desenvolvidas nos alunos, para atender de fato ao mundo do trabalho. Nesse sentido, Demai (2019) coloca que o currículo deve ser analisado, planejado, desenvolvido e avaliado em uma perspectiva multicultural e interdisciplinar.

Para tanto, o CPS utiliza competências profissionais como categorias organizadoras do currículo, quebrando o paradigma de organização por conteúdos isolados, desvinculados de objetivos educacionais definidos. Na mesma ordem, as competências são desenvolvidas a partir de esquemas, ou articulações mentais, que se desdobram na aquisição de habilidades e em resultados perceptíveis na realização de atividades relativas a uma profissão, área de atuação, eixo tecnológico, com vistas à preparação para o trabalho, para a vida e para a continuidade dos estudos.

Na realidade, as competências profissionais almeçadas mobilizam valores e atitudes éticas e comportamentais, que levam a uma adaptabilidade do profissional a situações imprevisíveis, no trabalho e na vida, oferecendo ao técnico uma condição diferenciada de ingresso e permanência no trabalho:

O currículo escolar em Educação Profissional e Tecnológica é distinto, pois direciona o planejamento, a sistematização e o desenvolvimento de perfis profissionais, de atribuições, de atividades, de competências, de habilidades e de bases tecnológicas, valores e conhecimentos, organizados em componentes curriculares e por eixo tecnológico, ou área do conhecimento, a fim de atender aos objetivos da Educação Profissional e Tecnológica, de acordo com as funções gerenciais, bem como às demandas sociopolíticas e culturais e às relações e atores sociais da escola (DEMAI, 2019, p. 34).

Logo, constata-se que o perfil profissional do egresso do CPS é o parâmetro que direciona o desenvolvimento do currículo, que não se preocupa somente com os conteúdos, mas também e principalmente com as competências profissionais a serem desenvolvidas pelos alunos, com o intuito de prepará-los para lidar com os problemas que poderão encontrar no trabalho e na sociedade.

Nessa perspectiva, apresenta-se o octógono semiótico (figura 9), representativo dos conceitos contrários (opostos) e contraditórios (que negam outro conceito), da educação brasileira tradicional, que devem ser considerados na organização dos currículos da educação profissional e tecnológica:

Figura 9 – Octógono semiótico – Currículo em Educação Profissional e Tecnológica por competências na educação brasileira tradicional – contrários e contraditórios



Fonte: Demai (2017, p. 117).

Como citado, a figura 9 representa os conceitos contrários e contraditórios do currículo da educação profissional e tecnológica, previstos pela educação brasileira tradicional, podendo-se destacar, no caso, as relações de significação: de um lado tem-se a organização por competências; de outro, a organização por conteúdos isolados:

No caso da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, o paradigma da Educação por competências profissionais tem o objetivo de construção do conhecimento para o trabalho, ou seja, de forma aplicada e aplicável a uma profissão, cargo, ocupação. O currículo não é estático: organizado por funções e subfunções, confere aplicabilidade ao que é aprendido, propiciando que os saberes passem a significar para o aluno, tornando-se uma possibilidade de sucesso profissional, de melhoria de uma ou outra condição de trabalho e de vida (ARAÚJO, 2019, p. 255).

Nesse propósito, Araújo (2019) ressalta as funções que estruturam as três principais etapas do trabalho, classificadas em três macroclasses, que, por sua vez, ajudam na definição dos componentes curriculares, como as disciplinas, projetos e atividades, e são referências para a elaboração dos currículos de cursos técnicos e tecnológicos:

- **Planejamento:** ação, ou resultado, da elaboração de um projeto com informações e procedimentos que garantam a realização da meta pretendida;
- **Execução:** ato, ou efeito, de realizar um projeto ou uma instrução, de passar do plano ao ato concretizado;
- **Gestão/Controle:** ato, ou resultado, de gerir, administrar. Definido, também, como um conjunto de ações administrativas, que garantam o cumprimento do prazo, de previsão de custos e da qualidade estabelecida no projeto.

As funções não são independentes entre si; não são etapas estanques de um projeto, elas se interpenetram, ou seja, ao se executar uma atividade, também a avaliamos e podemos rever a forma de planejá-la; isto nos leva a uma síntese: toda competência está associada à capacidade humana de refletir, de avaliar, em suma, de analisar (ARAÚJO, 2019, p.253).

Nesse panorama, apresenta-se a figura 10, que ilustra um projeto de reforma educacional, com a explícita intenção de romper o paradigma de currículo focado em conteúdo e introduzir um novo modelo em implantação, com foco nas competências a serem desenvolvidas pelos alunos -

saber, saber fazer e saber ser -, com o intuito de promover aprendizagens profissionais significativas.

Figura 10 – Competência, Paradigma em Superação e em Implantação



O quadro a seguir identifica os pontos essenciais da mudança de paradigma que está no núcleo da reforma da educação, particularmente da educação profissional.

PARADIGMA EM SUPERAÇÃO	PARADIGMA EM IMPLANTAÇÃO
Foco nos CONTEÚDOS a serem ensinados.	Foco nas COMPETÊNCIAS a serem desenvolvidas / nos SABERES (saber, saber fazer e saber ser) a serem construídos.
Currículo como fim, como conjunto regulamentado de disciplinas.	Currículo como conjunto integrado e articulado de situações-meio, pedagogicamente concebidas e organizadas para promover aprendizagens profissionais significativas.
Alvo do controle oficial: cumprimento do Currículo.	Alvo do controle oficial: geração das Competências Profissionais Gerais.

Fonte: Brasil (2000, p. 11).

Nesse sentido, entende-se que o planejamento curricular de um curso profissionalizante deve estar focado em atender o setor produtivo e as competências profissionais do mundo do trabalho.

Por esse motivo, Araújo (2019) afirma que, na formação do técnico, as experiências desenvolvidas dentro e fora da Etec têm papel importante na construção das competências, e define competência profissional como

sendo a capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades e valores, no enfrentamento das dificuldades que surgirem no mundo do trabalho.

Na sequência, a figura 11 traz um exemplo de matriz de referência para o currículo de educação profissional técnica, pautado nas competências, habilidades e bases tecnológicas.

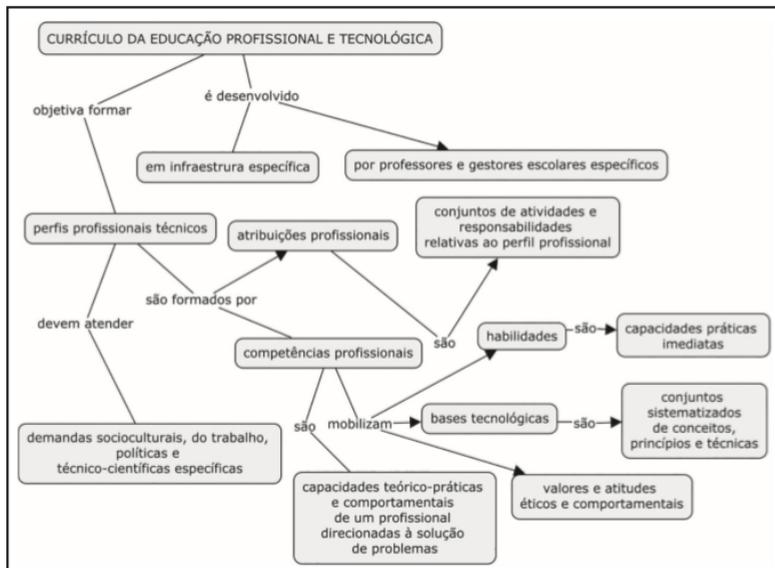
Figura 11 – Exemplo de Matriz de Referência: Competências, Habilidades e Bases Tecnológicas

EXEMPLO DE MATRIZ DE REFERÊNCIA	
COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E BASES TECNOLÓGICAS	
(Área Profissional: Comunicação)	
<ul style="list-style-type: none"> • COMPETÊNCIAS • EXEMPLO: PESQUISAR, IDENTIFICAR OU SELECIONAR ELEMENTOS SIGNIFICATIVOS OU DEFINIDORES DA IDENTIDADE DO OBJETO DA CRIAÇÃO E DE SEU CONTEXTO, A SEREM EVIDENCIADOS OU EXPRESSOS NO PROJETO DE COMUNICAÇÃO VISUAL GRÁFICA E/OU INFOGRÁFICA. 	<ul style="list-style-type: none"> • HABILIDADES • EXEMPLO: UTILIZAR FLUENTEMENTE FERRAMENTAS DE COMPUTAÇÃO GRÁFICA. • BASES TECNOLÓGICAS • EXEMPLO: FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS DE SEMIOLOGIA E SEMIOTECNICA. ELEMENTOS E FONTES / ACERVOS DE ICONOGRAFIA.

Fonte: Brasil (2000, p. 27).

A partir desse exemplo de matriz de referência, compreende-se que as competências profissionais estão direcionadas ao desenvolvimento de habilidades e aperfeiçoamento de conhecimentos necessários para a formação de profissionais críticos, com o intuito de prepará-los para o mundo do trabalho. Nesse direcionamento, apresenta-se a figura 12, com um esquema das concepções e organização do currículo do CPS para alcançar tal objetivo:

Figura 12 – Mapa conceitual da concepção e da organização do currículo



Fonte: Araújo; Demai; Prata (2018, p. 8).

Analisando o esquema acima, observa-se o direcionamento das competências profissionais a serem desenvolvidas e, também, os perfis profissionais dos alunos egressos, voltados a atender as demandas do mundo do trabalho, na sociedade contemporânea.

Com relação aos procedimentos metodológicos executados atualmente pelo Gfac, com vistas ao desenvolvimento de cursos técnicos, em parceria com o setor produtivo e o mundo do trabalho, Demai (2019) afirma serem constituídos primordialmente por ações/processos descritos e público-alvo:

1. Pesquisa dos perfis e atribuições profissionais na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO – do Ministério do Trabalho e Emprego e, também, nas descrições de cargos do setor produtivo/mercado de trabalho, preferencialmente em parceria;
2. Seleção de competências, de habilidades e de bases tecnológicas, de acordo com os perfis profissionais e com as atribuições;

3. Consulta ao Catálogo Nacional de Cursos Técnicos do MEC, para adequação da nomenclatura da habilitação, do perfil profissional, da descrição do mercado de trabalho, da infraestrutura recomendada e da possibilidade de temas a serem desenvolvidos;
4. Estruturação de componentes curriculares e respectivas cargas horárias, de acordo com as funções do processo produtivo. Esses componentes curriculares são construídos a partir da descrição da função profissional subjacente à ideologia curricular, bem como pelas habilidades (capacidades práticas), pelas bases tecnológicas (referencial teórico) e pelas competências profissionais, a mobilização das diretrizes conceituais e das pragmáticas;
5. Mapeamento e catalogação das titulações docentes necessárias para ministrar aulas em cada um dos componentes curriculares de todas as habilitações profissionais;
6. Mapeamento e padronização da infraestrutura necessária para o oferecimento de cursos técnicos: laboratórios, equipamentos, softwares, instalações, mobiliário e bibliografia;
7. Estruturação dos planos de curso, documentos legais que organizam e ancoram os currículos na forma de planejamento pedagógico, de acordo com as legislações e fundamentações socioculturais, políticas e históricas, abrangendo justificativas, objetivos, perfil profissional e organização curricular, aproveitamento de experiências, de conhecimentos e avaliação da aprendizagem, bem como infraestrutura e pessoal docente, técnico e administrativo;
8. Validação junto ao público interno (Unidades Escolares) e ao público externo (mercado de trabalho/setor produtivo) dos currículos desenvolvidos;
9. Estruturação e desenvolvimento de turma-piloto para cursos cujos currículos são totalmente inéditos na instituição e para cursos não contemplados pelo MEC, em seu Catálogo Nacional de Cursos Técnicos;
10. Capacitação docente e administrativa na área de Currículo Escolar;
11. Pesquisa e publicação na área de Currículo Escolar;
12. O público-alvo da produção curricular em Educação Profissional e Tecnológica constitui-se nos trabalhadores de diferentes arranjos produtivos e níveis de escolarização, que precisam ampliar sua formação profissional, bem como em pessoas (jovens e adultos) que iniciam ou que desejam migrar para outras áreas de atuação profissional (DEMAI, 2019, p.38).

Dito isso, verifica-se que os procedimentos metodológicos que substanciam o planejamento curricular do CPS estão em consonância com as legislações vigentes, com os órgãos competentes e com as necessidades do setor produtivo.

Doravante, torna-se importante ratificar que os currículos dos cursos técnicos do CPS não são organizados em disciplinas, mas em componentes curriculares, conforme relata Demai (2019):

Os componentes curriculares são expressos em uma matriz curricular, constitui-se no documento legal em forma de quadro representativo da disposição dos componentes curriculares (incluindo trabalhos de conclusão de curso e estágio) e respectivas cargas horárias (teóricas e práticas), de uma habilitação profissional técnica de nível médio, na estrutura de módulos ou séries, com terminalidade definida temporalmente (que pode ou não coincidir com a ordenação do semestre, ou do ano letivo), e de acordo com a possibilidade de certificação intermediária (para qualificações profissionais técnicas de nível médio) e de certificação final (para habilitações profissionais técnicas de nível médio). As matrizes curriculares são também o documento oficial que aprova a instauração de uma habilitação profissional técnica de nível médio, em uma determinada unidade escolar, sob a responsabilidade de um diretor de escola e de um supervisor educacional (DEMAI, 2019, p. 52).

Desse modo, entende-se que o planejamento e organização dos componentes curriculares dos cursos técnicos devem estar correlacionados a atribuições, responsabilidades e atividades que atendam ao perfil profissional dos egressos. Igualmente, as competências profissionais estão relacionadas às habilidades (práticas) e às bases tecnológicas (conhecimentos).

Com relação às habilidades, Araújo (2019) relata estarem associadas à capacidade mental do profissional, ou por intermédio dos sentidos, de agir com eficiência; as bases tecnológicas, por sua vez, são as informações e os conhecimentos específicos de determinada área técnica, necessários a uma formação técnico-profissional.

Com o intuito de exemplificar a estrutura de um componente curricular de um plano de curso, apresenta-se a figura 13, que ilustra um protótipo do curso técnico em desenvolvimento de sistemas, da Etec de Ilha Solteira (“programação de web I”), com sua função, atribuições e responsabilidades, valores e atitudes, competências, habilidades, bases tecnológicas e carga horária:

Figura 13 – Protótipo de componente curricular – Programação Web I

1.6 PROGRAMAÇÃO WEB I⁶					
Função: Desenvolvimento de páginas para internet					
Classificação: Execução					
Atribuições e Responsabilidades					
<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver <i>sites</i> para <i>Web</i>. 					
Valores e Atitudes					
<ul style="list-style-type: none"> Incentivar a criatividade. Estimular a organização. Fortalecer a persistência e o interesse na resolução de situações-problema. 					
Competências			Habilidades		
1. Implementar páginas para a <i>Internet</i> .			1.1 Desenvolver páginas para <i>internet</i> , utilizando linguagem de marcação de texto. 1.2 Utilizar linguagem de <i>script</i> para <i>Web</i> . 1.3 Construir folhas de estilo.		
Orientações					
<ul style="list-style-type: none"> Detalhamento das Bases Tecnológicas - Anexo 1 					
Bases Tecnológicas					
<p>Conceitos de desenvolvimento para a <i>Web</i></p> <p>Linguagem de Marcação para a <i>Web</i> (<i>HTML</i>)</p> <p>Documento <i>HTML</i> mínimo, <i>tags</i>, atributos e conteúdo</p> <p>Estilos em Cascata (<i>CSS</i>)</p> <p>Construção de leiaute</p> <p><i>Framework</i> para desenvolvimento responsivo e <i>mobile-first</i> (<i>Bootstrap</i>)</p> <p>Processamento <i>script</i> lado cliente (<i>Javascript</i>)</p> <p>Biblioteca <i>Javascript cross-browser</i> (<i>JQuery</i>)</p>					
Carga horária (horas-aula)					
Teoria	00	Prática em Laboratório*	100	Total	100 Horas-aula
Teoria (2,5)	00	Prática em Laboratório* (2,5)	100	Total (2,5)	100 Horas-aula
<p>* Possibilidade de divisão de classes em turmas, conforme o item 4.8 do Plano de Curso.</p> <p>* Todos os componentes curriculares preveem prática, expressa nas habilidades, relacionadas às competências. Para este componente curricular está prevista divisão de classes em turmas.</p>					

Na mesma tendência, as figuras 14 e 15 apresentam um protótipo de matriz curricular do curso técnico em desenvolvimento de sistemas (frente e verso), ofertado na forma articulada concomitante, ou subsequente ao ensino médio:

Figura 14 – Protótipo da matriz curricular do Técnico em Desenvolvimento de Sistemas

MATRIZ CURRICULAR – ENSINO TÉCNICO CONCOMITANTE/SUBSEQUENTE AO MÉDIO													
INFORMAÇÃO				HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS				Plano de Curso		336			
Lei Federal nº 9394, de 20-12-1996; Resolução CNE/CEB nº 1, de 5-12-2014; Resolução CNE/CEB nº 6, de 20-9-2012; Resolução SE nº 78, de 7-3-2008; Decreto Federal nº 5154, de 23-7-2004, alterado pelo Decreto nº 8.268, de 18-6-2014. Plano de Curso aprovado pela Portaria Cetec – 1362, de 5-3-2018, publicada no Diário Oficial de 6-3-2018 – Poder Executivo – Seção I – página 77.													
MÓDULO I			MÓDULO II			MÓDULO III							
Componentes Curriculares	Carga Horária (horas-aula)	Total	Componentes Curriculares	Carga Horária (horas-aula)	Total	Componentes Curriculares	Carga Horária (horas-aula)	Total					
I.1 – Linguagem, Trabalho e Tecnologia	4	00	00	40	00	40	00	40	II.1 – Segurança de Sistemas de Informação	1	00	40	40
I.2 – Programação e Algoritmos	2	00	120	120	2	00	120	120	II.2 – Banco de Dados III	4	00	60	60
I.3 – Banco de Dados I	4	00	60	60	4	00	60	60	II.3 – Sistemas Embarcados	2	00	60	60
I.4 – Análise e Projeto de Sistemas	1	00	60	60	1	00	60	60	II.4 – Programação de Aplicativos Mobile II	2	00	100	100
I.5 – Design Digital	1	00	40	40	2	00	80	80	II.5 – Programação Web III	3	00	100	100
I.6 – Programação Web I	3	00	100	100	3	00	100	100	II.6 – Qualidade e Teste de Software	2	00	40	40
I.7 – Fundamentos da Informática	1	00	40	40	1	40	00	40	II.7 – Ética e Cidadania Organizacional	5	40	00	40
I.8 – Técnicas de Programação	2	00	40	40	1	40	00	40	II.8 – Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Desenvolvimento de Sistemas	1	00	60	60
TOTAL	40	460	500	TOTAL	80	420	500	TOTAL	40	460	500		
MÓDULO I				MÓDULOS I + II				MÓDULOS I + II + III					
Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de AUXILIAR EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS				Qualificação Profissional Técnica de Nível Médio de PROGRAMADOR DE COMPUTADORES				Habilitação Profissional de TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS					
LEGENDA DOS TEMAS E SUA RELAÇÃO COM AS FUNÇÕES (DESCRIÇÃO DO VERSO)													
TEMA 1 – CONCEPÇÃO DE PROJETOS (Planejamento e Execução)						TEMA 4 – MODELAGEM DE BANCO DE DADOS (Planejamento e Execução)							
TEMA 2 – DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Execução e Controle)						TEMA 5 – TEMAS TRANSVERSAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROFISSIONAL E INSTRUMENTAL DA ÁREA (Planejamento)							
TEMA 3 – PROGRAMAÇÃO WEB (Execução)													

Frente

Fonte: Etec (2020)

Figura 15 – Protótipo da matriz curricular do Técnico em Desenvolvimento de Sistemas

TEMA	FUNÇÃO	DESCRIÇÃO DOS TEMAS EM RELAÇÃO AO TRATAMENTO NOS COMPONENTES CURRICULARES
TEMA 1 – CONCEPÇÃO DE PROJETOS	Planejamento e Execução	Componentes curriculares voltados para o planejamento e desenvolvimento de projetos de sistemas de informação, passando pelo estudo de viabilidade, coleta de requisitos, modelagem de sistemas, conceitos de design/conceitos de tecnologia da informação, construção de projetos, etc.).
TEMA 2 – DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Execução e Controle	Componentes curriculares voltados para a programação de sistemas, implementando o projeto de software, codificando programas, desenvolvendo a interface gráfica ao usuário e realizando testes.
TEMA 3 – PROGRAMAÇÃO WEB	Execução	Componentes curriculares voltados para a programação de sistemas para internet.
TEMA 4 – MODELAGEM DE BANCO DE DADOS	Planejamento e Execução	Componentes curriculares voltados para o desenvolvimento e gerenciamento de banco de dados.
TEMA 5 – TEMAS TRANSVERSAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROFISSIONAL E INSTRUMENTAL DA ÁREA	Planejamento	Componentes curriculares voltados para instrumentalizar o aluno, no cumprimento da jornada curricular e, principalmente, desenvolver competências diferenciadas de convívio no mundo trabalho, trabalho em equipe e empreendedoras, transformando-o num profissional capaz de agir de acordo com a ética profissional, de se expressar oralmente e por escrito, de operar recursos de informática, de valorizar o trabalho coletivo, de desenvolver postura profissional e de planejar, executar, e gerenciar e desenvolver projetos.
OBSERVAÇÕES		
Total da Carga Horária Teórica	160 horas-aula	Trabalho de Conclusão de Curso
Total de Carga Horária Prática	1340 horas-aula	Estágio Supervisionado
Definição de carga horária prática	A carga horária descrita como prática é aquela com possibilidade de divisão de classes em turmas, conforme o item 4.8 do Plano de Curso.	
Definição de função	Conjunto de ações orientadas para uma mesma finalidade produtiva, para grandes atribuições, etapas significativas e específicas. São as grandes funções: planejamento, execução e controle. (Etec). Uma Síntese do Laboratório de Currículo do Centro Paula Souza. Disponível em: < http://www.cpsctec.com.br/psctec/arquivos/2014/mis310.pdf >. Acesso em: 13 mar. 2018.	
Observações sobre os temas	1. Um tema pode estar relacionado a uma ou mais funções; 2. Considera-se a função predominante, em relação às atribuições, atividades, competências habilidades e bases tecnológicas, sistematizadas em forma de componente curricular; 3. Os temas afins perpassam os módulos e podem ser utilizados para o desenvolvimento de projetos no interior de um módulo ao longo do curso/certificação intermediária.	
FONTES PARA CONSULTA DAS CERTIFICAÇÕES INFERMEDIÁRIAS		
AUXILIAR EM DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Pesquisas junto ao Setor produtivo (verificar ficha catalográfica do Plano de Curso).	
PROGRAMADOR DE COMPUTADORES	CBO – Classificação Brasileira de Ocupações (Ministério do Trabalho, 2002): 3171 – Técnicos de desenvolvimento de sistemas e aplicações 3171_10 – Programador de sistemas de informação: Programador de computador, Programador de processamento de dados, Programador de sistemas de computador, Técnico de aplicação (Computação), Técnico em programação de computador	

Verso

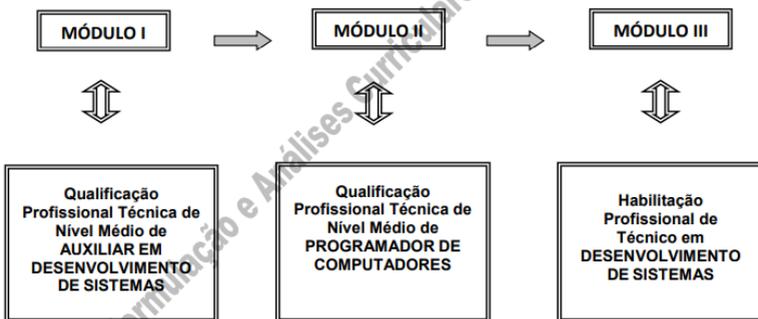
Fonte: Etec (2020)

No caso da matriz curricular exemplificada nas figuras acima (14 e 15), observa-se que o curso está vinculado ao eixo tecnológico “informação e comunicação”, e estruturado em três módulos articulados (I, II e III), correspondentes a três semestres. Quanto à carga horária (teóricas e práticas), são 500 horas-aula por semestre, divididas entre os componentes curriculares, totalizando 1.500 horas-aula durante os três módulos.

Além disso, verifica-se que a terminalidade está definida em cada módulo, o que possibilita a certificação intermediária ao aluno, isto é, ao finalizar o módulo I, o estudante terá direito à qualificação profissional técnica de nível médio de auxiliar de desenvolvimento de sistemas; finalizando os módulos I e II, qualificação profissional técnica de nível médio de programador de computadores e, ao concluir os módulos I, II e III, terá a habilitação profissional de técnico em desenvolvimento de sistemas.

A figura 16, na sequência do texto, ilustra o itinerário formativo do aluno que conclui os módulos I, II e III do curso técnico em desenvolvimento de sistemas, desde que tenha terminado, também, o ensino médio ou curso equivalente:

Figura 16 - Itinerário formativo do Técnico em Desenvolvimento de Sistemas



Fonte: Etec (2020)

Interessa notar, também, que a matriz curricular dispõe de funções, temas e suas respectivas descrições, em relação aos componentes

curriculares, com o intuito de proporcionar dicas de projetos e metodologias ativas a serem desenvolvidas pelos professores, por meio dos componentes curriculares e/ou atividades interdisciplinares.

Nesse aspecto, os módulos são organizações de conhecimentos e saberes provenientes de distintos campos disciplinares e, por meio de atividades formativas, integram a formação teórica à formação prática, em função das capacidades profissionais que se propõe desenvolver. Assim, a estrutura curricular que resulta da junção dos diferentes módulos é que conduz à obtenção de certificações profissionais, de nível intermediário, ou de conclusão.

4.1.3 Formação do corpo docente e da gestão escolar

O CPS desenvolve um programa permanente de capacitação para professores e gestores da educação profissional. Os cursos de atualização técnica e em gestão escolar são oferecidos nas modalidades à distância, presencial e semipresencial, por professores especializados, ou por instituições parceiras, públicas ou privadas, visando à melhoria da qualidade do processo de ensino e aprendizagem das Etecs.

Esses cursos são escolhidos pelos professores e gestores, normalmente pela área de formação e/ou área de atuação, e a inscrição deve ser efetivada por meio do portal do participante (figura 17). Depois disso, deve-se aguardar a aprovação da direção da escola e, posteriormente, conforme o número de vagas disponível em cada curso, da coordenação responsável pelo curso.

No caso dos cursos de carga horária presencial, os professores e/ou gestores aprovados recebem as orientações do CPS para o ressarcimento das despesas com transporte e diária, e devem organizar o material de apoio e as atividades a serem aplicadas pela equipe escolar, bem como o plano de atividade extra, com as orientações para a aplicação aos alunos,

nos cursos em que ministram aulas, sempre com foco na melhoria da qualidade educacional.

Como adendo, se a escola dispõe de professores da mesma área e com carga horária disponível, a direção pode autorizar a substituição dos ausentes pelos próprios pares.

Figura 17 – Apresentação do Portal do Participante: Capacitação CPS



Fonte: Centro Paula Souza (2020)

Sendo assim, os cursos de capacitação (figura 18) são divulgados aos professores e gestores, por meio do portal do participante, com os períodos de inscrição e de realização. Esse portal dispõe de ambientes relacionados às inscrições, atividades, encontros, certificados de participação e ressarcimento de despesas com viagem.

Figura 18 – Cursos com inscrições abertas no Portal do Participante

Parceria	Código	Evento	Período de Inscrição	Período de Realização	Ação	Link
	1.1.01.134	MEDIAÇÃO CULTURAL NAS BIBLIOTECAS	07/05/2020 A 22/07/2020	03/08/2020 A 04/09/2020	Inscrições Abertas	🔗
	1089	DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS MOBILE COM MICROSOFT XAMARIN FORMS	16/06/2020 A 22/07/2020	03/08/2020 A 04/09/2020	Inscrições Abertas	🔗
	1.1.01.53	PLANEJAMENTO DE CARDÁPIOS COM FOCO NA QUALIDADE DOS ALIMENTOS	03/06/2020 A 22/07/2020	03/08/2020 A 04/09/2020	Inscrições Abertas	🔗
	1.1.01.40	PROJETOS SOCIAIS COMO FERRAMENTAS METODOLÓGICAS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	05/06/2020 A 22/07/2020	03/08/2020 A 31/08/2020	Inscrições Abertas	🔗
	1.1.01.12	MATEMÁTICA - APLICAÇÃO DAS QUESTÕES DO ENEM 2019 EM SALA DE AULA.	05/06/2020 A 22/07/2020	03/08/2020 A 14/09/2020	Inscrições Abertas	🔗
	1.1.01.06	GERENCIAMENTO E TÉCNICAS ORGANIZACIONAIS - TURMA 3	23/06/2020 A 22/07/2020	03/08/2020 A 21/09/2020	Inscrições Abertas	🔗
	1.1.01.97	COMUNICAÇÃO PARA DOCENTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	23/06/2020 A 22/07/2020	03/08/2020 A 30/09/2020	Inscrições Abertas	🔗
	65.1.01.04	COORDENAÇÃO DE CURSO: GESTÃO DO CURRÍCULO E PARCERIAS TURMA C	17/06/2020 A 20/07/2020	01/08/2020 A 31/08/2020	Inscrições Abertas	🔗
	65.1.01.04	COORDENAÇÃO DE CURSO: GESTÃO DO CURRÍCULO E PARCERIAS B	02/03/2020 A 20/07/2020	01/08/2020 A 31/08/2020	Inscrições Abertas	🔗

Fonte: Centro Paula Souza (2020)

O CPS considera fundamental que os profissionais se mantenham atualizados, em busca constante do aperfeiçoamento de suas competências profissionais; por isso, são incentivados a participar de encontros de formação, sempre que possível, para que possam ter espaços/momentos de reflexão sobre sua própria atuação, ideia corroborada por Ponte (1998):

Para responder aos desafios constantemente renovados que se colocam à escola pela evolução tecnológica, pelo progresso científico e pela mudança social, o professor tem de estar sempre a aprender. O desenvolvimento profissional ao longo de toda a carreira é, hoje em dia, um aspecto marcante da profissão docente. O desenvolvimento profissional permanente é uma necessidade incontornável [...] (PONTE, 1998, p.2).

Portanto, por entender que os espaços de formação possibilitam a atualização de conhecimentos e potencializam o processo educativo, o CPS trata a questão da formação continuada como um processo permanente de aperfeiçoamento profissional, com vistas a melhorar as práticas pedagógicas e assegurar um ensino de qualidade cada vez maior aos estudantes.

Como exemplificação, apresenta-se a figura 19, a ilustrar o certificado emitido aos profissionais que participam de algum processo formativo oferecido pelo CPS:

Figura 19 – Certificado de participação em curso emitido pelo CPS



Fonte: Centro Paula Souza (2020)

De forma complementar, compete salientar que a equipe gestora participa, durante o ano letivo, de reuniões de formação com a equipe de supervisão pedagógica regional, visando ao acompanhamento da gestão escolar, análise e estudo dos indicadores educacionais da regional. Esses encontros são realizados normalmente na cidade de Cafelândia (sede da Regional), ou em cidades que contam com as Etecs da Regional.

Como ilustração, apresenta-se a figura 20, que traz um modelo de convite à equipe gestora escolar (direção e coordenação pedagógica), por meio do Memorando Circular nº 009/19 – GSE - GEPED – Regional Bauru e Araçatuba, para participação em uma reunião de orientação das práticas pedagógicas da regional.

Figura 20 – Modelo de Memorando: convite para capacitação



Administração Central
Unidade de Ensino Médio e Técnico – Cetec
Grupo de Supervisão Educacional – GSE / GEPEd
Regional Bauru e Araçatuba

MEMORANDO CIRCULAR n.º 009/19 – GSE/GEPEd - REGIONAL BAURU E ARAÇATUBA

Cafelândia, 21 de outubro de 2019.

Assunto: 3ª Reunião "Orientação das práticas pedagógicas das escolas da Regional Bauru e Araçatuba".

Projeto Sipep 5.3.01.02 - Estudo das práticas de avaliação da aprendizagem escolar

Senhor(a) Diretor(a) de Escola Técnica,

Convidamos vossa senhoria a participar da "Reunião: Orientações das práticas pedagógicas das Etec's da regional Bauru e Araçatuba", a realizar-se no dia 12 de novembro das 09h às 15h na Etec de Araçatuba, localizada na Avenida Prestes Maia, nº 1764, na cidade de Araçatuba. Estendemos o convite ao Coordenador Pedagógico e ao Coordenador do ETIM que está sendo orientado pela Coordenadora de Projetos Patricia Maia Fontana quanto as ações interdisciplinares, a participar conosco da reunião, por ser tratar de melhoria do processo ensino-aprendizagem.

Pauta:

- Assuntos administrativos;
- Práticas escolares.

Local: Etec de Araçatuba, localizada na Avenida Prestes Maia, nº 1764, CEP 16075-051, Araçatuba, tel. (18) 3625-8677.

Público alvo: Diretor, Coordenador Pedagógico e Coordenador do ETIM – regional Bauru e Araçatuba

Fonte: Santos (2019)

No âmbito da formação, o CPS conta com uma unidade de pós-graduação, extensão e pesquisa, com cursos nas modalidades *stricto sensu* e *lato sensu*. O programa de pós-graduação *stricto sensu* compreende os cursos de mestrado profissional em Gestão e Tecnologia em Sistemas Produtivos (área de Engenharias III) e mestrado profissional em Gestão e Desenvolvimento da Educação Profissional (área de Educação). Os de especialização *lato sensu* são MBA em Excelência em Gestão de Projetos e Processos Organizacionais, MBA em Engenharia e Negócios e MBA em Tecnologia e Inovação.

No ano de 2018, por meio do Edital n° 001/2018 – PROPG-UNESP/ CETEC-CPS, o CPS divulgou aos docentes da instituição a abertura de vagas para o Programa de Qualificação para Estudos de Mestrado e Doutorado na Universidade Estadual Paulista – UNESP, tendo como um

principal objetivo a intensificação das relações colaborativas entre a UNESP e o CPS.

Dentre os cursos oferecidos pelo referido edital, o convênio propunha vagas para o curso de mestrado acadêmico no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos (PPG-EPF) que, por ser um Programa Interunidades (FCAV², FEIS³, IBILCE⁴), conta com professores/pesquisadores dos Campus de Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente e São José do Rio Preto.

Assim, entendendo a parceria com a UNESP como uma forma produtiva de aperfeiçoamento profissional, a possibilidade do mestrado trouxe oportunidades de desenvolvimento de dissertações com temáticas relacionadas ao CPS, viabilizando cada vez mais a melhora do percurso educacional desenvolvido pela instituição.

No caso de algum profissional do CPS se interessar pelo curso de pós-graduação *stricto sensu* e comprovar estar regularmente matriculado, tem o direito do afastamento parcial⁵, de até 50% das horas-aula livres⁶, sem prejuízo dos salários, no decorrer de até quatro semestres letivos para o mestrado, e até oito semestres letivos para o doutorado, desde que o curso mantenha relação direta com o conteúdo dos componentes curriculares/disciplinas de sua responsabilidade.

² Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias - UNESP de Jaboticabal.

³ Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira - UNESP de Ilha Solteira.

⁴ Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas - UNESP de São José do Rio Preto.

⁵ A Deliberação CEETEPS n° 4, de 10/06/1997, entende por afastamento parcial o período em que o docente ficará ausente, em parte de sua carga horária semanal, junto à unidade de ensino.

⁶ O Artigo 4º da Deliberação CEETEPS n° 23, de 13/08/2015, dispõe sobre a atribuição de aulas nas Escolas Técnicas Estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, como segue:

II - entende-se por aulas os componentes curriculares previstos na carga horária das matrizes curriculares integrantes dos planos de cursos, observadas as disposições do Conselho Estadual de Educação;

IV - entende-se por aulas livres aquelas que são objeto de atribuição para composição da carga horária do professor;

V - entende-se por aulas em substituição aquelas que já foram atribuídas a um docente afastado, total ou parcialmente, de sua função.

No entanto, para os casos de afastamento, o docente deve entrar com o pedido de afastamento junto ao CPS com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Ademais, para a solicitação do referido afastamento, seu contrato deve ser de prazo indeterminado⁷, sua atuação no CPS deve ser de no mínimo dois anos, e sua atribuição deve ser de no mínimo 20 horas-aula livres semanais.

Para os casos em que o profissional faz parte da equipe da administração escolar, o direito de afastamento parcial do trabalho não existe, o que pode dificultar a construção e desenvolvimento da dissertação, devido à falta de tempo para se dedicar à pesquisa e se aprofundar na busca de novos conhecimentos e aprendizados.

Nesse sentido, sugere-se ao CPS, reconhecer como importante a possibilidade de assegurar ao profissional que atua na equipe gestora o direito de afastamento parcial de suas funções para os estudos, sem prejuízo de salários, para que possam contribuir, na mesma medida, com a produção do conhecimento científico.

Outrossim, ainda nessa perspectiva de formação de professores, o CPS oferece anualmente o Curso de Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados (figura 21), com o objetivo de preparar bacharéis e tecnólogos para a docência na educação profissional. O curso é oferecido atualmente na modalidade à distância – EaD, totalmente gratuito, em atendimento às recomendações da Resolução CNE nº 02/2015⁸, que estabelece o que segue especificado:

⁷ Contratação por prazo indeterminado se refere ao contrato de trabalho de docentes por meio de concurso público; contratação por prazo determinado se refere ao contrato de trabalho de docentes por meio de processo seletivo, ou contratação emergencial, que normalmente varia de seis meses a dois anos de trabalho.

⁸ Resolução CNE nº 02, 01/07/2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Art. 3º A formação inicial e a formação continuada destinam-se, respectivamente, à preparação e ao desenvolvimento de profissionais para funções de magistério na educação básica em suas etapas – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio – e modalidades – educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância – a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, os direitos e objetivos de aprendizagem e o seu desenvolvimento, a gestão democrática e a avaliação institucional.

§ 4º Os profissionais do magistério da educação básica compreendem aqueles que exercem atividades de docência e demais atividades pedagógicas, incluindo a gestão educacional dos sistemas de ensino e das unidades escolares de educação básica, nas diversas etapas e modalidades de educação (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância), e possuem a formação mínima exigida pela legislação federal das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

[...]

Art. 18. Compete aos sistemas de ensino, às redes e às instituições educativas a responsabilidade pela garantia de políticas de valorização dos profissionais do magistério da educação básica, que devem ter assegurada sua formação, além de plano de carreira, de acordo com a legislação vigente, e preparação para atuar nas etapas e modalidades da educação básica e seus projetos de gestão, conforme definido na base comum nacional e nas diretrizes de formação, segundo o PDI, PPI e PPC da instituição de educação superior, em articulação com os sistemas e redes de ensino de educação básica (BRASIL, 2015, art. 3º; art. 18).

Como se vê, a presente Resolução se destina à formação de profissionais para o exercício da docência e demais atividades pedagógicas, o que

significa que as instituições de educação básica devem assegurar oportunidades de formação e aprimoramento aos seus professores, como princípio elementar da melhoria da gestão e do ensino.

Assim sendo, considerando que o CPS abre editais semestralmente para processos seletivos docentes e, quando necessário, realiza concursos públicos para atender às necessidades, os cursos de formação pedagógica são realizados constantemente, não somente pelo entendimento de que são indispensáveis ao aprimoramento profissional, mas, sobretudo, porque as unidades escolares recebem amiúde professores com pouca, ou nenhuma experiência no magistério da educação básica.

Porém, a rotatividade de professores na escola, decorrente dos contratos de serviços temporários (determinados), dificulta a efetividade de uma gestão pedagógica eficaz e eficiente na unidade escolar, por interromper o planejamento sistemático e integrado do processo educacional e das formações planejadas.

Daí a importância de as Etecs oferecerem espaços complementares de formação continuada, por meio de capacitações, encontros, palestras e oficinas, para provocar no docente o interesse pelo desenvolvimento de habilidades não adquiridas na formação inicial, no intento de equacionar as lacunas pré-existentes e melhorar o processo de ensino e aprendizagem.

Figura 21 – Cartaz do Curso de Formação Pedagógica do CPS – 2020



CURSO DE
FORMAÇÃO PEDAGÓGICA
PARA GRADUADOS NÃO LICENCIADOS
2020/2021

Estão abertas inscrições para vagas no CURSO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA GRADUADOS NÃO LICENCIADOS. Este curso é resultado de um convênio entre o Centro Paula Souza e o FND/MEC dentro do Programa Brasil Profissionalizado. Tem como objetivo preparar bacharéis e tecnólogos para docência na educação profissional. O curso atende as recomendações da Resolução CNE 02/2015, é gratuito e não há cobrança de nenhuma taxa.

Carga Horária: 1000 horas sendo 300 de atividades práticas e 700 teóricas.

Modalidade: ensino a distância - EaD

Período previsto: abril de 2020 a outubro de 2021.

Vagas: 100, sendo 90 para professores da educação profissional técnica do Centro Paula Souza e 10 vagas para professores de outras instituições públicas de educação profissional.

Público-alvo: graduados que atuam como professores das disciplinas específicas da educação profissional técnica, em exercício e que não tenham licenciatura ou equivalente.

Se houver menor número de inscritos dentro do público-alvo que o número de vagas, estas serão destinadas a graduados não licenciados que pretendem ingressar na educação profissional técnica.

INSCRIÇÕES ATÉ 08 DE MARÇO DE 2020 NO SITE:
<http://www.cpsnetec.com.br/nossoedito/inscricao>
Mais informações consulte o edital disponível no site.

CPS
CENTRO PAULA SOUZA
UNIVERSIDADE DO OESTE
DE SÃO PAULO

Fonte: Santos (2019)

Dessa maneira, considera-se que a aprovação dos candidatos não licenciados nos processos seletivos e/ou concursos públicos docentes do CPS deveria estar condicionada à participação no Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, como forma de contribuir com a melhoria da qualidade de ensino, já que muitos iniciam o exercício da docência apenas com a dimensão técnica de formação, adquirida nos

cursos de graduação, e assim permanecem, com muita base de conhecimentos específicos e pouca abordagem de temas relacionados ao desenvolvimento do processo pedagógico.

Nesse pressuposto, a ideia da formação como suporte para o desenvolvimento profissional e a melhora da qualidade educacional se torna essencial, conforme ratificada por Ponte (1998):

A formação “formal” (inicial, contínua, especializada e avançada) continua a ser um suporte fundamental do desenvolvimento profissional. Ela não só é útil, como é necessária, para permitir uma variedade de percursos e processos de desenvolvimento profissional, de acordo com as preferências e as necessidades de professores, com origens profissionais e inclinações muito diversas. Às instituições de formação cabe um importante papel de fornecer oportunidades diversas de formação, procurando melhorar a adequação da sua oferta às necessidades dos professores da sua região e, para isso, constituindo-se elas próprias como unidades de investigação e desenvolvimento curricular (PONTE, 1998, p.12).

4.2 Etec de Ilha Solteira

4.2.1 Histórico

A unidade escolar da Etec do município de Ilha Solteira foi implantada em fevereiro de 1993, por meio da Secretaria Estadual de Educação, com a habilitação profissional plena de técnico em máquinas navais, motivada na época pelo desenvolvimento da Hidrovia Tietê-Paraná, assim como pela navegação brasileira pelo interior, idealizada pela diretoria de hidrovias da Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP).

Em outubro daquele ano, a escola foi transferida para o Centro Paula Souza, por intermédio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, que mantinha 99 escolas técnicas e nove faculdades de

tecnologia, com habilitações nas áreas de serviços, indústria e agrícola (ILHA SOLTEIRA, 2020).

No ano de 1994, a escola passou a oferecer duas novas habilitações, em cursos regulares (04 anos): técnico em enfermagem e técnico em eletrotécnica. Depois disso, a partir de 1997, começaram os cursos de qualificação profissional IV em processamento de dados e eletrotécnica (um ano e meio - equivalente ao técnico).

Nesse cenário, foi implantada a habilitação profissional de técnico em turismo, em fevereiro de 1998, sendo que, nesse mesmo ano, em atendimento à nova LDB, todos os cursos técnicos passaram a ser modulares, com duração de um ano e meio, e foram desmembrados do antigo colegial que, então, passou a ser denominado ensino médio.

No ano de 1999, no primeiro semestre, foi implantado o curso técnico em mecânica e, no segundo, o técnico em informática. Na sequência, em 2003, incluiu-se o técnico em hotelaria. Depois disso, em 2006, houve a implantação do técnico em açúcar e álcool e, no primeiro semestre de 2008, aconteceu o retorno do ensino médio e a implantação do curso técnico em gestão empresarial e em turismo receptivo (ILHA SOLTEIRA, 2020).

Em continuidade, no primeiro semestre de 2009 se iniciou a primeira turma do curso técnico em meio ambiente e, no segundo semestre, o técnico em gestão empresarial foi substituído pelo técnico em comércio. Nessa mesma época, houve a oferta de cursos técnicos na Escola Estadual de Urubupungá, em Ilha Solteira, e na Escola Estadual Coronel Francisco Schmidt, em Pereira Barreto, por meio do programa de expansão da educação profissional do CPS (ILHA SOLTEIRA, 2020).

Assim, nessa trajetória histórica de 27 anos de serviços educacionais, até os dias atuais, a Etec passou por um processo de expansão de seus cursos técnicos, para atender à demanda crescente de profissionais

qualificados e, nesse esteio, oferece diversos cursos voltados aos setores produtivos – público e privado –, possibilitando ao trabalhador aprender uma profissão técnica e se qualificar para os desafios do mundo do trabalho.

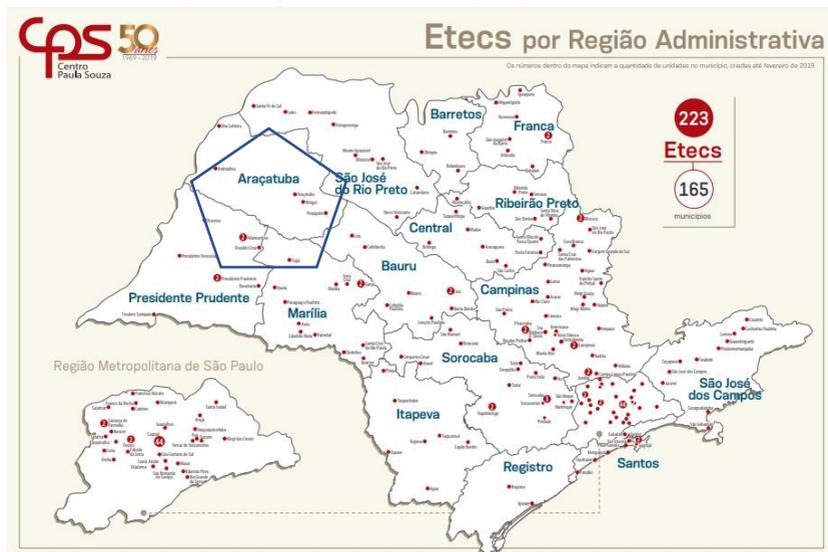
Nesse ano de 2020, a Etec de Ilha Solteira (sede e classes descentralizadas) atende aproximadamente 1000 alunos entre os três períodos - manhã, tarde e noite -, residentes nas cidades de Aparecida do Taboado, Castilho, Ilha Solteira, Itapura, Pereira Barreto, Selvíria, Suzanópolis e Sud Mennucci, e é formada pela unidade Sede (cidade de Ilha Solteira) e pelas classes descentralizadas (CD), situadas nos municípios de Ilha Solteira, Itapura, Pereira Barreto e Sud Mennucci.

As chamadas CD fazem parte do programa de expansão da educação profissional do CPS⁹, com o objetivo de ampliar as possibilidades de cursos técnicos em suas diversas áreas profissionais. As CD de Pereira Barreto e Ilha Solteira foram implantadas no segundo semestre de 2009, a de Sud Mennucci, no segundo semestre de 2018, e a de Itapura, no 1º semestre de 2020.

A figura 22, abaixo, apresenta a localização da Etec de Ilha Solteira, na Região Administrativa de Araçatuba:

⁹ As classes descentralizadas contam com a parceria das prefeituras dos respectivos municípios, na oferta diária da merenda escolar, no ressarcimento das despesas de combustíveis para o deslocamento dos professores de Ilha Solteira até as CD e na divulgação do processo seletivo de Vestibulinho. Apenas a prefeitura da cidade de Pereira Barreto não efetua o ressarcimento do combustível aos professores, em razão do programa de expansão com o CPS não prever esse compromisso por parte do município.

Figura 22 – Mapa de localização das Etecs, por Região Administrativa



Fonte: Centro Paula Souza (2020)

Ainda com relação às classes descentralizadas, interessa dizer que estão instaladas de forma compartilhada com escolas estaduais e/ou municipais das cidades em que estão localizadas, e utilizam as instalações físicas e os equipamentos necessários para o seu funcionamento, como salas de aula, refeitórios, salas dos professores, banheiros, bibliotecas e laboratórios de informática. Cada CD conta com um coordenador de projetos (CCD)¹⁰, e um coordenador para cada curso, ou eixo tecnológico.

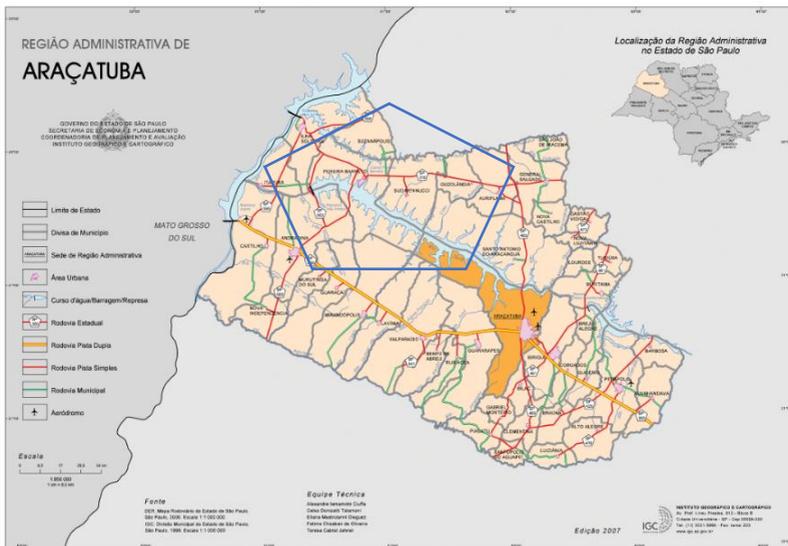
No que tange aos cursos técnicos oferecidos de forma articulada concomitante e/ou subsequente pela Etec Sede, encontram-se os de desenvolvimento de sistemas, eletrotécnica, enfermagem, eventos, mecânica, meio ambiente e segurança do trabalho. De forma integrada ao

¹⁰ A Deliberação CEETEPS nº 005, de 05/12/2013, estabelece o exercício da função de coordenador de projetos responsável por classes descentralizadas (CCD) e suas atribuições na implantação, implementação, coordenação e supervisão das classes descentralizadas.

ensino médio, estão os de administração, desenvolvimento de sistemas e informática.

Dito isso, apresenta-se a figura 23, com o mapa de localização da Região Administrativa de Araçatuba, no Estado de São Paulo:

Figura 23 – Mapa de localização da Região Administrativa de Araçatuba, no Estado de São Paulo



Fonte: IGC (2020)

Quanto aos cursos oferecidos pelas classes descentralizadas, podem ser detalhados como segue:

- CD da Escola Estadual de Urubupungá (cidade de Ilha Solteira): administração, recursos humanos e serviços jurídicos, oferecidos de forma articulada concomitante e/ou subsequente;
- CD da Escola Estadual Coronel Francisco Schimdt (cidade de Pereira Barreto): administração, recursos humanos e serviços jurídicos, oferecidos de forma articulada concomitante e/ou subsequente;
- CD da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Victor Padilha (cidade de Sud Mennucci): agronegócio, oferecido de forma articulada concomitante e/ou subsequente);

- CD de Itapura (cidade de Itapura): administração, oferecido a partir do 1º semestre de 2020, de forma articulada concomitante e/ou subsequente.

Concerne destacar que, nesse ano de 2020, com o intuito de expandir a oferta do ensino profissionalizante, o Centro Paula Souza, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, passou a oferecer o programa Novotec Integrado, dando oportunidade aos alunos das escolas estaduais (EE) de optar pela certificação do ensino médio, com habilitação profissional técnica.

Nessa nova modalidade, os cursos técnicos oferecidos, de forma articulada concomitante ao ensino médio são administração e informática para internet, na seguinte conformidade:

- Escola Estadual Arno Hausser, na cidade de Ilha Solteira: informática para internet;
- Escola Estadual Dr. Paulo Grassi Bonilha, na cidade de Itapura: administração;
- Escola Estadual Mitsusada Umetani, na cidade de Pereira Barreto: informática para internet.

No caso de tais cursos, os alunos contam, durante os três anos letivos, com componentes curriculares do ensino médio (base nacional comum e parte diversificada), ministrados pelos professores das respectivas escolas estaduais regulares, e do ensino técnico (formação profissional), ministrados pelos professores do CPS nas próprias escolas. Ao aluno concluinte será conferido o diploma de técnico pelo CPS, com validade nacional.

Na realidade, o programa Novotec atende alunos provenientes das escolas estaduais de seus respectivos municípios, que tiveram a oportunidade de se inscrever nesse programa, nas unidades escolares em que cursavam o ensino fundamental. Ao término dessa etapa, foram selecionados pelas escolas que ofertam o ensino médio.

Considerando que na modalidade do Novotec o estudante não precisa participar do processo seletivo vestibulinho, algumas escolas fizeram a seleção pela análise do boletim escolar, com prioridade para os alunos com as melhores condições de notas e frequência escolar, e outras escolas não utilizaram critérios para seleção, apenas receberam favoravelmente as inscrições de interesse.

4.2.2 Cursos ofertados e perfis profissionais de conclusão

Nesse tópico serão apresentados os cursos técnicos ofertados pela Etec de Ilha Solteira (Sede e Classes Descentralizadas), com seus respectivos eixos tecnológicos, objetivos e os perfis profissionais dos egressos, para atender à necessidade de formação de profissionais qualificados para os setores produtivos do mundo do trabalho.

As justificativas para escolha e definição dos cursos ofertados semestralmente pela escola são deliberadas pelo Conselho de Escola¹¹, a partir de estudo e análise dos indicadores apresentados pela equipe gestora, tendo como principais parâmetros a demanda de candidatos inscritos nos cursos de interesse no último processo seletivo (vestibulinho), a quantidade de candidatos que compareceram para fazer a prova dos respectivos cursos no último exame e a quantidade de alunos concluintes na última turma/curso ofertada pela unidade escolar.

Dessa forma, os quadros a seguir (14 a 24), trazem os dados extraídos de cada plano de curso da instituição:

¹¹ De acordo com o Artigo 10 do Regimento Comum das Etecs do CPS, conforme Deliberação CEETEPS nº 003, de 18/07/2013, o Conselho de Escola é um órgão deliberativo, integrado por representantes da comunidade escolar e da comunidade extraescolar. Disponível em: <http://www.etcilhasolteira.com.br/arquivos/Regimento-Comum-ETECs.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

Quadro 14 - Técnico em Administração

Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios	Objetivos	Perfil Profissional de Conclusão
	<p>O curso tem como objetivos capacitar o aluno para: adotar postura ética, princípios de relacionamento humano, cidadania, linguagem adequada na comunicação com clientes e grupos de trabalho; agir com proatividade, compreendendo a organização como um sistema; aplicar técnicas de planejamento, gestão, avaliação e controle para inserção no contexto dos serviços administrativos das organizações; planejar, executar, acompanhar e avaliar projetos; compreender o contexto socioeconômico e humano nos planos regional e global; desenvolver estudos sobre a região onde a organização está inserida e propor ações que visem a mudanças significativas na organização; elaborar documentos e planilhas administrativas para subsídio na tomada de decisão gerencial; atuar analisando criticamente as questões da organização, propondo melhorias e proporcionando transformações; comunicar-se com eficiência na área profissional, utilizando a terminologia técnica e/ ou científica e de acordo com os gêneros textuais e modelos convencionados (documentação e redação técnica).</p>	<p>É o profissional que participa da gestão dos recursos mercadológicos, humanos, financeiros, materiais e produtivos. Executa as rotinas administrativas, controla materiais, acompanha níveis de eficiência e produtividade e presta atendimento a clientes. Trabalha em equipe, otimiza recursos, propõe inovações e adota postura ética na condução das relações e atividades.</p> <p>O profissional formado como Técnico em Administração poderá atuar em organizações públicas, privadas e do terceiro setor.</p>

Fonte: Etec de Ilha Solteira (2020, adaptado)

Quadro 15 - Técnico em Agronegócio

o Tecnológico: Recursos Naturais	Objetivos	Perfil Profissional de Conclusão
	<p>O objetivo da organização do plano de curso de Técnico em Agronegócio é basicamente o de interpretar o estado atual dos agronegócios no país com ênfase na determinação de oportunidades de inserção dos produtores ao mundo globalizado, com propostas para implementar ações considerando sua relação com linhas estratégicas, instrumentos de cooperação e tecnologias existentes.</p> <p>Efetuar uma caracterização do desempenho do agronegócio no Brasil no período recente, avaliar as perspectivas futuras dessa expansão face às limitações em termos de preços, políticas macroeconômicas e problemas ambientais, bem como as políticas de desenvolvimento tecnológico, de colonização de novas áreas e de construção de infraestrutura. Interpretar as políticas de crédito, assim como os problemas ambientais gerados pelos desmatamentos.</p> <p>Agronegócio é toda relação comercial e industrial envolvendo a cadeia produtiva agrícola ou pecuária. No Brasil, o termo agropecuária é usado para definir o uso econômico do solo para cultivo da terra, associado com a criação de animais. Agronegócio, também chamado de agribusiness é um conjunto de negócios relacionados à agricultura do ponto de vista econômico.</p>	<p>É o profissional que aplica técnicas de gestão e de comercialização que visam ao aumento da eficiência do mercado agrícola e agroindustrial. Identifica os segmentos das cadeias produtivas do setor agropecuário. Avalia custos de produção e aspectos econômicos para a comercialização de novos produtos e serviços. Idealiza ações de marketing aplicadas ao agronegócio. Auxilia a organização e execução de atividades de gestão do negócio rural, inclusive empreendimentos da agricultura familiar. Participa de sistemas de gestão ambiental e de promoção do desenvolvimento tecnológico e social visando à qualidade e à sustentabilidade do empreendimento. Orienta produtores e trabalhadores rurais na organização de associações e cooperativas.</p> <p>O profissional formado como Técnico em Agronegócio poderá atuar em empreendimentos rurais; empresas agropecuárias; empresas comerciais e agroindustriais; empresas de assistência técnica, consultoria, extensão rural e pesquisa; cooperativas e associações de produtores rurais.</p>

Fonte: Etec de Ilha Solteira (2020, adaptado)

Quadro 16 - Técnico em Desenvolvimento de Sistemas

Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação	Objetivos	Perfil Profissional de Conclusão
	<p>O curso tem como objetivos capacitar o aluno para: aplicar os fundamentos da computação e da tecnologia de informação de forma a situar os conhecimentos adquiridos durante o curso em um contexto mais amplo; utilizar sistemas operacionais e softwares no apoio ao desenvolvimento de sistemas; empregar fundamentos de redes de computadores e Internet aplicados ao desenvolvimento de sistemas; utilizar lógica de programação e algoritmos na construção de software; utilizar ambientes de desenvolvimento para codificar e depurar programas; efetuar testes de qualidade de software e sistemas; analisar, projetar e documentar sistemas de informação que atendam aos requisitos do negócio; projetar, implementar e utilizar bancos de dados no desenvolvimento de sistemas; utilizar os fundamentos da segurança da informação de forma a permitir a identificação de ameaças e o comportamento preventivo; desenvolver ideias criativas e inovadoras na resolução de problemas computacionais; comunicar-se com eficiência na área profissional, com a utilização da terminologia técnica e/ ou científica e de acordo com os gêneros textuais e modelos convencionados (documentação e redação técnica).</p>	<p>É o profissional que analisa e projeta sistemas. Constrói, documenta, realiza testes e mantém sistemas de informação. Utiliza ambientes de desenvolvimento e linguagens de programação específica. Modela, implementa e mantém bancos de dados.</p> <p>O profissional formado como Técnico em Desenvolvimento de Sistemas poderá atuar em empresas e departamentos de desenvolvimento de sistemas em organizações governamentais e não governamentais, podendo também atuar como profissional autônomo.</p>

Fonte: Etec de Ilha Solteira (2020, adaptado)

Quadro 17 - Técnico em Eletrotécnica

	Objetivos	Perfil Profissional de Conclusão
Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais	<p>O curso tem como objetivo capacitar o profissional para planejar, executar e avaliar serviços de instalação, operação e manutenção de sistemas elétricos, compondo equipes de trabalho, aplicando normas e padrões técnicos nacionais e internacionais, utilizando instrumentos, ferramentas e recursos de informática, dentro dos princípios de qualidade, produtividade e de preservação ambiental, podendo, quando for o caso, prestar assistência técnica.</p> <p>É preparado também para realizar testes, ensaios e reparos em sistemas elétricos convencionais, microprocessados ou microcontrolados, de máquinas e equipamentos, em transformadores, motores, componentes elétricos, circuitos eletropneumáticos e em instalações elétricas, utilizando instrumentos apropriados, empregando técnicas de segurança e procedimentos normalizados e preenchendo relatórios técnicos.</p> <p>É capacitado também para elaborar leiautes, diagramas, esquemas elétricos, utilizando-se de recursos de informática, de acordo com normas técnicas, princípios científicos e tecnológicos, aplicando técnicas de projeto e de desenho. Planejar manutenção preventiva e corretiva, removendo, calibrando e reparando equipamentos e elétricos, tendo como referência o plano de manutenção da empresa, realizando diagnósticos e utilizando técnicas de detecção de falhas, normas e procedimentos de segurança.</p>	<p>É o profissional que instala, opera e mantém elementos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Participa na elaboração e no desenvolvimento de projetos de instalações elétricas e de infraestrutura para sistemas de telecomunicações em edificações. Atua no planejamento e execução da instalação e manutenção de equipamentos e instalações elétricas. Aplica medidas para o uso eficiente da energia elétrica e de fontes energéticas alternativas. Participa no projeto e instala sistemas de acionamentos elétricos. Executa a instalação e manutenção de iluminação e sinalização de segurança.</p> <p>O profissional formado como Técnico em Eletrotécnica poderá atuar em concessionárias de energia elétrica. Prestadoras de serviço. Indústrias em geral, nas atividades de manutenção e automação. Indústrias de fabricação de máquinas, componentes e equipamentos elétricos.</p>

Quadro 18 - Técnico em Enfermagem

ixo Tecnológico: Ambiente e Saúde	Objetivos	Perfil Profissional de Conclusão
	<p>Formar Técnicos e Auxiliares de Enfermagem capazes de atuar como agentes na promoção da saúde, na prevenção das doenças e na recuperação dos que adoecem, visando à integralidade do ser humano.</p> <p>Possibilitar o desenvolvimento de competências que permitam ao aluno exercer a sua cidadania ativa, de forma solidária, no exercício das funções de Técnico em Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem.</p> <p>Levar o futuro profissional a colocar em suas ações a ciência, a tecnologia e a ética a serviço da vida.</p> <p>Integrar o futuro Técnico e Auxiliar de Enfermagem com o mercado de trabalho por meio da convivência com o meio profissional.</p>	<p>É o profissional que atua na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação dos processos saúde-doença. Colabora com o atendimento das necessidades de saúde do paciente/ cliente, família e comunidade, em todas as faixas etárias. Desenvolve ações de educação para o autocuidado, bem como de segurança no trabalho e de biossegurança nas ações de enfermagem.</p> <p>Promove ações de orientação e preparo do paciente para exames. Realiza cuidados de enfermagem, tais como: curativos, administração de medicamentos e vacinas, nebulizações, procedimentos invasivos, mensuração antropométrica e verificação de sinais vitais, dentre outros. Presta assistência de enfermagem a pacientes clínicos e cirúrgicos em qualquer fase do ciclo vital.</p> <p>Participa de uma equipe multiprofissional com visão crítica e reflexiva, atuando de acordo com princípios éticos. Exerce ações de cidadania e de preservação ambiental.</p> <p>O profissional formado em Enfermagem poderá atuar em instituições hospitalares, ambulatoriais, clínicas, empresas, serviços sociais, serviços de urgência, unidades básicas de saúde, Programa Saúde da Família, home care (domicílio) e instituições de longa permanência para idosos.</p>

Quadro 19 - Técnico em Eventos

Eixo Tecnológico: Turismo, Hospitalidade e Lazer	Objetivos	Perfil Profissional de Conclusão
	<p>O curso tem como objetivos capacitar o aluno para: elaborar, organizar e aplicar atividades recreativas em eventos; planejar, organizar e atuar em cerimoniais públicos e privados; planejar, organizar e controlar a gestão operacional e a logística de eventos; montar, organizar e decorar mesas utilizando técnicas de higienização e utensílios específicos para cada tipologia de evento; planejar, organizar e controlar o armazenamento de alimentos e bebidas, materiais e utensílios de acordo com a especificidade e natureza; planejar processos de seleção e contratação de profissionais de acordo com a natureza dos eventos e das atividades; atuar de acordo com as normas e padrões de segurança e de qualidade, respeitando a legislação vigente.</p>	<p>É o profissional que projeta, planeja, organiza, coordena, executa e avalia serviços de apoio técnico e logístico a eventos de diversas classificações e tipologias. Utiliza normas de cerimonial e protocolo. Opera as ferramentas de marketing e de divulgação. Executa procedimentos de recepção e encaminhamentos demandados por eventos.</p> <p>Coordena a decoração de ambientes e o armazenamento e a organização de gêneros alimentícios servidos em eventos.</p> <p>O profissional formado como Técnico em Eventos poderá atuar em hotéis; buffets; restaurantes; órgãos públicos; cruzeiros marítimos; convention visitors bureaux; parques temáticos e urbanos; empresas organizadoras de eventos; centro de convenções e de exposições; empresas prestadoras de serviços para eventos.</p>

Fonte: Etec de Ilha Solteira (2020, adaptado)

Quadro 20 - Técnico em Mecânica

Eixo Tecnológico: Controle e Processos Industriais	Objetivos	Perfil Profissional de Conclusão
	<p>O curso tem como objetivo capacitar o aluno para: Elaborar projetos mecânicos e sistemas automatizados; Planejar, aplicar e controlar procedimentos de montagem, instalação e de manutenção mecânica de máquinas e equipamentos; Desenvolver e controlar processos de fabricação; Executar avaliações geométricas, físicas e químicas de materiais, componentes e instalações; Especificar materiais para construção mecânica; Elaborar documentação técnica; Executar compras e vendas técnicas; Cumprir normas e procedimentos de segurança no trabalho e preservação ambiental; Capacitar o aluno para elaborar e desenvolver processos de fabricação e montagem de conjuntos mecânicos; Planejar, programar, controlar e supervisionar atividades da Mecânica; Executar, acompanhar e interpretar os resultados de ensaios, de teses, de exames, de controles e de tratamentos de lubrificantes e de peças de máquinas e de equipamentos industriais; Coordenar e desenvolver equipes de trabalho que atuem na Mecânica, aplicando métodos e técnicas de gestão administrativa; Desenvolver projetos de manutenção de instalações de sistemas industriais, caracterizando e determinando a aplicação de materiais, de acessórios, de dispositivos, de instrumentos, de equipamentos e de máquinas; Formação do profissional para selecionar e aplicar novas tecnologias.</p>	<p>É o profissional que elabora projetos mecânicos e sistemas automatizados. Planeja, aplica e controla procedimentos de instalação e de manutenção mecânica de máquinas e equipamentos. Desenvolve e controla processos de fabricação e montagem de conjuntos mecânicos. Aplica técnicas de medição e ensaios. Especifica materiais para construção mecânica. Elabora documentação, realiza compras e vendas técnicas e cumpre normas e procedimentos de segurança no trabalho e de preservação ambiental.</p> <p>O profissional formado como Técnico em Mecânica poderá atuar em indústrias de produtos de metal, de artigos de borracha e plástico, fábricas de máquinas, equipamentos e componentes mecânicos, aparelhos e materiais elétricos e de equipamentos de instrumentação. Laboratórios de controle de qualidade, de manutenção e pesquisa no setor produtivo mecânico. Prestadoras de serviços.</p>

Fonte: Etec de Ilha Solteira (2020, adaptado)

Quadro 21 - Técnico em Meio Ambiente

Eixo Tecnológico: Ambiente e Saúde	Objetivos	Perfil Profissional de Conclusão
	<p>O curso tem como objetivos capacitar o aluno para: Identificar as fontes e o processo de degradação natural de origem química, geológica e biológica e as grandezas envolvidas nesses processos, utilizando métodos de medição e análise; Atuar na organização de programas de educação ambiental, de conservação e preservação de recursos naturais, de redução, reuso e reciclagem; Identificar as intervenções ambientais, analisar suas consequências e operacionalizar a execução de ações para preservação, conservação, otimização, minimização e remediação dos seus efeitos; Executar o monitoramento de variáveis ambientais; Participar da gestão em unidades de conservação; Comunicar-se com eficiência na área profissional, utilizando a terminologia técnica e/ou científica da área e de acordo com os gêneros textuais e modelos convencionados (documentação e redação técnica).</p>	<p>É o profissional que coleta, armazena e interpreta informações, dados e documentações ambientais. Colabora na elaboração de laudos, relatórios e estudos ambientais. Auxilia na elaboração, no acompanhamento e na execução de sistemas de gestão ambiental. Atua na organização de programas de educação ambiental, de conservação e de preservação de recursos naturais, de redução, reuso e reciclagem. Detecta as intervenções ambientais, auxilia na análise de suas consequências e operacionaliza a execução de ações para preservação, conservação, otimização, minimização e remediação dos seus efeitos. Procura meios de viabilizar soluções ambientais aos interesses e demandas mercadológicas, identificando oportunidades de negócios empreendedores.</p> <p>O profissional formado como Técnico em Meio Ambiente poderá atuar em instituições públicas; terceiro setor; empresas prestadoras de serviço de controle ambiental; empresas privadas ou públicas atuantes em sistemas de gestão ambiental; sistemas de tratamento de água, esgotos e efluentes diversos; prestação de serviço em consultoria ambiental e gestão de resíduos; unidades de preservação; empresas de pesquisa; parques, jardins botânicos e empresas florestais; instituições e organizações não governamentais.</p>

Fonte: Etec de Ilha Solteira (2020, adaptado)

Quadro 22 - Técnico em Recursos Humanos

Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios	Objetivos	Perfil Profissional de Conclusão
	<p>O curso tem como objetivos: formar profissionais com competências e habilidades em Recursos Humanos que lhes possibilitem enfrentar os desafios relativos às transformações sociais e no mundo do trabalho; formar técnicos conscientes de suas responsabilidades ética, moral e social, que se comprometam com a aplicação de tecnologias, preze pela qualidade de vida e promova o bem-estar individual e coletivo; interagir e respeitar os diversos contextos socioeconômico, cultural e humano, nos planos local, regional e global; aplicar, nas diferentes realidades de trabalho, conhecimentos e atitudes favoráveis à transformação da realidade social, buscar construir uma sociedade mais justa, igualitária e ética; ter uma formação científica e técnica para empreender e/ ou atuar em organizações de diferentes níveis; desenvolver competências para analisar, criticar e atuar nas questões da organização e buscar melhorias que proporcione transformações; aplicar técnicas de planejamento, gestão, avaliação e controle, para o melhor desempenho das equipes e organizações.</p>	<p>É o profissional que executa rotinas administrativas de pessoal com base na Legislação Trabalhista e Previdenciária. Auxilia no controle e avaliação de subsistemas de gerenciamento e contribui para a implementação das estratégias organizacionais. Administra pessoal, promove ações de treinamento, identifica e sugere plano de benefícios. Descreve e classifica postos de trabalho, aplica questionários e processa informações acerca dos trabalhadores.</p> <p>Atua nos processos de recrutamento, seleção e integração, assessora as relações de trabalho e sistemas de avaliação de desempenho. Presta serviços de comunicação oral e escrita, liderança, motivação, formação de equipes e desenvolvimento de pessoal com empenho no crescimento simultâneo, individual e do grupo de forma ética. Realiza ações empreendedoras e em processos de orientação sobre a importância da segurança no trabalho e da saúde ocupacional.</p> <p>O profissional formado como Técnico em Recursos Humanos poderá atuar em organizações públicas, privadas, mistas, e do terceiro setor ou como autônomos e consultores.</p>

Fonte: Etec de Ilha Solteira (2020, adaptado)

Quadro 23 - Técnico em Segurança do Trabalho

Eixo Tecnológico: Segurança	Objetivos	Perfil Profissional de Conclusão
	<p>O curso tem como objetivos capacitar o aluno para: elaborar e implantar a política de saúde e segurança do trabalho; planejar e executar programas e projetos de análise de riscos em processos de produção e demais atividades, estabelecendo metas, cronogramas, custos e procedimentos de avaliação; interpretar indicadores de eficiência e eficácia dos programas implantados; pontuar as variáveis de controle de doenças, acidentes, qualidade de vida e meio ambiente; desenvolver ações educativas na área de saúde e segurança do trabalho.</p>	<p>É o profissional que atua em ações preventivas nos processos produtivos com auxílio de métodos e técnicas de identificação, avaliação, análise e definição de medidas de controle de riscos ambientais, de acordo com a Legislação Brasileira, Normas Regulamentadoras e princípios de Higiene, Saúde e Segurança do Trabalho.</p> <p>Seleciona, controla, orienta e fiscaliza o uso de EPC (Equipamento de Proteção Coletiva) e EPI (Equipamento de Proteção Individual), bem como participa de perícias e fiscalizações. Desenvolve ações educativas, coleta e organiza informações de Saúde e de Segurança do Trabalho.</p> <p>Avalia, analisa e executa diversos programas e projetos de prevenção em Segurança do Trabalho, dentre eles o PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e demais programas previstos nas Normas Regulamentadoras.</p> <p>Investiga, analisa acidentes e recomenda medidas de prevenção e controle com a utilização de recursos tecnológicos atuais. Relaciona-se com todos os níveis hierárquicos da empresa nos processos de negociação através de meios de comunicação adequados. Aprova e implementa políticas de procedimentos de Saúde e Segurança do Trabalho.</p> <p>O profissional formado como Técnico em Segurança do Trabalho poderá atuar em empresas públicas; empresas privadas; indústrias; hospitais; comércios; instituições financeiras; mineradoras; construção civil; área rural.</p>

Quadro 24 - Técnico em Serviços Jurídicos

Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios	Objetivos	Perfil Profissional de Conclusão
	<p>O curso tem como objetivo capacitar o profissional para: cumprir as determinações legais e judiciais; executar serviços de auditoria jurídica; atuar em escritórios de advocacia, de auditoria jurídica, de recursos humanos e em departamentos administrativos, executando serviços de apoio técnico-administrativo e de suporte; gerenciar e arquivar processos e documentos técnicos; interpretar recursos e ações judiciais; analisar e interpretar legislação e determinações judiciais relativas a processo civil e processo penal; lavrar autos, autuar processos e proceder registros; expedir mandados, traslados, cartas precatórias e certidões; prestar atendimento ao público; cuidar da integridade física dos autos e demais documentos, guardando segredos de justiça quando determinado.</p>	<p>É o profissional que executa serviços de suporte e apoio técnico-administrativo a escritórios de advocacia, de auditoria jurídica, recursos humanos e departamentos administrativos, bem como cumpre as determinações legais atribuídas a cartórios judiciais e extrajudiciais, executando procedimentos e registros cabíveis. É responsável pelo gerenciamento e pelo arquivo de processos e de documentos técnicos. Presta atendimento ao público.</p> <p>O profissional formado como Técnico em Serviços Jurídicos poderá atuar em empresas privadas: departamentos jurídicos, departamento de recursos humanos, financeiro e contábil, escritórios de advocacia e escritórios de auditoria jurídica e Serviços de Atendimento ao Cliente (SAC); setor público: departamentos administrativos que necessitem de assistentes com conhecimento jurídico, cartórios extrajudiciais e judiciais e tribunais arbitrais.</p>

Fonte: Etec de Ilha Solteira (2020, adaptado)

4.2.3 Estrutura organizacional

A escola é regida pelo Regimento Comum das Etecs¹² e, por meio desse documento, fica estabelecido que a unidade escolar poderá oferecer cursos presenciais, ou à distância, relacionados à educação profissional, de formação inicial e continuada, ou qualificação profissional; de educação

¹² Regimento Comum das Etecs, conforme Deliberação CEETEPS nº 003, de 18/07/2013. Disponível em: <http://www.etecilhasolteira.com.br/arquivos/Regimento-Comum-ETECs.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

profissional técnica de nível médio; de ensino médio; e de educação de jovens e adultos, no nível de educação básica, preferencialmente em articulação com a educação profissional.

Além desses cursos e programas previstos pelo regimento, a Etec poderá, complementarmente, desenvolver atividades referentes à extensão e/ou prestação de serviços à comunidade e à região; pesquisas científicas e tecnológicas, de interesse do ensino e da comunidade, da região ou do CPS; e organização de eventos de difusão cultural, científica, tecnológica e de caráter esportivo, de interesse para os cursos e programas mantidos, ou para a comunidade e região (SÃO PAULO, 2013).

Ainda em termos estruturais, a Etec conta com um órgão deliberativo, denominado Conselho de Escola (CE), integrado por representantes da comunidade escolar e extraescolar, com importante participação nas decisões da equipe, e está composto como segue descrito:

I. pela comunidade escolar:

- a) Diretor, presidente;
- b) um representante das diretorias de serviços e relações institucionais;
- c) um representante dos professores;
- d) um representante dos servidores técnico e administrativo;
- e) um representante dos pais de alunos;
- f) um representante dos alunos;
- g) um representante das instituições auxiliares.

II. pela comunidade extraescolar:

- a) representante de órgão de classe;
- b) representante dos empresários, vinculado a um dos cursos;
- c) aluno egresso atuante em sua área de formação técnica;
- d) representante do poder público municipal;
- e) representante de instituição de ensino, vinculada a um dos cursos;
- f) representantes de demais segmentos de interesse da escola (SÃO PAULO, 2013, p. 2).

Dentre as principais atribuições do CE, destacam-se a deliberação sobre o projeto político pedagógico da escola; a emissão de parecer quanto à implantação, ou extinção de cursos oferecidos, de acordo com as demandas locais e regionais e a análise dos indicadores escolares; e a aprovação do Plano Plurianual de Gestão e do Plano Escolar (SÃO PAULO, 2013).

A esse respeito, salienta-se que a Etec de Ilha Solteira conta com um CE atuante, formado por representantes da comunidade escolar, eleitos pelos pares, e conta com a participação do diretor de escola como presidente nato.

Quanto à comunidade extraescolar, os representantes são indicados pelos respectivos segmentos. O representante dos empresários, por exemplo, geralmente é designado pela Associação Comercial e Empresarial de Ilha Solteira (ACEIS); o do poder público municipal, por sua vez, é proposto pela Prefeitura Municipal; e o de instituição de ensino, vinculada a um dos cursos, é indicado pela Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira (UNESP). As reuniões estão sempre previstas pelo calendário escolar, e os assuntos discutidos são registrados em atas específicas.

Ademais, a unidade escolar conta também com o Plano Plurianual de Gestão (PPG), que apresenta a proposta de trabalho da escola. Esse documento é considerado o norteador da ação educacional, tem vigência de cinco anos, podendo ser atualizado, complementado, ou alterado, se necessário. Com relação ao Plano Escolar, denominado Projeto Político Pedagógico (PPP), deve ser elaborado, atualizado, ou alterado, anualmente, de acordo com as diretrizes e prazos expedidos pelo CPS. É um documento incorporado ao PPG (SÃO PAULO, 2013).

Com relação a esses documentos, a escola dispõe de um período próprio, no início de cada ano letivo, para a sua revisão. Normalmente o CPS propõe que as discussões ocorram nas reuniões de planejamento, por serem espaços coletivos de participação da comunidade escolar, na

atualização dos procedimentos didático-pedagógicos das unidades e na definição de novos projetos de interesse, a serem inseridos nos planos escolares.

Assim sendo, o PPG e o PPP da Etec de Ilha Solteira são revisados e atualizados anualmente, com a participação da equipe de gestão, dos coordenadores de curso, dos professores e servidores administrativos.

Como relatado anteriormente, os coordenadores e professores se reúnem em grupos, nas reuniões de planejamento, sob orientação e acompanhamento da direção e do CP, para analisarem as deliberações propostas pela equipe escolar, no ano anterior, e proporem atualizações, alterações e/ou complementações de dados e/ou procedimentos relacionados ao processo educacional, para o ano vigente.

Nesse direcionamento, a unidade escolar publica o PPP no site¹³ oficial da escola, para consulta pela comunidade escolar e extraescolar, como uma ação de gestão desse documento e acompanhamento da participação de todos:

Outra prática educativa relacionada às funções do CP é referente à gestão do projeto político pedagógico da escola (PPP), que envolve participação coletiva e gestão democrática. A participação do coletivo para elaboração, execução e avaliação do PPP é um dos grandes desafios da escola e do trabalho do CP. Os CPs e direção, geralmente, consideram importante essa participação no processo e se empenham para que aconteça (PLACCO; ALMEIDA; SOUZA, 2015, p.16).

4.2.4 A Coordenação Pedagógica e a Gestão Curricular

Nesse tópico, será discutido o papel assumido pelo coordenador pedagógico (CP) frente à gestão curricular, na unidade escolar, tomando por

¹³ Site da Etec de Ilha Solteira: <http://www.etecilhasolteira.com.br/arquivos/plano-plurianual-gestao.pdf>.

base os documentos oficiais do CPS, que substanciam o trabalho das Etecs, e a própria experiência do pesquisador, enquanto CP da Etec de Ilha Solteira.

O CP é o profissional que deve agir como mediador entre o currículo e os professores, atuar como agente de conexão entre os envolvidos no processo educativo, no projeto de escola e nos conteúdos escolares. Nesse sentido, Placco, Almeida e Souza (2015) relatam haver aspectos pessoais que se entrelaçam no desempenho das atribuições da função de coordenador pedagógico:

No contexto das atribuições dos CPs, estes apontam um conjunto de dimensões pessoais necessárias a esse profissional: compromisso ético; compromisso com a formação de professores; ter sido professor; ter “didática”; gostar do que faz; conhecer a legislação; conhecer a literatura pedagógica sobre educação, coordenação e gestão escolar; conhecer estratégias de gestão de grupo; desenvolver liderança junto aos participantes da escola; manter bom relacionamento com os professores; valorizar o trabalho em grupo; acreditar no aluno, em suas competências e capacidades; ser capaz de planejar e avaliar o trabalho (PLACCO, ALMEIDA E SOUZA, 2015, p.15).

Nessa perspectiva, observa-se que, para atuar como CP, o profissional deve compreender o conjunto de perfis e habilidades pessoais e profissionais, colocados como fundamentais para o exercício da função. Como ressalva, releva-se que o CP lida com pessoas a todo instante; logo, é necessário que estabeleça boas relações com a comunidade escolar.

Nesse aspecto, Novaes (2020, p. 86) comenta que, “no exercício da profissão, o coordenador precisa desenvolver algumas características que lhes são essenciais. Uma dessas características refere-se à capacidade de olhar. Olhar na perspectiva de ver além do aparente, ver a essência”. A esse respeito, Giovani e Tamassia (2015, p. 151) tratam da importância da

objetividade no estabelecimento das relações e na análise das ações educativas:

É preciso educar o olhar para sair de si e ver o outro sem julgamento e, principalmente, com objetividade, buscando entender o que está por trás de cada ação e o que poderia ser melhorado. Assim, podemos dizer que observar não é vigiar, mas estar atento àquilo que precisa ser desvelado ou, ainda, àquilo que pode e deve ser valorizado (GIOVANI; TAMASSIA, 2015, p. 151).

Sendo assim esse entendimento pressupõe que a atuação do coordenador pedagógico deve estar pautada em uma ação interativa, estabelecida sob um clima de respeito mútuo entre os envolvidos no processo escolar, como descrito no quadro 25, no que concerne aos olhares necessários ao CP, discutido por Novaes (2020, p. 86):

Quadro 25 – Olhares necessários ao coordenador

Olhares necessários	Onde esse olhar se revela
Professor como aprendiz	[...]olhar o professor como aprendiz ... alguém que está em processo de formação contínua para você entender e se ele não está fazendo naquele momento é o seu papel como coordenador ensinar, mostrar pra ele o caminho e mostrar também que não existe só um caminho também. (Cecília)
Valorizar o que o professor faz mediante a escuta	[...]valorizar o bom que o profissional faz, porque de repente ele tem uma situação boa que ele faz, vamos enaltecer isso porque isso vai elevar o trabalho dele...então você tem que ter o mesmo perfil que é de escuta, senão diante disso como você valoriza essa experiência. (Cora)
Empatia, alteridade	O outro olhar, é olhar de empatia, colocar-se sempre no lugar do outro seja em que segmento da escola for, tanto no aluno quanto no professor, saber entender qual é o momento que aquele profissional, aquele aluno está passando, para não estar rendendo ou para estar trabalhando de forma que não é o que seria necessário naquele momento.(Cecília) Olhar para as pessoas, o lado humano. Se pôr no lugar delas... e depois se atualizar também. (Malba)
Participação	Eu acho que tem que ter os momentos que a gente trabalha com o grupo que traz ali e troca, mas ter esse olhar no individual, né, acho que olhar no individual é necessário, né, porque a gente vai estabelecendo essa parceria...Do coletivo você traz da troca, então o que tá legal, o trabalho de cada um ...acho que é o respeito do trabalho “tá” junto sempre...(Cora)

	Eu acho que tem que ter um olhar participativo, de tá junto, de olhar o outro também, né? De ouvi-las, também (...) de estar próximo, né? De estar ali todos os dias de sentir, de participar, de orientar, de ver qual necessidade está ali naquele momento. (Marina)
Observar a dinâmica escolar	<p>A primeira coisa que a gente faz é observar, eu acho que esse olhar assim... observar sem falar. Observar a dinâmica entre os professores, o que eles falam, como eles se tratam, como eles tratam os alunos; então eu acho que é pelas relações que eles estabelecem, até pessoais, né? Você vai conseguindo mapear algumas coisas e aí depois você consegue ir pra sala de aula fazer uma observação mais criteriosa de como esse professor trabalha com as crianças. Então assim, eu falo que o coordenador olha muito antes de falar, a gente olha bastante pra depois apontar algumas coisas. (Conceição)</p> <p>Eu venho fazendo esse diagnóstico muito no dia a dia eu venho diagnosticando muito dentro dos HTPCs no PPMs, nas conversas que a gente consegue ter em roda só com a Educação Infantil. (Clarice)</p>

Fonte: Novaes (2020, p. 86)

Nessa ideia, evidencia-se a necessidade de que esses olhares estejam presentes em todas as funções desempenhadas pelos profissionais.

No caso das Etecs, cada uma das unidades conta com uma equipe de gestão, responsável pelos serviços administrativos e educacionais, composta pelas seguintes funções: direção; coordenação pedagógica; serviços administrativos; serviços acadêmicos; e relações institucionais (SÃO PAULO, 2013). Os responsáveis pelas respectivas funções têm as atribuições e competências definidas pelo Conselho Deliberativo do CPS, constantes no Regimento Comum das Etecs¹⁴.

¹⁴ A *Direção* da Etec é o núcleo executivo encarregado de administrar as atividades da escola e será exercida pelo Diretor de Escola Técnica; a *Coordenação Pedagógica* é responsável pelo suporte didático-pedagógico do processo de ensino e aprendizagem; os *Serviços Administrativos* compreendem a execução das atividades de administração de pessoal, recursos físicos, financeiros e materiais, compras, almoxarifado, limpeza, patrimônio, segurança, zeladoria, manutenção das instalações, equipamentos e outras, pertinentes ao âmbito da Etec; os *Serviços Acadêmicos* compreendem a escrituração, documentação escolar, expedição e registro de documentos escolares, fornecimento de informações e dados para planejamento, controle de processos e avaliações dos resultados do processo de ensino e aprendizagem. Aos *Serviços de Relações Institucionais* compete assistir ao diretor, além das atribuições previstas em regulamentos próprios do CPS, principalmente, planejar, organizar e controlar os programas de Estágio. Disponível em: <http://www.etecilhasolteira.com.br/arquivos/Regimento-Comum-ETECs.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2020.

Nesse contexto, considerando que esse estudo toma como espaço de pesquisa a atuação do coordenador pedagógico, entende-se como necessário a apresentação das atribuições específicas desse profissional, de acordo o que está posto no Regimento Comum das Etecs.

O referido Regimento delibera à coordenação pedagógica toda a responsabilidade pelo suporte didático-pedagógico do processo de ensino e aprendizagem, com relação ao planejamento e coordenação das atividades educacionais e pedagógicas; coordenação da construção do PPP, juntamente com a direção; promoção da formação contínua dos educadores; orientação e acompanhamento dos alunos, em grupo ou individualmente; e a implementação da execução e avaliação do desenvolvimento do PPP (SÃO PAULO, 2013).

Assim, considerando o suporte didático-pedagógico do processo de ensino e aprendizagem, fazem parte das responsabilidades da coordenação pedagógica a coordenação de cursos e os conselhos de classe, além da orientação educacional.

Nesse cenário, diante das várias atribuições do CP, Pessoa e Roldão (2015) colocam o planejamento como necessidade premente para a boa organização do trabalho do coordenador:

O coordenador pedagógico é alguém que observa, discute, propõe, busca formas, seleciona, decide e viabiliza a formação num processo reflexivo cíclico e contínuo. E isso tudo não pode ser feito de forma espontânea e improvisada. Toda a sua ação formativa deve estar assente naquilo que observa e vivencia, mas também naquilo que já foi produzido em termos de conhecimento na área em questão [...]. É preciso que o coordenador pedagógico organize e planeje seu trabalho estrategicamente; é preciso que haja transversalidade na condução de seu trabalho de modo a provocar análises e reflexões que tenham como base a ação do professor (a experiência), o conhecimento produzido acerca do assunto em pauta (teoria) e a construção coletiva de propostas de melhoria ou superação (teoria e prática implicadas) (PESSÔA E ROLDÃO, 2015, p. 109).

Nesse sentido, além das atribuições do CP da Etec, constantes do regimento comum, há ainda uma deliberação complementar do CPS¹⁵, que estabelece outras, elencadas conforme segue:

- I. gerenciar e coordenar as atividades relacionadas com o processo de ensino-aprendizagem, em conjunto com os coordenadores de curso;
- II. coordenar em conjunto com o Diretor de Escola Técnica a (re)construção, implementação, execução, acompanhamento e avaliação do Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar;
- III. manifestar-se sobre projetos propostos pelos Docentes e Auxiliares de Docentes, avaliando sua relevância junto ao Projeto Político-Pedagógico, acompanhando-os por meio de registros;
- IV. implantar mecanismos que favoreçam a preparação docente quanto ao desenvolvimento das práticas pedagógicas e interpretação dos resultados de aprendizagem dos alunos, por meio de ações que viabilizem a formação e qualificação continuada dos educadores;
- V. participar de bancas de processo seletivo e concurso público com o intuito de avaliar os candidatos quanto ao procedimento pedagógico;
- VI. orientar e acompanhar os docentes na definição de instrumentos diversificados de avaliação, visando à melhoria do processo ensino-aprendizagem;
- VII. acompanhar os pedidos de reconsideração e recursos referentes aos resultados de avaliação discente, de acordo com as Deliberações expedidas pelo Conselho Estadual de Educação;
- VIII. analisar os indicadores de desempenho de gestão pedagógica (SÃO PAULO, 2015, Art. 1º).

Destarte, para além das atribuições do regimento e da Deliberação CEETEPS 20, há ainda os requisitos necessários ao professor que tem

¹⁵ Deliberação CEETEPS 20, de 16/07/2015, que dispõe sobre as atribuições do Professor Coordenador de Projetos, responsável pela Coordenação Pedagógica nas Escolas Técnicas Estaduais do Centro Paula Souza (Disponível em: <https://oe.cps.sp.gov.br/Biblioteca/Etec/Pedag%C3%B3gico/A%2018/Delibera%C3%A7%C3%A3o%20CEETEPS%2020-2015%20-%20Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20Coordena%C3%A7%C3%A3o%20Pedag%C3%B3gica%20nas%20ETECs.pdf>. Acesso em 10 dez 2019).

interesse em pleitear a função de coordenador pedagógico nas Etecs, também estabelecidos por esse regulamento:

- I. Ser docente contratado por prazo indeterminado;
- II. Estar em exercício no CPS por no mínimo três (03) anos;
- III. Ter experiência de pelo menos dois (02) anos em atividades de suporte pedagógico, comprovadas documentalmente;
- IV. Ser portador de licenciatura;
- V. Estar qualificado em processo específico (SÃO PAULO, 2015, Art. 2º).

Dito isso, importa trazer algumas informações adicionais, relacionadas ao que está posto pelo artigo 2º, supracitado.

O prazo indeterminado a que se refere o inciso I trata do professor aprovado em concurso público, contratado pela CLT, enquanto o contrário, o prazo determinado, seria para o professor aprovado em processo seletivo, ou contrato emergencial, contratado por um período que varia de seis meses a dois anos.

Com relação ao termo suporte pedagógico, constante do inciso III, faz-se saber que diz respeito ao exercício do professor em funções como coordenação de curso, coordenação de projetos, responsável pelo apoio e orientação educacional, ou coordenação de projetos, responsável por classes descentralizadas.

Por fim, estar qualificado em processo específico, do inciso V, alude à aprovação em prova escrita e eliminatória para a coordenação pedagógica das Etecs, realizada normalmente a cada dois anos pelo CPS, com abordagem de assuntos relacionados à legislação do CPS e gestão pedagógica.

Portanto, diante das atribuições mencionadas, reforça-se a importância do papel do coordenador pedagógico no processo educacional, como articulador das aprendizagens e formador de educadores, com vistas a assegurar a qualidade do processo de ensinar e aprender das escolas:

O CP exerce/pode exercer, nessa escola, a função articuladora dos processos educativos, além de ser chamado a realizar também uma função formadora dos professores, frequentemente despreparados para o trabalho coletivo e o próprio trabalho pedagógico com os alunos. É chamado ainda para uma função transformadora, articuladora de mediações pedagógicas e interacionais, que possibilitem um melhor ensino, melhor aprendizagem dos alunos e, portanto, melhor qualidade da educação (PLACCO; ALMEIDA; SOUZA, 2015, p. 9).

Desse modo, para a compreensão contextualizada do desempenho da função de coordenador pedagógico, será apresentado, na sequência desse texto, o trabalho desenvolvido pelo CP da Etec de Ilha Solteira.

No caso da Etec de Ilha Solteira, a direção da unidade escolar atua de maneira muito próxima da coordenação pedagógica, visando minimizar com a maior brevidade possível as eventualidades encontradas no processo educacional.

Nesse pressuposto, a escola planeja a formação continuada dos docentes, a cada início do semestre letivo, por meio de cinco reuniões de planejamento (RPL) e quatro reuniões pedagógicas (RP), realizadas ao longo do ano, conforme o calendário escolar¹⁶.

Em linhas gerais, os assuntos abordados nessas reuniões estão pautados principalmente em proporcionar espaços de reflexão sobre a atuação docente, como a utilização de práticas pedagógicas diversificadas, instrumentos de avaliação diferenciados, processo de recuperação contínua e projetos interdisciplinares, já como parte do desempenho da atribuição de formar os professores.

¹⁶ O calendário escolar se encontra publicado no site institucional da escola. Disponível em: <http://www.etcilhasolteira.com.br/calendario/sede/>. Acesso em: 03 mar. 2020.

No ano de 2020, a proposta apresentada desde o início do ano foi a de trabalhar com metodologias ativas: aprendizagem baseada em projetos, para a construção das competências socioemocionais nos alunos. Para tanto, a equipe gestora também convida profissionais de outras instituições, para ministrarem palestras nas reuniões de planejamento e/ou pedagógicas, como parte dos processos formativos realizados pela instituição.

Nessas reuniões de planejamento, também são analisados os resultados de desempenho dos alunos, após o conselho de classe intermediário (CCI), por meio da realização de oficinas pedagógicas, para discutir as estratégias de recuperação para os estudantes com dificuldades de aprendizagem.

Nesse aspecto, interessa lembrar que a unidade escolar avalia os alunos por meio do desenvolvimento de competências; por isso, as sínteses da avaliação do rendimento, parciais e finais, elaboradas pelos professores, são expressas em menções correspondentes a conceitos, e podem ser utilizadas para verificar a aprendizagem, bem como para propor ações de retomada, recuperação e até mesmo aprofundamento dos conceitos.

Na figura 24, apresentam-se os conceitos e suas definições operacionais, a partir das quais se avalia o nível de aprendizagem dos estudantes:

Figura 24 – Sínteses de Avaliação do Rendimento Escolar

Menção	Conceito	Definição Operacional
MB	Excelente	O aluno obteve excelente desempenho no desenvolvimento das competências do componente curricular no período.
B	Bom	O aluno obteve bom desempenho no desenvolvimento das competências do componente curricular no período.
R	Regular	O aluno obteve regular desempenho no desenvolvimento das competências do componente curricular no período.
I	Insatisfatório	O aluno obteve desempenho insatisfatório no desenvolvimento das competências do componente curricular no período.

Fonte: Centro Paula Souza (2013, p. 14)

Assim sendo, como articulador das aprendizagens, o CP apoia os docentes na análise dos resultados, com vistas à tomada de decisões assertivas em relação à melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

No que tange à atribuição de formar os educadores, o CP é elemento fundamental, já que seu papel envolve a corresponsabilidade para com todas as ações educativas da unidade escolar e, por conseguinte, o compromisso de desenvolver processos formativos permanentes junto à equipe, ideia corroborada por Gouveia e Placco (2015):

O coordenador pedagógico tem um papel fundamental na perspectiva colaborativa de formação, pois ele é considerado peça-chave para o desenvolvimento da formação permanente no âmbito das escolas. Ou seja, é o coordenador que está na escola, ao lado do professor, e pode concretizar uma boa parceria de formação. É o CP que tem as condições para propor bons momentos de formação nos horários de trabalho coletivo previstos na escola para organizar grupos de estudos, planejar as ações didáticas junto com os professores, fazer as orientações por séries, exercer, de fato, o papel de um articulador de aprendizagens. Ao assumir esse papel, o CP se corresponsabiliza, junto com o professor, pela qualidade da aprendizagem dos alunos (PLACCO, 2015, p. 9).

Ainda no âmbito da formação continuada, o CP da Etec ministra uma capacitação sobre a elaboração do Plano de Trabalho Docente (PTD), no início de cada semestre letivo, que aborda a importância de os professores contemplarem a utilização de metodologias ativas, instrumentos diversificados de avaliação e projetos interdisciplinares, no PTD de seu componente curricular, com o objetivo de tornar o ambiente de aprendizagem mais dinâmico e atraente e, principalmente, de envolver o aluno no processo educacional.

O documento do PTD é uma ferramenta norteadora da atuação docente, em sala de aula, em atendimento ao Regimento Comum das Etecs que, em seu artigo 93, parágrafo VI, estabelece como sendo dever dos

professores: “elaborar e cumprir o plano de trabalho docente, segundo o projeto político pedagógico da Etec, o Plano de Curso e as orientações do CEETEPS” (SÃO PAULO, 2013, Art. 93, VI).

Nesse contexto, os professores elaboram o seu PTD, baseando-se nos planos de curso, por meio do sistema acadêmico (NSA)¹⁷, que serão corrigidos e validados pelos coordenadores de curso e, na sequência, ratificados pelo CP e pela direção da unidade. Já o PTD dos componentes curriculares dos professores coordenadores de curso que atuam conjuntamente na coordenação são corrigidos pelo coordenador pedagógico da instituição. Esses planos todos ficam disponíveis no sistema NSA, para acompanhamento e consulta de professores e alunos das classes.

Cabe considerar que a unidade escolar realiza quinzenalmente reuniões de direção e coordenação pedagógica com os coordenadores de curso, conforme previsto no calendário escolar, para o planejamento, acompanhamento e gerenciamento dos processos de ensino e aprendizagem, bem como para a discussão de assuntos pertinentes ao processo educacional e/ou para orientação aos coordenadores.

A partir do ano de 2020, o CP tem proporcionado nessas reuniões um espaço pedagógico para capacitar os coordenadores, abordando temas relacionados à atuação docente e/ou atuação na coordenação de curso.

Como desdobramento, o CP organiza e entrega para cada coordenador de curso, no início de cada semestre, uma pasta com modelos de documentos padronizados, elaborados e/ou reformulados, em conjunto com a direção escolar (desenvolvidos especificamente para a Etec de Ilha Solteira), para serem utilizados durante o ano letivo, com o intuito de organizar e facilitar a atuação da coordenação de curso.

¹⁷ Sistema desenvolvido para facilitar o trabalho acadêmico das Etecs do Centro Paula Souza (Disponível em <http://www.etesaopaulo.com.br/interna.aspx?cod=4&cod2=129&sub=1>. Acesso em 12 ago. 2019).

Tais documentos estão postos pela planilha de atendimento ao docente; planilha de atendimento ao discente; ficha de observação de aula; planilha de controle da frequência escolar; modelo de cabeçalho para atividade avaliativa; modelo de projeto interdisciplinar; modelo de pauta de reunião de curso, dentre outros.

Além disso, os coordenadores de curso também são capacitados pelo CP, semestralmente, para o uso diário dos respectivos documentos, com vistas à organização da documentação pedagógica, de modo a contribuir com o sucesso do processo educacional, bem como com o desenvolvimento de evidências para o observatório escolar¹⁸.

Essa iniciativa da Etec de Ilha Solteira para com a questão da documentação é coadunada por Terzi e Fujikawa (2015, p. 145), que afirmam que “atribuir valor e ressignificar continuamente os documentos produzidos na escola, colocando-os a serviço da reflexão, da organização e da sistematização do trabalho pedagógico constitui um papel importante do coordenador pedagógico-educacional”.

Nesse sentido, como mecanismo de acompanhamento das atividades desenvolvidas em cada curso, destacam-se as reuniões de curso (RC) entre o coordenador de curso e os professores, normalmente com a participação do diretor e/ou do CP, realizadas durante o ano letivo (no mínimo duas reuniões semestrais), propostas de acordo com o calendário escolar, cujo objetivo é analisar os resultados de desempenho das turmas, a frequência escolar dos alunos e discutir a atuação docente.

¹⁸ O Observatório Escolar é um instrumento de avaliação das Escolas Técnicas Estaduais (Etecs), implantado pela Coordenadoria de Ensino Técnico (Cetec) do Centro Paula Souza. Esse processo avaliativo é realizado anualmente e tem o propósito de verificar as diferentes práticas de cada unidade de ensino, embasadas em uma metodologia de finalidade construtiva e formativa, permitindo à comunidade escolar a identificação de eventuais fatores críticos, sinalizadores de oportunidades de melhoria, com vistas à promoção de uma gestão participativa, que deve refletir na efetividade do processo de ensino e aprendizagem. Disponível em: <<https://www.cps.sp.gov.br/observatorio-escolar/>>. Acesso em: 03 mar. 2020.

Essas RC são espaços importantes, por meio dos quais a direção e o CP socializam as dificuldades de aprendizagem dos alunos; apresentam gráficos com os componentes curriculares com maior quantidade de menções insatisfatórias, após a realização do CCI. Para além, são também espaços utilizados para a orientação e/ou formação do corpo docente, e envolvem outros assuntos pertinentes ao curso, com o objetivo de avaliar periodicamente o processo educacional e manter o aluno motivado com relação ao curso.

Para esses encontros entre os coordenadores de cursos e seus professores, o CP normalmente auxilia na elaboração das pautas, com sugestões de assuntos que necessitam de discussão, e as encaminha aos coordenadores de curso para aproveitamento. Ao final de cada reunião, o CP recebe uma cópia assinada da pauta encaminhada, para ser colada em ata específica, organizada nos arquivos da coordenação pedagógica.

Considerando a dimensão da aprendizagem, a unidade escolar incentiva os coordenadores de curso e os professores a desenvolverem projetos interdisciplinares, com vistas a proporcionar um ambiente escolar mais atraente aos alunos. Com isso, espera atender as especificidades de cada curso, incentivar as turmas com relação aos estudos e assegurar a permanência do estudante na escola.

Na verdade, esses projetos se constituem em propostas de atividades diferenciadas e inovadoras, relacionadas sobretudo ao envolvimento e participação prática dos estudantes, e contam com palestras com profissionais da área e alunos egressos, visitas e semanas técnicas, dentre outras.

Muitos desses projetos são inseridos anualmente no PPG da escola e gerenciados pelo CP, por meio de planilha específica de gerenciamento, elaborada pela própria coordenação. Ao final de cada semestre letivo, nas reuniões de planejamento e/ou pedagógicas, os projetos elaborados e desenvolvidos pelos cursos são socializados com a comunidade escolar.

Nessa perspectiva, salienta-se que o CP também capacita os coordenadores de curso, durante o ano letivo, para assistir e acompanhar as aulas dos seus professores, com registro em ficha individual de observação de aula, elaborada pela própria coordenação, contando com espaço específico para o *feedback* aos referidos docentes (devolutiva da observação).

A iniciativa de observação das aulas faz parte do processo de formação continuada dos professores e objetiva avaliar a metodologia de ensino e os instrumentos de avaliação utilizados pelos professores durante as aulas, com o intuito de orientar individualmente o docente, para buscar a melhoria do processo educacional, tornar as aulas mais dinâmicas e envolver os alunos nas atividades escolares, concepção defendida por Giovani e Tamassia (2015):

A observação de aulas, principalmente, ainda é pouco praticada devido às dificuldades de compartilhar o espaço da sala de aula com o professor, que por vezes se sente “invadido” em seu fazer pedagógico. Dentro da rotina de coordenação, é importante organizar uma agenda de acompanhamento do professor em sala de aula de modo a estar presente como observadora dessa prática, podendo contribuir, por meio de *feedbacks*, para sua qualificação. Essas observações favorecem não só o acompanhamento e uma orientação mais próxima para os profissionais que apresentam dificuldades na organização do trabalho pedagógico com os alunos, mas também a possibilidade de encontrar boas práticas que podem e devem ser compartilhadas com outros professores da escola (GIOVANI; TAMASSIA, 2015, p. 148).

Outro aspecto importante a ser ressaltado é o controle da frequência escolar, cujo índice é monitorado quinzenalmente, por curso/turma, por meio de listas geradas pelo NSA. Essa proposta de acompanhamento foi idealizada pelo coordenador pedagógico que, enquanto orientador educacional, no ano de 2017, entendeu como importante a elaboração de um instrumento que pudesse contribuir com a diminuição da evasão escolar.

Depois disso, a referida planilha foi mantida, mesmo no período em que a escola ficou sem o profissional da orientação educacional, responsável pela execução dessa atividade, por se mostrar produtora. Agora, nesse ano de 2020, com o ingresso de um novo professor para essa função, ela já se estabelece como parte da rotina de trabalho.

Nessa questão da frequência, destaca-se que, ao gerar os índices, a direção, coordenação pedagógica e/ou orientação educacional deve assinar as listas e socializar com os alunos, para que tomem ciência, a ser comprovada por sua assinatura nas referidas listas, como forma de constatarem o acompanhamento realizado por parte da equipe gestora.

A esse respeito, salienta-se que o regimento das Etecs estabelece que “será exigida a frequência mínima de 75% do total de horas do efetivo trabalho escolar, considerando o conjunto dos componentes curriculares” (SÃO PAULO, 2013, p. 14). Nesse sentido, esse monitoramento facilita a rápida identificação do aluno abaixo da frequência mínima exigida, para que a coordenação de curso possa fazer contato imediato com o estudante, pessoalmente ou por telefone, com o intuito de averiguar o motivo das faltas, que pode estar relacionado a problemas pessoais e/ou ao contexto escolar.

Nos casos em que os motivos das ausências estejam relacionados a dificuldades de aprendizagem, ou aos métodos de ensino e/ou avaliativos dos professores, a coordenação de curso consegue atuar de forma imediata e manter um diálogo permanente com o aluno, de modo a que ele volte para as aulas e permaneça estudando.

Com relação ao acompanhamento do rendimento escolar dos estudantes, há a atuação do conselho de classe (CC), um importante órgão colegiado da unidade escolar, cuja finalidade é analisar o desempenho dos alunos da classe, individual ou coletivamente; propor medidas de natureza

didático-pedagógica e disciplinar; decidir sobre a retenção ou aprovação de alunos da classe; e opinar sobre transferências compulsórias de alunos.

Esse colegiado se reúne em datas previstas no calendário escolar e se constitui pelo diretor de escola, coordenador pedagógico, diretor de serviços acadêmicos, coordenadores de curso, professores da classe e representantes discentes. A presidência do CC é sempre do diretor de escola, podendo ser delegada a outro membro do referido colegiado (SÃO PAULO, 2013).

No caso das Etecs, o CC é dividido em conselho de classe intermediário (CCI) e conselho de classe final (CCF); no entanto, entende-se que o CCI tem condições de analisar o desempenho dos alunos da classe e propor medidas de natureza didático-pedagógica e disciplinar, por ser realizado durante o semestre, entre um bimestre e outro. Já o CCF é realizado ao final de cada semestre letivo, com o objetivo de decidir sobre a retenção ou aprovação dos alunos das classes.

De forma geral, após o CCI, os coordenadores de curso e o orientador educacional acompanham os estudantes com rendimento insatisfatório, por meio da ficha individual de acompanhamento do desempenho escolar (Deliberação CCE 155/2017)¹⁹, disposta no NSA. Essas fichas trazem as dificuldades de aprendizagem apontadas pelos professores e as recomendações de recuperação propostas, com vistas à melhoria do rendimento escolar.

A respeito dos processos de recuperação, o Regimento Comum das Etecs, estabelece, em seu artigo 93, inciso VIII, que o corpo docente deve

¹⁹ Deliberação CEE 155/2017 - Dispõe sobre pedidos de reconsideração e recursos referentes aos resultados finais de avaliação de estudantes da educação básicas, no Sistema Estadual de Ensino de São Paulo e estabelece que, após cada avaliação periódica, as dificuldades observadas de aprendizagem, bem como as recomendações aos próprios alunos, aos pais e outras providências a serem tomadas pela escola para recuperação deverão ser informadas ao aluno e/ou seu responsável, se menor (Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/lise/sislegis/detresol.asp?strAto=20170711s/n>>. Acesso em: 03 mar. 2020.

“estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento e dar ciência dela aos mesmos” (SÃO PAULO, 2013, p. 17).

Assim, os alunos com necessidade de acompanhamento são atendidos pelos coordenadores de curso e orientador educacional e, se menor, os pais e/ou responsáveis são convidados a comparecer à escola, para assinarem a ficha individual de seu filho e, dessa forma, tomarem ciência do resultado do CCI.

No que tange a esse acompanhamento, releva-se que, durante o ano letivo, o CP orienta os coordenadores de curso e o orientador educacional a realizarem o monitoramento dos resultados dos alunos e, ao final de cada semestre, analisa e assina as fichas preenchidas, com os registros realizados. Esse trabalho é considerado fundamental pelo CP, por equacionar as dificuldades dos estudantes durante o processo de aprendizagem e, desse modo, poder contribuir com a melhora do seu desempenho e, sobretudo, com sua permanência nos cursos.

De forma complementar, no caso do aluno com rendimento insatisfatório em até três componentes curriculares, exceto na série ou módulo final, o CCF poderá proceder à classificação do estudante na série/módulo subsequente, em regime de progressão parcial (PP), desde que preservada a sequência do currículo. Para tanto, o discente deverá se submeter, na série/módulo seguinte, ao programa especial de estudos (SÃO PAULO, 2013).

Diante da condição de aprovação em regime de PP, o aluno é acompanhado pela orientação educacional e coordenação de curso, por meio da ficha de programa especial de estudos, preenchida pelos professores. O objetivo maior desse preenchimento é dar ciência ao estudante das competências não adquiridas nos respectivos componentes curriculares e, assim, poder orientá-lo para o desenvolvimento das atividades propostas e o cumprimento dos prazos estabelecidos, conforme calendário escolar.

Como gerenciamento dessa situação, o CP elaborou uma planilha específica, para ser utilizada pela equipe escolar.

Diante de todo o acompanhamento desempenhado pelo CP no exercício da sua função, há que se falar da estratégia para o acompanhamento e avaliação do processo de ensino e de aprendizagem, que envolve a reunião bimestral entre a equipe gestora (direção, coordenação pedagógica e orientação educacional) e os alunos representantes de turmas, da sede e das classes descentralizadas, nos três períodos, manhã, tarde e noite, para o acompanhamento *pari passu* do *status* da escola e a discussão de assuntos relacionados à unidade escolar.

Nessas reuniões, os representantes das turmas têm a oportunidade de compartilhar seus anseios e dificuldades e, também, de fazerem críticas e/ou elogios à escola. Nos casos em os assuntos propostos envolvem os professores, o CP acolhe os apontamentos dos estudantes, faz as orientações, e, posteriormente, socializa com a coordenação de curso, pedindo análise e solução, se necessário. Esse espaço se caracteriza como de grande valor para a aproximação entre os alunos e a equipe gestora e, principalmente, para que eles se sintam acolhidos e com voz, no contexto da unidade escolar.

Na prática, o que se verifica é que a atuação da gestão pedagógica junto a todos os envolvidos no processo educativo, no projeto de escola e nos conteúdos escolares é fundamental, especialmente para proporcionar aos professores o conhecimento de técnicas, estratégias e recursos de ensino.

Por esse motivo, a coordenação pedagógica e a direção escolar se reúnem periodicamente com os coordenadores de curso, em encontros individualizados, para acompanhar o trabalho e propor intervenções junto aos professores, com foco na melhoria contínua do processo de ensino e

aprendizagem e, sobretudo, para apoiar a permanência dos alunos nos cursos.

Em consonância com essa iniciativa, salienta-se que o CP é o profissional que deve agir como mediador entre o currículo e os professores, articular seus saberes e anseios, potencializar projetos e promover a formação do corpo docente. Para tanto, é fundamental que adote o planejamento, a organização e a sistematização da gestão pedagógica em sua rotina de trabalho, como atesta Pires e Tacca (2015)

Assim sendo, mostra-se a importância de o CP atuar como um articulador entre o currículo proposto, os professores, o compromisso de instrumentá-los na elaboração das suas próprias ideias, possibilitando a reflexão, o questionamento, a crítica e a elaboração de alternativas em torno do projeto pedagógico da escola. Portanto, o CP torna-se, também, colaborador na formação do corpo docente (PIRES; TACCA, 2015, p. 129).

Dessa maneira, a atuação do CP, em observância às atribuições previstas no regimento comum e na deliberação complementar do CPS, bem como no PPG da unidade escolar, deve assegurar o desenvolvimento de importantes atividades, previstas nos projetos solicitados anualmente pelo CPS, como o *Projeto de Coordenação Pedagógica (PCP)*²⁰ e o *Projeto Ações de Combate à Evasão*²¹.

O *Projeto Ações de Combate à Evasão* tem como objetivo identificar as ações desenvolvidas pela equipe escolar, para acolher em especial os alunos ingressantes nos cursos técnicos (1º módulo), na unidade escolar. Em linhas gerais, a ideia do projeto considera que o foco da gestão pedagógica deve estar pautado no desenvolvimento de estratégias para

²⁰ Memorando Circular nº 037/19 – GSE/Geped, de 19/11/2019, que aborda os subsídios para a elaboração dos Projetos de Coordenação Pedagógica e de Orientação e Apoio Educacional para o ano de 2020.

²¹ Memorando nº 047/2020 – Cetec, de 11/02/2020, que aborda o acompanhamento das turmas/cursos de 1º módulo, visando combater a evasão escolar.

envolver o estudante no processo de aprendizagem e, assim, garantir a sua permanência na escola.

O *Projeto de Coordenação Pedagógica*, por seu turno, é elaborado com base nos subsídios²² do CPS do ano de 2019, que priorizou os cursos modulares²³ (semestrais) de maior perda, ao final de cada semestre, bem como os anuais, ao final do ano letivo, principalmente os de perdas iguais ou superiores a 15%, cujo curso/módulo/série deveriam ser ofertados no ano subsequente.

Como exemplo, se uma escola ofertou a habilitação profissional de técnico em administração e a habilitação profissional de técnico em logística integrado ao ensino médio, no 1º semestre de 2018, e as ofertou também em 2019, a perda de todos os módulos/séries desses cursos deveria ser verificada. No caso da habilitação modular, a entrada em cada módulo no início do 1º semestre de 2018 deveria ser comparada à entrada da mesma turma no módulo seguinte, no início do 2º semestre de 2018.

Nesse aspecto, torna-se interessante lembrar que, quanto aos primeiros módulos, ou séries, a unidade escolar deve considerar o número de vagas ofertadas pelo vestibulinho²⁴.

²² Dados extraídos do Memorando nº 051/18 – CETEC, de 30/11/2018, que aborda os subsídios para a elaboração dos Projetos de Coordenação Pedagógica e de Orientação e Apoio Educacional para o ano de 2019. Esse documento apresenta orientações para a fundamentação da proposta de trabalho dos respectivos coordenadores das Escolas Técnicas Estaduais, que devem elaborar anualmente o Projeto de Coordenação Pedagógica (PCP), necessariamente, baseado nos indicadores da Unidade Escolar (como Banco de Dados, Observatório Escolar, Resultados da Análise das Atas de Conselho de Classe Intermediário ou Final, Saresp, dentre outros) (Disponível em: <http://www.portal.cps.sp.gov.br/cetec/>. Acesso em: 13 out. 2019).

²³ A organização curricular de cada curso está organizada por eixo tecnológico e estruturada em módulos articulados, cujo número varia de dois a quatro, de acordo com o curso, com terminalidade correspondente às qualificações profissionais técnicas de nível médio, identificadas no mundo do trabalho. Cada módulo corresponde a um semestre letivo.

²⁴ O ingresso no ensino médio destina-se aos candidatos que tenham concluído o ensino fundamental e se compõe de duas partes: base nacional comum e parte diversificada. O ensino técnico destina-se aos candidatos que concluíram o ensino médio ou equivalente, ou ainda aos que estão matriculados a partir da 2ª série do ensino médio (Disponível em: <https://www.vestibulinhoetec.com.br/documentos/>. Acesso em 20 out. 2019).

Para as habilitações anuais, como a integrada, por exemplo, a entrada em cada série no início de 2017 deveria ser comparada à entrada da mesma turma na série seguinte, no início de 2018, e assim sucessivamente.

As tabelas 1 e 2 apresentadas na sequência ilustram o processo de definição dos cursos/módulos/séries:

Tabela 1 – Exemplo de cálculo para comparação de perdas no técnico em administração

1º módulo (1º semestre 2018)	Entrada: 1º módulo 1º semestre/2018 40 matriculados	Entrada: 2º módulo 2º semestre/2018 35 matriculados	Perda – 1º módulo 12,5% Cálculo = $100 - (35 \times 100 / 40)$
2º módulo (1º semestre 2018)	Entrada: 2º módulo 1º semestre/2018 30 matriculados	Entrada: 3º módulo 2º semestre/2018 25 matriculados	Perda – 2º módulo 16,5% Cálculo = $100 - (25 \times 100 / 30)$
3º módulo (1º semestre 2018)	Entrada: 3º módulo 1º semestre/2018 33 matriculados	Saída: 3º módulo 1º semestre/2018 31 matriculados	Perda – 3º módulo 6% Cálculo = $100 - (31 \times 100 / 33)$

Fonte: Memorando nº 051/18–CETEC, de 30/11/2018. Disponível em: <http://www.portal.cps.sp.gov.br/cetec/>.

Acesso em: 13 out. 2019.

Tabela 2 – Exemplo de cálculo para comparação de perdas no ETIM em logística

1ª série 2017	Entrada: 1ª série 2017 40 matriculados	Entrada: 2ª série 2018 32 matriculados	Perda – 1ª série 20% Cálculo = $100 - (32 \times 100 / 40)$
2ª série 2017	Entrada: 2ª série 2017 39 matriculados	Entrada: 3ª série 2018 35 matriculados	Perda – 2ª série 10% Cálculo = $100 - (35 \times 100 / 39)$
3ª série 2017	Entrada: 3ª série 2017 39 matriculados	Saída: 3ª série 2018 39 matriculados	Perda – 3ª série 0% Cálculo = $100 - (39 \times 100 / 39)$

Fonte: Memorando nº 051/18–CETEC, de 30/11/2018. Disponível em: <http://www.portal.cps.sp.gov.br/cetec/>.

Acesso em: 13 out. 2019.

Conforme os dados expostos nas tabelas acima, o coordenador pedagógico deveria trabalhar com foco nos cursos/módulos/séries com perda

superior a 15%; então, destaca-se o 2º módulo do técnico em administração, que apresenta perda de 16,5%, e a 1ª série do Logística Integrado ao Ensino Médio (ETIM em logística), de 20%.

Na prática, esses dados indicam que os cursos em questão deveriam ser contemplados no projeto de coordenação pedagógica, com propostas de ações a serem desenvolvidas junto aos coordenadores de curso e docentes da unidade escolar, com a meta de redução de 50% de perdas nos cursos/módulos/séries, para serem acompanhadas pelo grupo de supervisão educacional regional²⁵.

Assim, para o ano de 2019, o PCP trouxe as ações abaixo relacionadas, também baseadas nos subsídios do CPS, com vistas a garantir de forma articulada e centrada a obtenção da meta proposta (50% de perdas nos cursos/módulos/séries):

- a) Recepcionar, em conjunto com os coordenadores de curso, os alunos, na 1ª semana, esclarecendo os objetivos e proposta curricular de cada habilitação, procedimentos didáticos utilizados para o desenvolvimento de competências e habilidades, sistema de avaliação e critérios de desempenho, metodologia de recuperação da aprendizagem e mercado de trabalho para o profissional técnico formado;
- b) Trabalhar, junto aos docentes, as lacunas/dificuldades de aprendizagem dos alunos;
- c) Orientar quanto à elaboração de avaliações adequadas: para essa atividade, o coordenador pedagógico deve monitorar, analisar e interpretar resultados das avaliações aplicadas, assegurando sua elaboração para verificação do desenvolvimento de competências e habilidades previstas nos planos de curso;
- d) Promover estratégias de recuperação contínua: o coordenador pedagógico deve reestruturar e aprofundar o conhecimento docente quanto a estratégias

²⁵ A Etec de Ilha Solteira está vinculada ao grupo de supervisão pedagógica educacional da região de Bauru/Araçatuba. A Deliberação CEETEPS nº3, de 30/05/2008, estabelece as atividades do Grupo de Supervisão Educacional (GSE), no seu Artigo 38-C, parágrafo VIII – executar a supervisão pedagógica das unidades de ensino médio e técnico, assegurando o atendimento às normas legais emanadas dos órgãos competentes, bem como às diretrizes do CEETEPS.

- de recuperação da aprendizagem, por meio de orientação, acompanhamento e formação, alinhando a prática às normas institucionais, devidamente, expressas nos planos de trabalho docente;
- e) Acompanhar as atividades desenvolvidas em parcerias com empresas: deve estruturar o fazer pedagógico, em conjunto com os coordenadores de curso, intensificando ações intra e extracurriculares, que conectem escola e empresa, redimensionando os espaços de aprendizagem e propiciando a criação de ambientes de interação profissional;
 - f) Organizar, em conjunto com os demais membros da equipe pedagógica: visitas técnicas, palestras com profissionais especializados, workshops, fóruns, encontros, seminários, e outras ações que contribuam para o fortalecimento dessas relações entre escola e empresa, trazendo novas e significantes concepções de como entender educação profissional;
 - g) Orientar, acompanhar e avaliar resultados de projetos interdisciplinares desenvolvidos nas habilitações técnicas modulares e integradas, que incentivem a participação ativa dos alunos, o trabalho em equipe, a pesquisa e o desenvolvimento de habilidades sociais e profissionais;
 - h) Auxiliar na organização de reuniões de curso entre os docentes e coordenadores, para troca de experiências
 - i) Organizar a formação continuada para os docentes, com foco na definição e utilização de métodos, técnicas, estratégias e recursos de ensino, avaliação por competências, recuperação contínua e reflexão sobre suas práticas e trabalho diário;
 - j) Monitorar e interpretar os resultados de formações continuadas de docentes;
 - k) Mapear, sistematizar, instruir e avaliar o desenvolvimento das progressões parciais e suas contribuições para o desenvolvimento de competências nos alunos;
 - l) Promover, em conjunto com a equipe escolar, o gerenciamento e análise de resultados dos projetos pedagógicos previstos no plano plurianual de gestão (SÃO PAULO, 2018, p. 4-5).

Dito isso, o CP também descreveu no seu PCP os objetivos, justificativas, metodologias e atividades a serem desenvolvidas durante o ano letivo, considerando as perdas iguais ou superiores a 15% nos cursos

modulares e/ou anuais, de modo a conseguir alcançar a meta de redução de 50% nos respectivos cursos/ módulos/séries.

Tais cursos/módulos/séries foram acompanhados sistematicamente pela Coordenação Pedagógica, e ao término de cada conselho de classe (CC)²⁶, durante os dois semestres do ano letivo, a supervisão educacional regional encaminhou planilha de monitoramento, para ser preenchida pelo CP, com os resultados da perda escolar em cada curso. Além disso, as atividades propostas no PCP deveriam ser validadas como ‘realizadas’, ou ‘não realizadas’, diretamente em um sistema on-line do CPS.

Nessa perspectiva, interessa notar que o CPS conta com um grupo de supervisão do trabalho das Etecs, de acompanhamento das ações pedagógicas e de gestão, com vistas à manutenção da qualidade do ensino e dos processos de gestão das unidades escolares.

Esse grupo é denominado Grupo de Supervisão Educacional (GSE), e é um departamento da Unidade do Ensino Médio e Técnico, cuja organização se estrutura por meio de cinco áreas específicas²⁷. Uma dessas áreas é a Gestão Pedagógica (Geped), que é dividida em regiões, a partir das regiões administrativas do Estado. Abaixo se apresenta o mapa de organização das regionais do GSE.

²⁶ De acordo com os Artigos 29 e 30 do Regimento Comum das Etecs do CPS e a Deliberação CEETEPS nº 003, de 18/07/2013, o conselho de classe é o órgão colegiado, constituído pelo diretor da Etec, pelo coordenador pedagógico, pelo diretor de serviços acadêmicos, pelos coordenadores de curso e pelos professores da classe. Tem a finalidade de: I - analisar o desempenho dos alunos da classe, individual ou coletivamente; II - propor medidas de natureza didático-pedagógica e disciplinar; III - decidir sobre a retenção ou aprovação de alunos da classe; e IV - opinar sobre transferências compulsórias de alunos. As escolas realizam durante o ano o conselho de classe intermediário (CCI) e, no final do ano, o conselho de classe final (CCF) (Disponível em: <http://www.portal.cps.sp.gov.br/cetec/geral/legislacao/cps/cps.asp>. Acesso em: 20 out. 2019).

²⁷ O GSE é organizado por meio de cinco áreas específicas, a saber: Gestão de Legislação e Informação (Geslinfo); Gestão de Pessoas (Gepes); Gestão de Vida Escolar (Geve); Gestão de Apoio ao Espaço Escolar (Gaesc) e a Gestão Pedagógica (Geped) (Disponível em: <http://www.portal.cps.sp.gov.br/cetec/>. Acesso em: 20 out. 2019).

Figura 25 – Organização das Regionais do Grupo de Supervisão Educacional (GSE)



Fonte: Centro Paula Souza (2020)

No que se refere à aprovação escolar, os subsídios²⁸ do CPS estabeleceram, para a elaboração do PCP do ano de 2020, que unidade deve melhorar em 5% a taxa média de aprovados nos cursos técnicos do período noturno da Etec Sede, por meio da construção de competências socioemocionais. Para tanto, trazem as ações abaixo relacionadas, a fim de garantir que a meta proposta seja alcançada:

- a) Recepcionar, em conjunto com a equipe pedagógica, os alunos na 1ª semana, esclarecendo os objetivos e proposta curricular de cada habilitação, bem como organizar atividades de integração com ênfase na relação interpessoal, comunicação e na empatia;
- b) Promover, nas reuniões de planejamento, rodas de estudos sobre os Planos de Curso, visando à elaboração de projetos interdisciplinares que incentivem a participação ativa dos alunos, o trabalho em equipe, a pesquisa e o desenvolvimento das competências socioemocionais;

²⁸ Dados extraídos do Memorando Circular nº 037/19 – GSE/Geped, de 19/11/2019, que aborda os subsídios para elaboração dos Projetos de Coordenação Pedagógica e de Orientação e Apoio Educacional para o ano de 2020. Disponível em: <<http://www.portal.cps.sp.gov.br/ctec/>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

- c) Orientar os professores, a partir do diagnóstico docente, quanto à estruturação de um plano de ação junto aos alunos, para sanar as lacunas de aprendizagem;
- d) Promover ações preventivas com foco na Gestão da Permanência dos Alunos nos Cursos, por meio do monitoramento da frequência e diálogo permanente com os alunos;
- e) Promover, em conjunto com o ATA e Equipe Pedagógica, palestras motivacionais voltadas à empregabilidade e as competências socioemocionais, por meio de relatos de experiência de ex-alunos e contato com profissionais especializados que atuam nas empresas relacionadas aos cursos oferecidos;
- f) Organizar capacitações e formações continuadas para os docentes, com foco na definição e utilização de métodos, técnicas, estratégias e recursos de ensino para o desenvolvimento das competências socioemocionais;
- g) Mapear e promover palestras, fóruns ou workshops sobre valorização da vida, empatia, relacionamentos, bem como sobre a interação aluno – professores;
- h) Viabilizar, em conjunto com a Equipe Pedagógica, a promoção de eventos intraescolares, com fins na formação profissional dos alunos, assim como gerar mecanismos para participação em eventos externos relacionados ao curso que frequentam. Exemplo: feiras, campeonatos, gincanas, semanas tecnológicas, fóruns e debates;
- i) Desenvolver oficinas, dinâmicas de integração e oportunidades para intensificar a inter-relação entre aluno/aluno, aluno/docentes e aluno/Direção;
- j) Auxiliar na organização de reuniões de curso entre os docentes e coordenadores para troca de experiências;
- k) Mapear, sistematizar, instruir e avaliar o desenvolvimento das Progressões Parciais e suas contribuições para o desenvolvimento de competências nos alunos;
- l) Outras ações pertinentes à construção do desenvolvimento de competências socioemocionais (SÃO PAULO, 2018, p. 5-6, adaptado).

De forma paralela, o *Projeto Ações de Combate à Evasão* é acompanhado pelo CPS, por meio do encaminhamento de formulários *online*, no início de cada semestre, para serem preenchidos pelo coordenador de

curso, sob a tutela do CP, a respeito das ações desenvolvidas nesse sentido, especialmente com as turmas de 1º módulo. Esse projeto é dividido em três etapas, e os formulários devem ser respondidos de acordo com o cronograma proposto pelo próprio CPS.

No entanto, as turmas de 2º módulo, não ingressantes, também são acompanhadas, por meio de um único formulário, cujo objetivo é levantar as ações desenvolvidas pela escola para o acompanhamento das faltas desses alunos, principalmente nas primeiras semanas de aulas.

Nessa lógica, algumas questões são propostas, em três momentos específicos, com a finalidade de despertar o interesse dos alunos pela escola e pelos cursos, conforme segue explicado:

Etapa 1:

1. *Recepção dos alunos na 1ª semana, com esclarecimento sobre os objetivos de cada curso:* as atividades que a unidade desenvolver devem ser registradas, para garantir uma boa recepção aos ingressantes e, também, os seus principais questionamentos, durante o início das atividades escolares;
2. *Acompanhamento das faltas e contato com os alunos ausentes nas primeiras semanas:* a unidade deve estar atenta aos estudantes faltosos, já no início do semestre, a fim de entrar em contato, para saber o motivo das ausências;
3. *Trabalhar as lacunas de aprendizagem, principalmente nas primeiras semanas do semestre:* os professores da unidade devem realizar, logo nas primeiras semanas de aula, uma avaliação diagnóstica, com o objetivo de identificar as defasagens de conhecimentos em componentes da base nacional comum que, porventura, poderão comprometer o aprendizado em alguma etapa do curso;
4. *Integração entre os alunos e alunos/direção, por meio de reuniões e bate-papos informais:* as atividades de integração realizadas devem ser registradas, inclusive com o número de alunos participantes.

Etapa 2:

1. *Trazer ex-alunos para motivar e incentivar os novos:* a unidade escolar deve se empenhar em convidar ex-alunos para trocar experiências com os ingressantes;
2. *Palestras com profissionais da área:* assim como é importante para os ingressantes conhecerem as experiências vividas pelos ex-alunos da unidade, também

é muito importante e motivador que eles conheçam a realidade vivenciada por profissionais de sua área;

3. *Atenção quanto ao aprendizado do aluno, com promoção de avaliações adequadas e recuperação*: o professor deve registrar as medidas efetivamente tomadas para sanar as lacunas de conhecimentos identificadas.

Etapa 3:

1. *Sensibilização para as oportunidades proporcionadas pelo curso técnico*: a unidade escolar deve informar a realização de atividades com os alunos ingressantes, voltadas especificamente a apresentar-lhes as oportunidades que poderão vir a ter, ao cursarem um curso técnico.
2. *Parcerias com empresas e visitas técnicas*: a unidade deve informar a realização de parcerias com instituições que impactaram os ingressantes de alguma forma, seja por meio de vagas para estágios, visitas-técnicas, ou palestras com profissionais vinculados a essas empresas. As possíveis visitas técnicas realizadas com os ingressantes também devem ser informadas.
3. *Aprendizagem baseada em projetos + visível aquisição de habilidades e competências*: a unidade deve responder sobre o desenvolvimento de algum projeto interdisciplinar com os alunos ingressantes.

Diante disso, torna-se justo ressaltar que a melhoria da qualidade da escola pública não é fruto de uma ação isolada, externa e pontual de formação, mas de um conjunto de ações interligadas, com envolvimento dos sujeitos que compõem o cenário educativo.

Nesse raciocínio, o papel do CP se destaca, por ser o principal articulador das redes de aprendizagem dentro da escola, bem como das relações que se estabelecem no ambiente escolar. Sendo assim, deve desempenhar sua função no dia a dia com planejamento e organização, para que consiga desenvolver sistematicamente os compromissos assumidos e definidos em sua agenda de trabalho. Ademais, é bastante importante a parceria entre o coordenador pedagógico e o diretor, com vistas a angariar maior flexibilidade nas decisões relacionadas ao processo educacional.

Nesse esteio, o trabalho desenvolvido pelo CP requer muita dedicação e comprometimento, além de maleabilidade para compreender a dinâmica do cotidiano escolar e as relações aí estabelecidas. Nesse sentido, a formação continuada dos professores se torna uma ferramenta estratégica para alcançar resultados melhores quanto aos processos escolares e, por conseguinte, quanto à permanência do aluno na escola com qualidade.

Nesse aspecto, ao desenvolver as diversas atividades descritas nesse estudo, o CP, em conjunto com a direção da escola, coordenadores de curso e professores, contribui sobremaneira para assegurar a qualidade do ensino e a permanência do estudante.

Contudo, pode ocorrer uma situação eventual de não haver diminuição no índice de perda de alunos, em um determinado curso. Nesse caso, a organização sistemática dos documentos escolares pelo coordenador pedagógico e o desenvolvimento das ações e atividades propostas pela equipe favorecem a elaboração de um relatório da unidade escolar, com justificativa e pedido de liberação do respectivo curso para oferta no vestibulinho.

Esse relatório é encaminhado para a equipe de supervisão educacional regional do CPS, analisado e, posteriormente, é emitido um parecer para a unidade escolar, favorável ou não, dependendo das evidências do trabalho desenvolvido pela equipe para a manutenção dos alunos no curso em questão.

4.3 Considerações

No cenário de mudanças e transformações da educação brasileira, o Centro Paula Souza, instituição educacional mantenedora da Etec de Ilha Solteira, por décadas se dedicando aos cursos de tecnologia, assumiu a educação profissional técnica e, atualmente, é responsável pelas Etecs e Fatecs de diferentes regiões do Estado de São Paulo, atendendo inúmeros alunos, em diversos cursos voltados aos setores produtivos, públicos e

privados, com reconhecimento nacional pela oferta de ensino público e gratuito de qualidade.

Nesse contexto, a Etec de Ilha Solteira é uma instituição reconhecida em toda a região e em diversos Estados da federação, e atende alunos que residem em Ilha Solteira e em municípios vizinhos, que buscam se qualificar para o mundo do trabalho, por meio de uma profissão técnica. A unidade apresenta uma excelente estrutura organizacional, que oferece diversas opções de cursos técnicos, tanto na Sede quanto em suas classes descentralizadas, localizadas nas cidades da região.

Assim sendo, o trabalho desenvolvido pela coordenação pedagógica frente à gestão curricular se torna fundamental na garantia da qualidade do ensino e na iniciativa de envolver os coordenadores de curso no desenvolvimento de ações educacionais que motivem a permanência dos alunos na unidade escolar.

Dessa forma, esse profissional deve atuar sistematicamente com planejamento e organização, na execução de suas atividades, tendo como parâmetro os documentos escolares e institucionais que norteiam a atuação pedagógica.

No entanto, percebe-se que, para o desenvolvimento das atividades pedagógicas apresentadas nesse estudo, torna-se necessário que o coordenador pedagógico atue com muita dedicação, determinação e comprometimento, a fim de alcançar os resultados almejados. Para tanto, torna-se essencial o desenvolvimento do perfil adequado para lidar com os conflitos e desafios inerentes ao ambiente escolar, o que significa também estar aberto para aprender, inovar e buscar permanentemente novos conhecimentos que possam contribuir para o exercício da sua função.

No âmbito da unidade escolar, o coordenador pedagógico é uma referência, daí a necessidade de que sua atuação profissional proporcione confiança e credibilidade aos professores, por meio do trabalho pedagógico

organizado e, principalmente, pelo desenvolvimento de um processo formativo docente sistemático e contínuo.

Com esse pressuposto, de professores bem preparados e motivados em sala de aula e coordenadores de curso com atuação consonante com as propostas de trabalho da gestão pedagógica, torna-se mais fácil que os resultados sejam satisfatórios e, por conseguinte, que a qualidade do processo educacional seja mantida.

Assim sendo, entende-se que o coordenador de curso é o principal elo entre a coordenação pedagógica e o corpo docente na unidade escolar, e daí decorre a necessidade de que o CP o envolva e capacite primeiramente, para alcançar os resultados pretendidos, especialmente pelo desenvolvimento de um trabalho coletivo conjunto.

Considerações finais

Neste trabalho, buscou-se compreender o papel assumido pelo CP na gestão curricular da educação profissional técnica na Etec de Ilha Solteira, a partir dos documentos escolares e da experiência do pesquisador na qualidade de coordenador pedagógico.

A princípio, buscou-se compreender a configuração da educação profissional brasileira, partindo de sua trajetória histórica marcada por lutas e desafios decorrentes de governos neoliberais, até os dias atuais, em que os profissionais da educação precisam resistir às ações governamentais, decorrentes da falta de incentivo e investimento em pesquisa e ciência, fundamentais para o desenvolvimento do país.

Nesse sentido, o trabalho abordou aspectos teóricos sobre o campo do Currículo, mas, diante de diversas teorias curriculares, fundamentou a discussão na concepção de Sacristán, que compreende o modelo de currículo definido pelo sistema escolar como regulador do processo educacional. Assim sendo, foi discutido o conceito de Gestão Curricular, entendendo-se o processo de tomada de decisões como prioritário no desenvolvimento do trabalho da gestão escolar, para atingir o objetivo pretendido pela instituição educacional.

Nesse contexto, surge o Centro Paula Souza (CPS), no Estado de São Paulo, com um rico histórico de expansão da educação profissional técnica e tecnológica, e se responsabiliza pelas Etecs e Fatecs. Assim sendo, constituiu-se em uma instituição educacional conceituada em todo o país, devido às diversas oportunidades de formação profissional oferecidas gratuitamente e com qualidade, que asseguram o acesso dos alunos ao mundo do trabalho.

Quanto aos currículos escolares e respectivos planos de curso das habilitações profissionais técnicas do CPS, evidencia-se serem desenvolvidos por meio de um departamento da administração central, denominado Grupo de Formulação e Análises Curriculares (Gfac), composto por equipes de especialistas (professores das Etecs e/ou Fatecs) que, pelos Laboratórios de Currículos, elaboram, reformulam e atualizam os respectivos currículos, com direcionamento para a formação de competências profissionais para atender empresas e organizações.

Nessa perspectiva, destaca-se a Etec de Ilha Solteira, localizada no interior do Estado que, como as demais unidades de ensino, enfrenta o desafio de combater a evasão escolar em seus cursos técnicos.

Sabe-se que são vários os motivos que levam um aluno a desistir de um curso, desde problemas pessoais (familiar, transporte, ingresso no ensino superior, desemprego, desinteresse, incompatibilidade com horário de trabalho etc.) até escolares (falta de didática dos professores, falta de clareza nos procedimentos avaliativos, falta de diversificação dos instrumentos de avaliação, falta de incentivo dos professores, falta de orientação individualizada aos alunos com dificuldades de aprendizagem etc.).

Todos esses problemas são levantados e identificados pela coordenação de curso, durante o ano letivo, por meio de um trabalho sistematizado e organizado pela direção e coordenação pedagógica, que visa combater as perdas de alunos, principalmente quando os motivos estão relacionados ao processo de ensino e aprendizagem. Nesses casos, a atuação da coordenação de curso é imprescindível, tanto na resolução das situações-problema, como na promoção de espaços de diálogo e orientação aos professores, objetivando a gestão da permanência do aluno na unidade escolar.

Portanto, tomando como norte o objeto de pesquisa dessa pesquisa, torna-se importante destacar a atuação da coordenação pedagógica frente

à gestão curricular, no desenvolvimento de um trabalho centrado na formação contínua dos coordenadores de curso e dos professores, para assegurar a qualidade de ensino da unidade.

Logo, manter o reconhecimento e credibilidade da escola em toda a região e no país; atender às atividades solicitadas nos projetos propostos pelo CPS, principalmente com relação ao *Projeto de Coordenação Pedagógica* (PCP) e o *Projeto Ações de Combate à Evasão* e, também, contribuir para aumentar o índice da taxa de concluintes em cada curso, semestralmente, são formas de colaborar com a diminuição da taxa de evasão escolar.

Diante disso, destaca-se que as atividades desenvolvidas pelo CP das Etecs devem estar em consonância com as atribuições estabelecidas pelo CPS; contudo, é fundamental que esse profissional busque o aperfeiçoamento contínuo de seus conhecimentos, por meio das capacitações oferecidas pelo próprio CPS, ou por outras instituições e, também, pela criação de situações dialógicas com outros profissionais que atuam, ou já atuaram, nessa função, em outras unidades escolares.

Isso posto, ressalta-se, ainda, que os currículos escolares elaborados pelo CPS direcionam a formação dos alunos dos cursos técnicos para o desenvolvimento de competências comportamentais, não somente técnicas, para que o egresso demonstre a capacidade de enfrentar os desafios oriundos do mundo do trabalho.

Enfim, algumas provocações podem ficar para estudos posteriores, como a ideia de aprofundar a pesquisa no levantamento da origem e atuação da coordenação pedagógica na educação profissional no Brasil e, também, na discussão sobre como fazer a gestão pedagógica e curricular na educação profissional em escolas que não preveem horários de formação continuada na jornada do professor.

Referências

- ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza (Org.). **O coordenador pedagógico e a formação centrada na escola**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.
- ARAÚJO, Almério Melquíades; DEMAI, Fernanda Mello; PRATA, Marcio. **Missão, concepções e práticas do Grupo de Formulação e Análises Curriculares (Gfac): uma síntese do Laboratório de Currículo do Centro Paula Souza**. out. 2018. Disponível em: <http://www.cpscetec.com.br/cpscetec/arquivos/2014/missao.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- ARAÚJO, Almério Melquíades. Princípios e concepções de currículo em educação profissional e tecnológica. **Currículo Escolar em Laboratório: a educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2019.
- BENTO, Paulo Torres. Componentes curriculares transicionais: formas de legitimação ou germen do currículo do futuro? **Caminhos da flexibilização e integração: políticas curriculares**. Porto: Porto Editora, 2000.
- BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 Out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 fev. 2020.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 Dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 15 fev. 2020.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 04, de 05 de outubro de 1999**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília, DF, 05 Out. 1999. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/resolo499.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

BRASIL/ MEC. Ministério da Educação. **Educação profissional**: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico (Introdução). Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/introduc.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 Jul. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 15 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento Base - Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Brasília, DF, Dez. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf. Acesso em: 14 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 6, de 20 de setembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, DF, 20 Set. 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/17417-ceb-2012>. Acesso em: 15 fev. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 01, de 05 de dezembro de 2014**. Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental. Brasília, DF, 05 Dez. 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16705-res1-2014-cne-ceb-05122014&category_slug=dezembro-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. 3. ed. 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2017-pdf/77451-cnct-3a-edicao-pdf-1/file>. Acesso em: 15 fev. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 Fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art4. Acesso em: 21 fev. 2020.

Centro Paula Souza. **Sobre o Centro Paula Souza**. 2020. Disponível em: <https://www.cps.sp.gov.br/sobre-o-centro-paula-souza/>. Acesso em: 06 abr. 2020.

DEMAI, Fernanda Mello. O percurso conceptual-terminológico de currículo por competências na educação profissional brasileira. **Revista do GEL**, v. 14, n. 1, p. 104-132, 2017. Disponível em: <https://revistadogel.emnuvens.com.br/rg/article/view/1468/1167>. Acesso em: 22 abr. 2020.

DEMAI, Fernanda Mello. Missão, concepções e práticas do grupo de formulação e análises curriculares (Gfac): o laboratório de currículo do Centro Paula Souza. **Currículo Escolar em Laboratório: a educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2019.

DOURADO, Elsa. A linguagem curricular das políticas de flexibilização. **Caminhos da flexibilização e integração**: políticas curriculares. Porto: Porto Editora, 2000.

ETEC DE ILHA SOLTEIRA. **Conheça mais sobre nossa Etec**. 2020. Disponível em: <http://www.etecilhasolteira.com.br/institucional/sobre-nos/>. Acesso em: 23 mar. 2020.

FONTOURA, Maria Madalena V. Neves. Parâmetros curriculares nacionais e diferenciação curricular. **Caminhos da flexibilização e integração:** políticas curriculares. Porto: Porto Editora, 2000.

FLORES, Maria Assunção; FLORES, Manuel. Do currículo uniforme à flexibilidade curricular: algumas reflexões. **Caminhos da flexibilização e integração:** políticas curriculares. Porto: Porto Editora, 2000.

GIOVANI, Priscila de; TAMASSIA, Silvana Ap. Santana. A observação de aulas como estratégia na formação continuada de professores. **O coordenador pedagógico e a formação centrada na escola.** 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

GOUVEIA, Beatriz; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. A formação permanente, o papel do coordenador pedagógico e a rede colaborativa. **O coordenador pedagógico e a formação centrada na escola.** 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

GROPPO, Cristiane; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. Passagem de professor a professor coordenador: o choque com a realidade. **O coordenador pedagógico e a formação centrada na escola.** 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

Ilha Solteira (Município). Etec de Ilha Solteira. **Plano Plurianual de Gestão e Projeto Político Pedagógico.** Ilha Solteira, 2020.

LARROSA BONDÍA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação.** Rio de Janeiro, n. 19, jan./abr. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413-24782002000100003&script=sci_arttext. Acesso em: 04 mar. 2020.

LOURENÇO, Conceição Gomes. Gestão flexível do currículo e as novas áreas curriculares. Estudo acompanhado: relato de uma experiência. **Caminhos da flexibilização e integração:** políticas curriculares. Porto: Porto Editora, 2000.

MACHADO, Enio Rodrigues. **Mudança na formação do técnico agrícola no centro federal de educação tecnológica de Urutaí-GO:** o proposto e o realizado. 2005. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.

MOTOYAMA, Shozo (org.). **Educação técnica e tecnológica em questão**: 25 anos do CEETEPS: história vivida. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: CEETEPS, 1995.

NOVAES, Joana Inês. **Reforma curricular na Educação Infantil**: entreolhares e intraolhares da coordenação pedagógica. 2020. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ensino e Processos Formativos) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2020.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PACHECO, José Augusto. **Estudos curriculares**: para a compreensão crítica da educação. Porto Editora: Porto – Portugal, 2005.

PACHECO, José Augusto; MORGADO, José Carlos; VIANA, Isabel M. T. Carvalho (Org.). **Caminhos da flexibilização e integração**: políticas curriculares. Porto: Porto Editora, 2000.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da educação pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PESSÔA, Lilian; ROLDÃO, Maria do Céu. Estratégias viabilizadoras da “boa formação” na escola: do acaso à intencionalidade. **O coordenador pedagógico e a formação centrada na escola**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

PHILLIPS, B. S. **Pesquisa social**: estratégias e táticas. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1974.

PIRES, Edi Silva; TACCA, Maria Carmen Vilella Rosa. O alcance da atuação do coordenador pedagógico no contexto de escolas públicas do Distrito Federal. **O coordenador pedagógico no espaço escolar**: articulador, formador e transformador. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de. Retrato do coordenador pedagógico brasileiro: nuances das funções articuladoras e transformadoras. **O coordenador pedagógico no espaço escolar:** articulador, formador e transformador. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de (Org.). **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola.** São Paulo: Edições Loyola, 2010.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de (Org.). **O coordenador pedagógico no espaço escolar:** articulador, formador e transformador. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

Ponte, João Pedro da. (1998). **Da formação ao desenvolvimento profissional.** Lisboa: APM, 1998.

ROLDÃO, Maria do Céu; ALMEIDA, Sílvia de. **Gestão Curricular:** para a autonomia das escolas e professores. Autonomia e Flexibilidade Curricular, 2018.

ROSSI, Vera Lúcia Sabongi De. A gestão do currículo no tempo flexível: uma reflexão inicial. **Caminhos da flexibilização e integração:** políticas curriculares. Porto: Porto Editora, 2000.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo:** uma reflexão sobre a prática. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SACRISTÁN, José Gimeno (Org.). **Saberes e incertezas sobre o currículo** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Maria Cecília. A escola e a flexibilidade curricular. Da urgência na procura de outras respostas educativas. **Caminhos da flexibilização e integração:** políticas curriculares. Porto: Porto Editora, 2000.

SÃO PAULO (Estado). Conselho Estadual de Educação de São Paulo. Indicação nº 08, de 05 de julho de 2000. Diretrizes para Implementação da Educação Profissional de Nível Técnico no sistema de ensino do Estado de São Paulo. **Diário Oficial do Estado**

de São Paulo, São Paulo, SP, 11 jul. 2000. Disponível em: http://www.portal.cps.sp.gov.br/cetec/gepes/lecionar/indicacao_cee_8_2000.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Centro Paula Souza. **Deliberação CEETEPS nº 03/08, de 30 de maio de 2008**. Estabelece as atividades do Grupo de Supervisão Educacional (GSE). São Paulo, 2008.

SÃO PAULO (Estado). Centro Paula Souza. **Deliberação Ceeteps nº 003, de 18 de julho de 2013**. Regimento Comum das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. São Paulo, 2013.

SÃO PAULO (Estado). Centro Paula Souza. **Deliberação CEETEPS nº 005/13, de 05 de dezembro de 2013**. Estabelece o exercício da função de Coordenador de Projetos Responsável por Classes Descentralizadas e suas atribuições na implantação, implementação, coordenação e supervisão das classes descentralizadas. São Paulo, 2013.

SÃO PAULO (Estado). Centro Paula Souza. **Deliberação CEETEPS nº 18/15, de 16 de julho de 2015**. Dispõe sobre a atividade de Coordenador de Projetos Responsável pela Orientação e Apoio Educacional nas Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS. São Paulo, 2015.

SÃO PAULO (Estado). Centro Paula Souza. **Deliberação CEETEPS nº 19/15, de 16 de julho de 2015**. Dispõe sobre a Coordenação de Curso nas Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS. São Paulo, 2015.

SÃO PAULO (Estado). Centro Paula Souza. **Deliberação CEETEPS nº 20/15, de 16 de julho de 2015**. Dispõe sobre a atividade de Professor Coordenador de Projetos Responsável pela Coordenação Pedagógica nas Escolas Técnicas Estaduais do CEETEPS. São Paulo, 2015.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria Estadual de Educação. **Deliberação CEE nº 155/2017, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre Avaliação de Alunos da Educação Básica, nos Níveis Fundamental e Médio, no Sistema Estadual de Ensino de São Paulo e dá Providências Correlatas. São Paulo, 2017.

SÃO PAULO (Estado). Centro Paula Souza. **Memorando nº 051/18 – CETEC, de 30 de novembro de 2018**. Aborda os subsídios para Elaboração dos Projetos de Coordenação Pedagógica e de Orientação e Apoio Educacional para o ano de 2019. São Paulo, 2018.

SÃO PAULO (Estado). Centro Paula Souza. **Memorando nº 163/19 – Cetec/Gfac, de 05 de agosto de 2019**. Cadastro de interessados em trabalhar no processo de formulação curricular dos cursos de educação profissional técnica de nível médio. São Paulo, 2019.

SÃO PAULO (Estado). Centro Paula Souza. **Memorando Circular nº 037/19 – GSE/Geped, de 19 de novembro de 2019**. Aborda os subsídios para Elaboração dos Projetos de Coordenação Pedagógica e de Orientação e Apoio Educacional para o ano de 2020. São Paulo, 2019.

SÃO PAULO (Estado). Centro Paula Souza. **Memorando nº 047/20 – Cetec, de 11 de fevereiro de 2020**. Aborda o acompanhamento das turmas/cursos de 1º módulo – visando combater a evasão escolar. São Paulo, 2020.

TERZI, Cleide do Amaral; FUJIKAWA, Mônica Matie. Como rever planejamentos de trabalho de coordenadores em oportunidades formadoras. **O coordenador pedagógico e a formação centrada na escola**. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

ZABALZA, M. **Planificação e desenvolvimento curricular a escola**. 2. ed. Rio Tinto: Asa, 1994.

A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de pesquisa acadêmica/científica das humanidades, sob acesso aberto, produzida em parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil. Conheça nosso catálogo e siga as páginas oficiais nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org